

ISABEL DE SOUZA PEREIRA TONDO

**OCUPAÇÕES E RENDAS DAS MULHERES DAS FAMÍLIAS RURAIS
NA REGIÃO SUL: UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

**TOLEDO
2008**

ISABEL DE SOUZA PEREIRA TONDO

**OCUPAÇÕES E RENDAS DAS MULHERES DAS FAMÍLIAS RURAIS
NA REGIÃO SUL: UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

Dissertação do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

Orientador: Prof.: Dr.: Jefferson Andronio Ramundo Staduto
Co-orientador: Prof.: Dr.: Carlos Alves do Nascimento

**TOLEDO
2008**

ISABEL DE SOUZA PEREIRA TONDO

**OCUPAÇÕES E RENDAS DAS MULHERES DAS FAMÍLIAS RURAIS
NA REGIÃO SUL: UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.: Dr.: Jefferson Andronio Ramundo Staduto
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof.^a: Dr.^a: Eugênia Troncoso Leone
Universidade Estadual de Campinas

Prof.^a: Dr.^a: Yonissa Marmitt Wadi
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Toledo, 11 de Julho de 2008.

AGRADECIMENTOS

Este é o feliz e esperado momento de agradecer aqueles que contribuíram para a realização deste mestrado e desenvolvimento desta dissertação:

A Deus, pela vida e pelo dom da fé que renova as energias e o entusiasmo para perseverarmos diante dos novos desafios.

A todos os professores do Programa de Mestrado pela competência e comprometimento com que conduziram os estudos, contribuindo assim para uma formação profissional de qualidade.

Às professoras Eliane Brenneisen e Yonissa Marmitt Wadi pelas valiosas contribuições feitas na banca de qualificação, especialmente a professora Yonissa pela indicação da bibliografia sobre gênero.

Especialmente ao professor Jefferson, meu orientador, a quem sou imensamente grata pela atenção, paciência, apoio e constante presença em todas as fases da pesquisa, direcionando meu trabalho e transmitindo autoconfiança.

Ao professor Carlos, meu co-orientador, pelos apontamentos, pelo auxílio principalmente na elaboração das tabelas e interpretação dos dados quantitativos.

Ao CNPq, pelo apoio à pesquisa e pelo financiamento parcial nesta dissertação.

Ao NEAD, por ter disponibilizado as tabelas que permitiram a análise e interpretação dos dados, indispensáveis para a execução deste trabalho.

À Clarice, secretária do programa de mestrado, pela atenção, disponibilidade e carinho com que nos atendeu no decorrer dos nossos estudos.

Aos meus queridos colegas, com os quais no decorrer do processo foi possível criar um ambiente de união que possibilitou superar obstáculos e gerou uma linda amizade. Bibi, Cris, Fernanda, Flávio, Iara, Leo, Luiz, Giane, Sandra,

Sérgio, Susã, foi gratificante conviver com vocês.

A todos os funcionários da Universidade que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento dos nossos estudos. O trabalho de vocês proporcionou as condições necessárias para que pudéssemos ampliar nossos conhecimentos.

A elaboração de um trabalho científico exige um imenso comprometimento não só daqueles que estão envolvidos diretamente na tarefa de pesquisar, orientar, mas também daqueles que se privam de nossa companhia, abrindo espaço para que possamos dar continuidade a nossa obra.

Meu agradecimento especial ao meu esposo Vicente, por seu apoio e incentivo.

Aos nossos filhos, Camila, Letícia e Vinícius por terem compreendido a importância deste período de estudos e por terem colaborado para que pudesse concluí-lo.

Aos meus pais, Jaime e Nilva, pelos ensinamentos que norteiam minha vida e por terem acreditado no valor da educação e me incentivado para que trilhasse esse caminho.

A minha irmã Roseli e meus irmãos Carlos, Francisco e Nestor, por lembrar que os momentos de lazer também são necessários.

Antonia e Lucimauro, César e Vânia, Diocléia, Elcy, Iolinda, Iracema e João Pini, João Nascimento, Jucélia, Nelci, Regílio e Thaís, a contribuição de vocês tornou minha jornada muito mais suave.

*Aos meus pais, ao meu esposo Vicente,
aos nossos filhos Camila, Letícia e
Vinícius.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1. Os movimentos de mulheres e as mudanças nas relações de gênero	20
1.1 Movimento feminista: um breve relato	20
1.2 Inserção da mulher no mercado de trabalho.....	24
1.3 A trabalhadora rural e o movimento de mulheres	28
1.4 Avanços e conquistas dos movimentos das mulheres rurais.....	33
CAPÍTULO 2. Desenvolvimento rural: uma perspectiva de gênero	38
2.1 Desenvolvimento e gênero	39
2.1.1 O Desenvolvimento no olhar de Amartya Sen e Boisier.....	39
2.1.2 Diferentes fases do paradigma de desenvolvimento e gênero.....	45
2.2 Desenvolvimento rural e gênero	50
2.2.1 Modernização da agropecuária e agricultura familiar.....	50
2.2.2 Trabalho feminino: agricultura familiar.....	59
CAPÍTULO 3. Atividades Desenvolvidas pelas Mulheres nas Famílias Agrícolas e Rurais da Região Sul do Brasil	69
3.1 Evolução dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio	71
3.2 Evolução do número de mulheres ocupadas em atividades agrícolas, segundo o tipo de família na Região Sul.....	76
3.3 Evolução do número de mulheres ocupadas em atividades não-agrícolas, segundo o tipo de família e o local de domicílio na Região Sul.....	80
3.4 Evolução dos homens ocupados em atividades agrícolas nas famílias rurais na Região Sul.....	85
3.5 Evolução dos homens ocupados em atividades não-agrícolas nas famílias rurais na Região Sul.....	88
3.6 Evolução do número médio das mulheres ativas das famílias extensas por local de domicílio e tipo de ocupação	91
3.7 Composição das rendas médias das famílias – mulher.....	94
3.8 Composição das rendas médias das famílias – homens	97

3.9	Composição da renda média do trabalho dos tipos de famílias, segundo sexo.	101
3.10	Composição das rendas médias das famílias extensas, segundo sexo.....	105
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	112
	ANEXO I.....	118
	Procedimentos metodológicos	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução dos tipos de famílias extensas rurais da Região Sul, 2001/2005. (1000 famílias).....	72
Tabela 2: Evolução do número de mulheres ocupadas em atividades agrícolas, segundo o tipo de família: Sul, 2001 a 2005. (1.000 pessoas).....	77
Tabela 3: Evolução do número de mulheres ocupadas em atividades não-agrícolas, segundo o tipo de família: Sul, 2001 a 2005. (1.000 pessoas).....	81
Tabela 4: Evolução do número de homens ocupados em atividades agrícolas, segundo o tipo de família: Sul, 2001 a 2005. (1.000 pessoas).....	86
Tabela 5: Evolução do número de homens ocupados em atividades não-agrícolas, segundo o tipo de família e o local de domicílio: Sul, 2001 a 2005. (1.000 pessoas)	90
Tabela 6: Evolução do número médio das Mulheres Ativas das famílias rurais na Região Sul, 2001/2005.....	92
Tabela 7: Composição das rendas médias das mulheres rurais nos diferentes tipos de famílias na Região Sul, 2005 (R\$ set. 2005).....	95
Tabela 8: Composição das rendas médias dos homens rurais segundo os tipos de famílias na Região Sul, 2005 (R\$ set. 2005).....	98
Tabela 9: Composição da renda média do trabalho dos tipos de famílias, segundo o sexo na Região Sul, 2005 (R\$ set. 2005).....	102
Tabela 10: Composição das rendas médias (todas as fontes) das famílias extensas, segundo o sexo na Região Sul, 2005 (R\$ set. 2005).....	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Composição das rendas médias do trabalho por tipo de famílias - Região Sul	103
Gráfico 2: Composição das rendas médias das famílias extensas - Região Sul.....	107

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANMTR	Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
CAIs	Complexos Agroindustriais
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão da Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FETAG	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do RS
FUNRURAL	Fundo de Previdência e Assistência ao Trabalhador Rural
GAD	Gênero e Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSTRAW	Instituto Internacional de Pesquisa e Capacitação das Nações Unidas para a Promoção da Mulher
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MMTR	Movimento da Mulher Trabalhadora Rural
MMTR-NE	Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste
MMTR-RS	Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Rio Grande do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
ONGs	Organizações não Governamentais
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio
PRÓ-RURAL	Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
PT	Partido dos Trabalhadores

WAD	Mulheres e Desenvolvimento
WCD	Mulheres, Cultura e Desenvolvimento
WID	Mulheres no Desenvolvimento

PEREIRA TONDO, Isabel de Souza. **Ocupações e rendas das mulheres das famílias rurais na Região Sul: uma perspectiva de gênero.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. *Campus Toledo.*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo mensurar e analisar a participação da mulher rural nas atividades agrícolas e não-agrícolas da Região Sul do Brasil, no período 2001 a 2005 na perspectiva de gênero, considerando as transformações que vem ocorrendo no meio rural e a sua relação com os papéis de gênero. Para a análise quantitativa foram utilizadas as tabulações especiais dos microdados da Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios – PNAD. Pelos resultados da pesquisa constatou-se que houve um pequeno acréscimo no número total de mulheres ocupadas nas famílias rurais da Região Sul. Dentro do conjunto de mulheres conta-própria – o mais numeroso – verificou-se crescimento, no qual se destacaram as atividades não-agrícolas e pluriativas. Já no conjunto empregados, as atividades não-agrícolas têm apresentado crescimento significativo, no entanto, grande parte combinado com trabalho doméstico, fato que sinaliza para a precariedade destas ocupações e revela uma situação que não é mais desejável, pois o trabalho doméstico é praticamente a extensão das atividades das mulheres no lar e potencialmente pouco agrega nas relações de gênero. O aumento do número de mulheres ocupadas dentro das famílias conta-própria e empregados evidencia a existência de um rural brasileiro não apenas agrário, mas também como espaço de lazer, residência e de implantação de pequenas e médias agroindústrias, que, aliadas as transferências sociais, principalmente na forma de aposentadorias e pensões correspondem a uma parcela bastante expressiva na composição da renda das trabalhadoras rurais, capaz de contribuir para formar uma barreira de contenção ao êxodo rural. Há uma tendência de expansão das atividades não-agrícolas, as quais abrem oportunidades para as mulheres terem contato com as várias instituições e organizações do trabalho as quais são muito importantes para a problematização dos papéis de gênero na estrutura familiar de origem patriarcal no meio rural, de tal ordem que elas podem agregar e expressar de forma mais intensa a sua parcela de capital social, humano e sinérgico para o processo de desenvolvimento rural.

Palavras-chave: desenvolvimento rural, trabalho feminino, papéis de gênero, Região Sul.

PEREIRA TONDO, Isabel de Souza. **Occupations and the women's incomes of the country families in the South Region: a gender perspective**. Dissertation (Master's Degree in Regional Development and Agribusiness). State University of West Paraná – UNIOESTE. *Campus Toledo*.

ABSTRACT

This paper aims to measure and analyse the participation of rural women in agricultural and non-agricultural activities in the South Region of Brazil, during 2001 to 2005, in the gender perspective, considering the transforming perspective in rural area and their influence in gender roles. The special tabulations of the National Research of Domestic Samples – PNAD were used for a quantitative analysis. According to the results, a little increase in the total number of employed women in rural families of the South Region was noticed. In the self-employed women family - the most numerous - it was verified an increase, pointing out the non-agricultural and pluriactive activities. In the employed group, the non-agricultural activities have presented a significative increase, however, the bigger amount is a combination of housework as well, a fact that indicates the precariousness of such occupations and reveals an undesirable situation, because the housework is practically the extension of the women's activities at home and potentially little joins in the gender relationship. The increasing number of employed women inside the self-employed and employed families shows up the existence of a Brazilian rural not just agricultural, but also as a space for leisure, living and implantation of small and medium sized agro-industries, that in fact, allied to social transferences, mainly in the form of retirement and allowance corresponds to a very expressive parcel in the revenue composition of rural women workers, capable of contributing to form a containment barrier to the rural exodus. There is a tendency of expansion on non-agricultural activities, which opportunizes the women to contact several working institutions and organizations that are very important to develop a problematization of gender roles inside the familiar structure of origin patriarchy in the agricultural environment, in such a way they can agregate and express intensely their social, human and sinergic capital parcel for the rural development process.

Key words: Rural development, feminine work, gender roles, South Region.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar os papéis de gênero, a partir da visualização da participação de mulheres e homens nas atividades rurais e na geração e apropriação da renda proveniente das mesmas na Região Sul do Brasil no período de 2001/2005. Segundo o Instituto Internacional de Pesquisa e Capacitação das Nações Unidas para a Promoção da Mulher – INSTRAW (1995, p.15) “gênero é um conceito que se refere a um sistema de papéis e de relações entre mulheres e homens, os quais não são determinados pela biologia, mas pelo contexto social, político e econômico”. Desta forma pôde-se constatar que estes papéis são construídos e variam de acordo com o tempo e espaço em que se desenvolvem.

O presente estudo busca aprofundar a análise dos papéis de gênero, ou seja, dos papéis que homens e mulheres desempenham no cotidiano do meio rural, com um olhar mais acurado nas atividades desenvolvidas pelas mulheres e na renda gerada pelas atividades que executam. A relação de gênero envolve vários olhares, no entanto, esse trabalho limita-se a investigar os papéis de gênero.

Estudos que abordam relações de gênero constituem um tema relativamente recente na literatura brasileira e estão associados, segundo Silva (2000), aos movimentos feministas que emergiram na década de 1970. Para a autora, a participação das mulheres nos movimentos populares com o objetivo de reivindicar o atendimento às necessidades básicas, como creches, melhores salários e redução do elevado custo de vida, tornou-as visíveis, provocando uma mudança de mentalidade e levou-as a tomar consciência das condições de desigualdade a que estavam submetidas.

Estas desigualdades são facilmente identificadas nas relações diárias, tanto na esfera pública quanto na privada, exemplo disso, são as políticas públicas que só passaram a contemplar as questões de gênero, a partir da organização dos movimentos e da realização das Conferências Mundiais das Mulheres, que aconteceram no México em 1975, em Nairobi em 1985 e em Pequim em 1995, promovidas pelos organismos internacionais (BRUSCHINI *et al.*, 2002).

Os trabalhadores rurais passaram a ter acesso aos direitos trabalhistas apenas no final da década de 1960, bastante tarde se comparado aos trabalhadores urbanos que passaram a se beneficiar dos mesmos na década de 1940, no entanto, esse processo é ainda mais lento e complexo quando se trata do acesso das trabalhadoras rurais aos direitos trabalhistas. As mulheres rurais passaram a ter os mesmos direitos previdenciários que os homens apenas a partir da Constituição Federal de 1988, contudo, só conseguiram acessar estes direitos em 1991, após seguidas e intensas mobilizações dos movimentos de mulheres (HEREDIA e CINTRÃO, 2006).

Esta demora se deve segundo Brumer (2002), à dificuldade em comprovar que eram trabalhadoras rurais em decorrência da invisibilidade atribuída as atividades desenvolvidas pelas mulheres, pela dificuldade em superar uma série de barreiras culturais, sociais e pelo lento e complexo processo de estruturação dos movimentos, para só mais tarde lutar por seus direitos enquanto trabalhadoras rurais. Outro aspecto que pode ter contribuído para o lento processo de mobilização em direção aos direitos civis é a forte tradição patriarcal vigente no meio rural.

Paralelamente no Brasil, a mobilização social foi ocorrendo no meio rural e em decorrência disso, novas relações foram se estabelecendo num cenário de inserção do capitalismo no campo, principalmente a partir de meados da década de

1960. Segundo Kageyama *et al.*, (1987), o complexo rural fechado cedeu lugar a uma agricultura moderna e industrializada, num processo que levou a consolidação dos complexos agroindustriais.

Em um pequeno espaço de tempo a intensificação da modernização e tecnificação da agropecuária alteraram as relações sociais e econômicas no meio rural brasileiro que hoje apresenta uma estrutura complexa em termos de produção e em termos da teia de relações que se estabelece neste espaço que Graziano da Silva (2002) conceitua como “o novo rural brasileiro”.

A agropecuária tornou-se bastante funcional atendendo as necessidades de oferta de alimentos, demandando insumos e gerando divisas, no entanto, as famílias residentes no campo, proprietárias de pequenos lotes de terra, denominadas ‘agricultores familiares’, passaram a buscar novas alternativas de renda, novas tecnologias e, conseqüentemente, sofreram alterações nas formas de organização do processo produtivo. Cada vez mais se observa a migração das famílias puramente agrícolas buscando novas alternativas e desenvolvendo atividades não-agrícolas.

Diante deste novo cenário, teóricos como Abramovay (1999), Del Grossi e Graziano da Silva (1998), Nascimento (2002), Ney e Hoffmann (2007), Sacco dos Anjos (2001), Schneider (1999), Souza (2004), Staduto (2003), Veiga (2000), Wanderley (2003), entre outros, desenvolveram trabalhos procurando analisar, compreender e explicar as novas relações que se estabelecem no meio rural brasileiro e passaram a usar termos como pluriatividade, ruralidade, multifuncionalidade para interpretar esta nova dinâmica do campo.

A agricultura em grande escala operando em base tecnificada reduz paulatinamente o espaço e a receita de pequenas propriedades e, em conseqüência

desta nova dinâmica, as famílias que desenvolvem a agricultura familiar passam a buscar outras fontes de renda, combinando atividades agrícolas com atividades não-agrícolas, fenômeno que constitui a pluriatividade, o qual está presente nos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

A Região Sul do país foi fortemente afetada pelo processo de modernização bem como a composição da renda e ocupação, a qual apresenta particularidades em termos do processo de formação¹. O povoamento da Região Sul² tem características particulares e se difere das demais regiões brasileiras, principalmente daquela implantada em São Paulo, que buscava fornecer mão-de-obra para os latifúndios que desenvolviam a cultura do café e estavam sendo ameaçados pelo movimento abolicionista. No Sul do Brasil o governo imperial visava criar uma nova estrutura social, política e econômica capaz superar a estrutura inicial “[...] sustentada pelo tripé latifúndio, monocultura e escravidão” (HERÉDIA, 2001, p.2).

As primeiras iniciativas de imigração oficiais ocorreram no Brasil no final do século XVII, com o objetivo de assegurar a posse do território, quando chegaram ao Sul do país, povos de origem açoriana que receberam transporte, instrumentos, animais e pequenos lotes de terra, onde, com sua família praticavam a agricultura de subsistência. O processo de imigração para o Sul só teve continuidade em 1824 quando chegaram ao Rio Grande do Sul, imigrantes alemães e italianos que se estabeleceram em núcleos coloniais, que tinham como base a pequena propriedade (PEREIRA 1974).

A nova modalidade de colonização, com base na pequena propriedade tinha

¹ Composta basicamente por imigrantes alemães, italianos e poloneses (GREGORY, 2002).

² A Região Sul é formada pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná ocupam uma área de 576.409.560 km.², valor que corresponde a apenas 6,76% da área total do Brasil, é, portanto a menor região do país e abriga a terceira maior população estimada em 26.733.595 habitantes (IBGE, 2007).

como objetivo assegurar a hegemonia territorial, a criação de classes sociais intermediárias entre o latifundiário e os escravos, como agricultores, comerciantes, industriais e, principalmente, a mão-de-obra para implantar o trabalho livre e assalariado. Entre as diversas intenções, uma delas era a de “branquear a raça” e em virtude disso, exigiam que os imigrantes europeus fossem brancos (PEREIRA, 1974; HERÉDIA, 2001).

Para os imigrantes europeus que se dirigiram para o Sul, foram projetados lotes de pequena dimensão, onde transformaram o espaço natural, constituído de matas e desenvolveram a policultura com base no trabalho familiar. Pertenciam a uma comunidade onde mantinham a tradição europeia, mesclada com a realidade local, constituindo a população denominada por Gregory (2002) de eurobrasileiros.

Esta perspectiva de organização territorial de parcela da Região Sul é importante para as análises do trabalho uma vez que maior parte dos trabalhadores e trabalhadoras rurais estão inseridos no grupo conta-própria, ou seja, dos agricultores familiares.

Portanto este trabalho tem como objetivo central, considerando a perspectiva de gênero, analisar e mensurar a participação da mulher rural nas atividades agrícolas e não-agrícolas na Região Sul do Brasil no período compreendido entre 2001/2005, a partir da análise da renda monetária, dentro de um contexto de intensas mudanças quanto à ocupação rural que tem abrigado diferentes tipos de famílias.

Para tanto os objetivos específicos são os seguintes:

- a) Discutir a participação da mulher no mercado de trabalho, especialmente a mulher rural;
- b) Pesquisar, analisar e sistematizar a literatura sobre desenvolvimento rural

e gênero;

c) Levantar o perfil das famílias rurais da Região Sul do Brasil no período de 2001/2005;

d) Mensurar e analisar as ocupações e a participação do trabalho das mulheres rurais na geração de renda monetária nas unidades familiares da Região Sul do Brasil no período compreendido entre 2001 - 2005.

Enfim, diante dos objetivos expostos, parte-se do pressuposto de que as ocupações não-agrícolas têm contribuído para reduzir a invisibilidade do trabalho feminino, bem como, para amenizar o êxodo rural ao gerar oportunidade de ocupação e renda aos habitantes do meio rural.

Além desta introdução e dos objetivos, a presente dissertação está estruturada em três capítulos assim organizados: o primeiro intitulado “Os movimentos das mulheres e a alteração das relações de gênero”, abordará o movimento feminista e a inserção da mulher no mercado de trabalho; o segundo capítulo propõe uma discussão sobre “Desenvolvimento Rural e Gênero”, com ênfase nos papéis de gênero e o terceiro e último capítulo apresenta a análise quantitativa dos dados da PNAD no período 2001/2005 para a Região Sul do Brasil, composto pela análise de tabelas, interpretadas e justificadas, com base na literatura que discute o tema seguido pelas considerações finais e anexo, com os procedimentos metodológicos elaborados com base no Projeto Rurbano³.

³ “É um Projeto Temático denominado “Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1981/99” que conta com um financiamento parcial da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp e Pronex/CNPq/Finep, que pretende analisar as principais transformações ocorridas no meio rural em onze unidades da Federação (PI, RN, AL, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS e DF) [...] (GRAZIANO DA SILVA *et al.* p. 38, 2002).

CAPÍTULO 1. Os movimentos de mulheres e as mudanças nas relações de gênero

Este capítulo visa proporcionar uma maior compreensão sobre o tema pesquisado, apresentando uma breve discussão sobre os avanços da mulher na sociedade e, conseqüentemente, no país, com o intuito de entender a importância do movimento feminista e a inserção da mulher no mercado de trabalho. Para tanto, está dividida em quatro seções.

A primeira seção apresenta um breve histórico sobre as ações do movimento feminista, sua evolução e caracterização da situação atual, na segunda seção será apresentada a análise do contexto em que ocorreu a inserção da mulher no mercado de trabalho e suas implicações, na terceira seção serão apresentadas algumas considerações sobre o processo de organização do movimento de mulheres rurais e a quarta seção finaliza esta etapa, expondo algumas conquistas que resultaram da organização e ações destes movimentos.

1.1 Movimento feminista: um breve relato

Pesquisas realizadas por Goldberg (1989) revelam que o primeiro movimento feminista brasileiro ocorreu nos anos de 1920 quando mulheres lutavam pelo direito do voto. Trigo (1994, p. 90) considera que nos anos pós-revolução de 1930, num cenário de intensas mudanças sócio-econômicas e culturais foram criados os alicerces para importantes transformações que repercutiram “nas relações de gênero e no ideário sobre o local social da mulher”.

O assunto era também discutido no interior das universidades, no entanto,

com o endurecimento do regime militar no final dos anos de 1960, o debate intelectual sobre a emancipação feminina foi interrompido e passou a aparecer de maneira esporádica. Apesar das dificuldades impostas pelo sistema político, trabalhos acadêmicos continuaram a ser produzidos, abordando indiretamente assuntos relacionados à população feminina brasileira, estudos demográficos e sociológicos sobre a reprodução humana e sobre a força de trabalho. Estes estudos foram importantes porque contribuíram para dar visibilidade à atividade feminina (GOLDBERG, 1989).

De acordo com Bandeira e Siqueira (1997), o movimento feminista brasileiro se desenvolveu nos anos de 1970 sob a influência de duas principais tendências teóricas: o movimento feminista existencialista, de Simone de Beauvoir e o movimento feminista personalista, da americana Betty Friedman. Neste período, emergiam movimentos sociais em vários lugares do mundo, buscando chamar atenção para diferentes temas, entre eles a situação da mulher. Silva (2000, p.3) afirma que no Brasil, “[...] principalmente em São Paulo, mulheres de periferia, através das comunidades da Igreja Católica reivindicam ao Estado o atendimento das necessidades básicas como creches, melhores salários, reclamam do custo de vida e unem-se contra a carestia⁴” [...].

Bandeira e Siqueira (1997, p. 272) observam que num primeiro momento “[...] o feminismo definiu-se pela convicção de que a situação da mulher era injusta e, portanto devia ser modificada [...]”. Assim, percebe-se com este fragmento uma postura de oposição ao patriarcado, adotando como estratégia a conquista de valores igualitários, inserindo a mulher na esfera pública e no mundo do trabalho, até então dominado por homens.

4 Termo usado para expressar o excessivo aumento de preços.

Essas autoras chamam atenção para a proximidade entre a militância feminina e a pesquisa acadêmica presente desde o início do movimento. Trigo (1994) afirmou que a partir dos anos 1970 os trabalhos sobre a condição feminina adquiriram força e, gradativamente, a universidade passou a ser um dos espaços de divulgação dos mesmos.

A partir de 1975 surgiu uma nova geração de pesquisadoras voltadas principalmente para áreas de Sociologia da Educação e do Trabalho. Estas pesquisas buscavam analisar “[...] o processo de formação de estereótipos sexuais na escola, na família e através dos meios de comunicação; sobre os condicionamentos culturais que regiam as escolhas profissionais femininas, sobre papéis sexuais [...]” bem como o “[...] emprego doméstico, domiciliar e o chamado setor informal [...]” entre outros (GOLDBERG, 1989, p. 49).

Entre 1975 e 1978 surgiram as primeiras associações feministas, que a exemplo dos movimentos desenvolvidos em outros países, buscavam ampliar seu espaço de atuação e melhorar a condição da mulher dentro de um Estado autoritário (GOLDBERG, 1989). Estas associações se desenvolveram num período denominado de “Primeira Década da Mulher” entre 1975 e 1985, como resultado da Primeira Conferência Mundial da Mulher, realizada no México em 1975 por iniciativa das Nações Unidas (GROSSI, 1997).

Em 1979 com a lei de Anistia, as mulheres que estavam exiladas e que tiveram contato com o movimento feminino europeu retornaram ao país. Este fato contribuiu para ampliar a pauta de discussões e assuntos relativos ao sexo/gênero. Outro fator de extrema importância foi o vínculo do movimento feminista com mudanças sociais e políticas que entre outras questões polêmicas acabaram levando a um fracionamento das primeiras associações. O fracionamento foi

também atribuído ao fim do bipartidarismo em 1980 e a organização de novos partidos (GOLDBERG, 1989).

Segundo Grossi (1997), a partir dos anos de 1980, observou-se a institucionalização das primeiras reivindicações do movimento e o desenvolvimento de muitos grupos de pesquisa nas Universidades tendo como foco mulher e gênero, produzidos principalmente pelas áreas das ciências humanas e letras.

Farah (2004) mencionou a década de 1980 como o período de criação das primeiras políticas públicas com recorte de gênero, ou seja, aquelas que reconhecem as diferenças de gênero e com base nas mesmas criam ações específicas para mulheres. Cita como exemplos, a criação do primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina em 1983, da primeira Delegacia de Política de Defesa da Mulher em 1985, ambos no Estado de São Paulo. Essas instituições se disseminaram por todo o país e ainda em 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão do Ministério da Justiça.

Para Piovesan (2006), os avanços no plano internacional impulsionaram e ainda impulsionam mudanças no ambiente interno. De acordo com a autora, eventos internacionais como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), de 1979; a Declaração e o Programa de Ação da Conferência Mundial dos Direitos Humanos de Viena de 1993; o Plano de Ação da Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento do Cairo de 1994; a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra Mulher de 1994; a Declaração e a Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher de Pequim, de 1995, resultaram em documentos que orientam e dão suporte para que o movimento de mulheres passe a exigir que as conquistas em esfera mundial possam ser usufruídas em nível local.

Esta mesma autora realiza uma análise sobre a atuação dos movimentos feministas nos anos 1990 e identifica um crescimento do feminismo no Brasil, porém, com características distintas daqueles desenvolvidos na década de 1970. Nos anos de 1990 o feminismo é abrangente, composto por mulheres de diferentes gerações, residentes em áreas rurais e urbanas, provenientes de diferentes classes sociais e não mais um movimento elitizado e preponderantemente urbano.

De acordo com Bandeira e Siqueira (1997, p.270) o feminismo “[...] pode ser definido como um movimento social organizado que abriu novas perspectivas e que trouxe novas questões aos campos disciplinares, à produção do conhecimento e da ciência, bem como desencadeou mudanças na ordem social e política [...]”.

Neste contexto, o movimento das mulheres, especialmente o de cunho feminista, contribuiu para que a participação das mulheres e as relações de gênero fossem contextualizadas em várias frentes e especialmente no espaço público, entretanto, um dos mais importantes avanços foi sua inserção no mercado de trabalho, temática essa que será melhor discutida no próximo tópico.

1.2 Inserção da mulher no mercado de trabalho

A inserção da mulher no mercado de trabalho se deu de forma acentuada a partir da década de 1970, num contexto de intensas transformações econômicas, sociais e demográficas, período em que o país passou por um acelerado processo de urbanização, associado ao desenvolvimento industrial e crescimento econômico.

Este cenário favoreceu a contratação de mão-de-obra, abrindo espaço para a inserção do trabalho feminino. A necessidade de complementar a renda é apontada com uma das principais causas do ingresso no mercado de trabalho, no

entanto, outras causas como o aumento da expectativa de consumo dos anos 1970, o impacto do movimento feminista, a maior atuação das mulheres nos espaços públicos, a queda da taxa de fecundidade, a expansão da escolaridade entre outros acontecimentos propiciaram a oferta de mão-de-obra feminina (BRUSCHINI, 1993).

O movimento feminista contribui para dar visibilidade ao trabalho das mulheres e aos vários significados das categorias trabalho produtivo⁵ e doméstico reprodutivo⁶ – bem como, para evidenciar situações de discriminação vivenciadas por elas, e proporcionar oportunidades de reflexão quanto ao direito às diferenças e à intervenção social (BANDEIRA e SIQUEIRA, 1997).

De acordo com Piovesan (2006), apesar de a Constituição Brasileira estar em consonância com os parâmetros protetivos internacionais, a realidade se encontra distante da teoria, uma vez que se constata que o salário dos homens são em média 42% superior ao das mulheres e se observa forte segregação no mercado de trabalho onde eles ocupam os postos que melhor remuneram. A autora também identifica a persistência da discriminação, principalmente em relação às mulheres não brancas que chegam a ter rendimentos 70% inferiores aos dos homens brancos, 53% inferiores aos das mulheres brancas e 40% inferiores aos salários dos homens não brancos.

As pesquisas de Soares (2000) e Bruschini, *et al.* (2006) encontram resultados similares e chamam atenção para o fato que as mulheres negras são as trabalhadoras mais discriminadas, enquanto as brancas estão inseridas nos setores mais organizados da economia, com maior probabilidade de receber melhores salários e ter melhores condições de trabalho.

5 O conceito de “trabalho produtivo” esta vinculado ao trabalho remunerado, ao espaço público.

6 O “trabalho reprodutivo” está ligado às atividades não remuneradas, aos afazeres domésticos, ou seja, ao espaço privado.

Soares (2000) utilizou os microdados das PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio) de 1987 e 1998, para mensurar os efeitos da discriminação no mercado de trabalho através da variável renda. Também concluiu que a discriminação contra mulheres neste segmento é mais forte que a discriminação contra negros, apesar de apresentarem maior nível educacional. O autor constatou que há uma lenta queda na taxa de discriminação salarial contra mulheres tanto brancas quanto negras no período analisado.

Alves *et al.* (1997), fazem referência a um estudo da Fundação Secretaria Executiva da Administração (SEADE) que atribui a diferenciação de salários por sexo ao fato de as mulheres ocuparem poucos setores da economia, o que é definido como 'segregação horizontal'. De acordo com o estudo, as mulheres ocupam justamente aqueles postos que menos remuneram. Outra observação é que ocupam postos de pouca importância, definida como 'segregação vertical' uma vez que nestas funções há pouco poder de decisão. Estes estudos também identificam que as mulheres recebem em média 40% menos que os homens, mesmo quando exercem atividades que requerem o mesmo grau de escolaridade.

Para Kon (2002), Melo *et al.* (2007), as recentes teorias elaboradas com base em experiências empíricas revelam que a segregação ocupacional tende a favorecer o sexo masculino. Kon (2002) ao pesquisar as condições de trabalho feminino, constata que as mulheres ganham menos no desempenho de suas funções, apresentam maior rotatividade nos postos de trabalho e tem piores condições de proteção trabalhista. Além disso, as diferenças salariais entre sexos não são resultados de características biológicas, ou seja, força física ou mesmo habilidades, mas resquícios do modelo adotado no século XIX, onde o sustento da família era uma tarefa atribuída ao homem e o trabalho doméstico e de reprodução

atribuídos à mulher.

Arbache (2000) chama atenção para o fato de que nem sempre o diferencial salarial pode ser considerado como discriminação 'pura' ou resultado da preferência do empregador, mas pode estar relacionado à característica da trabalhadora, que prefere ter uma jornada de meio expediente com horários flexíveis, submetendo-se a receber menor salário em atividade que exige menor grau de comprometimento e responsabilidade.

O tipo de relação familiar a que a mulher está submetida afeta a remuneração, pois ela assume tarefas no lar que a impedem de se deslocar para atividades profissionais que poderiam proporcionar melhores rendimentos. Tal discussão é exposta por Bruschini (1993) ao constatar que a mulher ao ingressar no mercado de trabalho se depara com a discriminação e ainda tem dificuldade em conciliar o trabalho doméstico e profissional, assinala ainda que este cenário tem levado as mulheres a se organizarem com o objetivo de cobrar do Estado políticas públicas que levem em conta a situação das trabalhadoras e das famílias brasileiras.

Esta inquietação também fica evidente em Kon (2002) quando afirma que na década de 1980, mudanças que atingiram o modelo patriarcal se tornaram mais intensas e visíveis, em consequência das significativas transformações sociais e econômicas em nível mundial, causadas pelas mudanças nos paradigmas de produção manufatureira, exigindo nova postura das instituições sociais e políticas no sentido de repensar as questões de gênero nas relações econômicas, como resultado das mudanças históricas e que merecem atenção especial das políticas públicas.

Outro aspecto que deve ser considerado foi observado por García Sanz (2004), ao verificar que a marginalização e a desigualdade não afetam as mulheres

com a mesma intensidade, mas variam de acordo com o nível cultural, situação econômica, qualidade do emprego, entre outras.

1.3 A trabalhadora rural e o movimento de mulheres

O fim da década de 1970 e início da década de 1980 foi um período marcado por significativas transformações de grande abrangência na estrutura social e política. Nesta época foram fundados o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, a Central Única dos Trabalhadores – CUT, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, o Partido dos Trabalhadores – PT, entre outras organizações que passaram a questionar a estrutura social vigente e a reivindicar direitos como o acesso a terra, recursos e reconhecimento político. A Igreja Católica também organizou comunidades rurais para reivindicar justiça econômica e desenvolver projetos através das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs.

A Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – FETAG, órgão estadual que representa a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e o Departamento Rural da CUT foram também, no final da década de 70 e início da década de 1980, as “[...] primeiras organizações a mobilizar mulheres em torno das bandeiras de reconhecimento dos direitos previdenciários e trabalhistas então já disponíveis às trabalhadoras urbanas, além de demandar acesso a serviços de saúde.” O MST também organizou departamentos especiais para as mulheres e as mesmas tiveram importante participação na luta pela terra já na década de 1980 (STEPHEN, 1996, p. 33).

Stephen (1996) verificou que neste período um grande número de organizações de mulheres se desenvolveu em todo país com variados objetivos.

Estas organizações recebiam apoio do Estado através dos Conselhos Estaduais sobre a condição da Mulher ou do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que denunciavam a situação de opressão vivenciada por muitas mulheres. A Igreja Católica desenvolveu temas relacionados às mulheres, foi bastante insistente na inclusão das mesmas de forma ativa na comunidade e na política, também criou a Comissão Pastoral da Terra – CPT onde mulheres e jovens eram chamados a discutir temas como acesso à terra, produção e estrutura familiar.

Segundo Stephen (1996), foi dentro do grupo chamado “Mulheres da Roça” que teve origem o desejo de formar um movimento autônomo de mulheres trabalhadoras rurais, uma vez que as mesmas não tinham dentro das outras organizações um espaço para discutir assuntos que se relacionassem exclusivamente às mulheres e em 1988 ocorreu a formação de uma comissão provisória, que encontrou certa resistência por parte de homens e mulheres contrários a iniciativa de criar um movimento autônomo.

Apesar da discordância, Heredia e Cintrão (2006, p.111) identificam as primeiras organizações específicas de mulheres no início dos anos de 1980, “[...] estimuladas principalmente pela Igreja Católica, pelo movimento sindical e pelos partidos políticos [...]”. Em 1986 foi fundado o Movimento de Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste - MMTR-NE e em 1989, no Rio Grande do Sul o MMTR-RS. Estes movimentos são ainda hoje organizações independentes.

O fato de muitas componentes do MMTR já participarem de outras organizações, tais como o MST, CUT, Igreja e sindicatos rurais, contribuiu para que o MMTR-RS quando fundado já contasse com uma organização em 80 municípios e aproximadamente 15 mil mulheres, sendo que cerca de 80% era composto por pequenas produtoras e as demais por mulheres sem-terra (STEPHEN, 1996).

Segundo Stephen (1996), Deere (2004) e Heredia e Cintrão (2006) no início de suas atividades, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reivindicavam o reconhecimento da profissão de agricultora, o acesso aos direitos previdenciários, direito à sindicalização, ao salário-maternidade e a outros direitos já assegurados às trabalhadoras urbanas.

Heredia e Cintrão (2006) expõem que os movimentos das mulheres passam a ter visibilidade com a organização de encontros, congressos, passeatas e marchas. Citam eventos como o 1º Congresso da Mulher Camponesa realizado no Rio Grande do Sul em 1982; o 1º Encontro de Líderes Trabalhadoras em 1983, a celebração de 8 de março em 1984 que reuniu mais de mil agricultoras em Erechim; o 1º Encontro Estadual das Trabalhadoras Rurais, que em 1985 reuniu cerca de 10 mil mulheres; a Caminhada das Mulheres da Roça de 1986, realizado como uma estratégia de mobilização num período anterior a elaboração da nova Constituição brasileira. No Nordeste aconteceu em 1984 o 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco e em 1986; o 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba.

Apesar da intensa organização feminina, muitos direitos demoraram a se efetivar, como por exemplo, o acesso da mulher à posse da terra que resultou de um longo processo reivindicatório. Foram necessários aproximadamente 12 anos para que a mulher passasse a ter direito ao título conjunto da propriedade. Esta conquista se efetivou com a realização de uma grande manifestação nacional das mulheres rurais em Brasília: a primeira Marcha das Margaridas⁷ realizada em 2000 sob a coordenação da Comissão das Mulheres da CONTAG (DEERE, 2004).

7 O nome “Marcha das Margaridas” é uma homenagem a Margarida Maria Alves, líder sindical assassinada em Alagoa Grande, Pernambuco, no ano de 1983. Era uma das pioneiras na luta pelos direitos das trabalhadoras rurais (HEREDIA E CINTRÃO, 2006).

A titulação conjunta da propriedade da terra é uma forma de promover a inclusão da mulher como proprietária, contribuir para igualdade de acesso aos bens na família e lhe atribuir autonomia econômica. Estes fatores são indispensáveis para transformar as relações de gênero, no entanto, se identifica certa resistência quando a mulher passa a ser proprietária de terras, uma vez que este fato lhe atribui 'poder' e isso contraria a ordem estabelecida de que o homem sustenta a família e supre as necessidades do lar. Apesar dos conflitos, é importante garantir este direito às mulheres, principalmente porque, em geral, destinam sua renda individual para o benefício da família e quando controlam a renda há maior garantia de alimentação e bem estar dos filhos (DEERE e LEÓN, 2002).

Segundo Heredia e Cintrão (2006), no ano de 2003 aconteceu a segunda Marcha das Margaridas, reunindo entre 40 mil e 50 mil mulheres de todo país em Brasília. Nesta ocasião foi entregue e negociada com o Governo uma pauta de novas e antigas reivindicações⁸ do movimento das mulheres rurais. O outro aspecto importante diz respeito ao grande número de mulheres envolvidas nas discussões que abordavam problemas de gênero que antecederam a marcha, a CONTAG acredita que cerca de 1 milhão de trabalhadoras rurais estiveram envolvidas em algum momento com atividades do evento.

Em agosto de 2007 foi realizada a terceira Marcha das Margaridas, reunindo em Brasília cerca de 30 mil trabalhadoras rurais de todas as regiões do país, com o lema: "2007 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista". O evento chamou atenção da sociedade sobre temas como discriminação, violência contra a mulher, reforma agrária e Previdência. Camargo (2007) descreve as

⁸ A pauta de reivindicações da marcha de 2003 englobam propostas de acesso das mulheres à terra, cuidados com meio ambiente, garantia de acesso a um salário mínimo digno, saúde, com assistência integral a mulher rural, o fim da impunidade e o combate à violência sexista (SALES, 2007).

colocações da coordenadora de mulheres da CONTAG, Carmem Foro. A mesma salientou que muitas das reivindicações dependem do Estado, mas que requerem mudança de comportamento, observa também que a Marcha motiva as mulheres que voltam fortalecidas para a discussão nas cidades onde residem.

O MST também dispensa especial atenção à questão de gênero em suas discussões, tem estimulado a participação das mulheres nas ocupações de terras e acampamentos. As principais reivindicações voltadas a gênero se referem a: “[...] assegurar que a terra e os créditos saiam em nome do casal, que as decisões sobre a produção sejam tomadas em família e que haja participação igualitária de homens e mulheres nas atividades de formação e capacitação e nos núcleos de base” (HEREDIA e CINTRÃO, 2006, p. 116).

De acordo com as autoras, há um grande número de organizações de mulheres rurais no país que além da atuação local buscaram uma organização maior. Esta busca se tornou realidade com a criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR em 1995, resultado da união de mulheres ligadas a vários movimentos autônomos. Segundo Deere (2004), a ANMTR tem suas origens nos trabalhos desenvolvidos pelas CEBs nos anos de 1960 e 1970 e no sindicalismo desenvolvido nos anos de 1980. A primeira atitude desta organização foi o desenvolvimento de uma campanha nacional para fornecer documentos oficiais para as mulheres trabalhadoras rurais com o objetivo de reconhecer oficialmente a profissão das mesmas, condição básica para ter acesso aos benefícios da Previdência Social.

Esta organização foi ativa e realizou uma série de ações que levaram à criação do Movimento das Mulheres Camponesas – MMC em 2003, de acordo com Heredia e Cintrão (2006, p.117):

O MMC é um movimento de “[...] expressão nacional. Sua principal bandeira é o “reconhecimento e a valorização das trabalhadoras rurais”, que têm muitas confluências com as questões levantadas pelo movimento sindical. [...] enfatiza a valorização do papel das mulheres camponesas na construção de um novo modelo de agricultura, defendendo temas como agroecologia, biodiversidade, uso de plantas medicinais, recuperação das sementes como patrimônio da humanidade, diversificação da produção e soberanias alimentar”.

A pauta de reivindicações do MMC tornou-se mais ampla, incorporando os debates sobre meio ambiente e biossegurança, além disso, as ações promovidas pelo movimento de mulheres têm buscado a igualdade de gênero, a visibilidade das mesmas como sujeitos políticos, têm apresentado ao Estado uma pauta de reivindicações e exigido a elaboração de políticas públicas que atendam necessidades específicas da classe das trabalhadoras rurais.

Quanto aos direitos trabalhistas, os trabalhadores rurais foram penalizados por um longo período se comparados aos trabalhadores urbanos, estes tiveram a legislação trabalhista que os amparava na década de 1940, já o trabalhador rural teve promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural na década de 1960, no entanto, só começou a ter acesso ao benefício depois de 1970 quando foi criado o Fundo de Previdência e Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL e o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural – PRÓ-RURAL. Este processo foi ainda mais complexo para as trabalhadoras rurais que só passaram a ter direito à Previdência Social a partir da Constituição de 1988, fato que se concretizou a partir de 1991 após mobilizações das mesmas e a elaboração de leis complementares (BRUMER, 2004; HEREDIA e CINTRÃO, 2006).

1.4 Avanços e conquistas dos movimentos das mulheres rurais

A partir do ano de 1985 começaram a ser elaborados programas e projetos

que levaram em consideração a variável gênero, passando a lançar um olhar diferenciado às trabalhadoras rurais justamente no período em que organizações se mobilizam e reivindicam direitos para esta categoria. Para Heredia e Cintrão (2006) estes acontecimentos são frutos da ação dos movimentos que representam a mulher rural.

As autoras citam uma série de conquistas que se deram a partir deste período. A criação do Programa de Apoio à Mulher Rural, desenvolvido pelo Ministério da Agricultura, objetivava desenvolver ações capazes de promover melhores condições de vida para a trabalhadora rural e o seu acesso a terra nos projetos de reforma agrária, o Projeto de Apoio à Organização da Mulher Rural, que deixou de existir no governo Collor.

Foi apenas com a Constituição de 1988 que as trabalhadoras rurais passaram a ter os mesmos direitos que os homens previstos em lei, até então o PRÓ-RURAL era concedido somente ao chefe da família, as mulheres geralmente ficavam excluídas. A antiga Constituição previa aposentadoria por velhice para ambos os sexos a partir dos 65 anos de idade, com um valor que correspondia a meio salário mínimo, com a nova lei, o benefício passou a corresponder a um salário mínimo. Todas as trabalhadoras rurais adquiriram o direito à aposentadoria aos 55 anos de idade e os trabalhadores aos 60, no entanto, esse direito somente passou a ser concedido em 1991 após novas mobilizações que culminaram com a elaboração de leis complementares (HEREDIA e CINTRÃO, 2006; KRETER e BACHA, 2006).

O acesso à aposentadoria representou um grande ganho para a trabalhadora rural, que passou a sentir-se reconhecida pelo trabalho que desempenhou, deixou de ser uma simples dependente que muitas vezes acabava contribuindo para o empobrecimento do domicílio rural e que com acesso ao

benefício pôde, inclusive, contribuir para a melhoria da qualidade de vida da família (BRUMER, 2002; HEREDIA e CINTRÃO, 2006).

O salário-maternidade para trabalhadora rural também foi uma conquista do movimento de mulheres rurais e dos sindicatos rurais que após um longo período de reivindicações obtiveram sucesso levando a regulamentação deste direito em 1994. No ano de 2000 o número de trabalhadoras rurais que tiveram acesso a este benefício foi superior ao de trabalhadoras residentes nas áreas urbanas (HEREDIA e CINTRÃO, 2006).

Segundo Pérez e Serra (2000); Deere e León (2002) a renda proveniente do trabalho feminino tem como principal destino o atendimento das necessidades básicas da família, como a aquisição de alimentos e roupas, proporcionando desta forma melhor qualidade de vida para a família. Brumer (2002, p.74) ao realizar pesquisas no Rio Grande do Sul, verificou que homens e mulheres geralmente dão destinos diferentes ao benefício da aposentadoria: as mulheres “[...] antes de mais nada, procuram garantir o seu sustento e melhorar a qualidade de vida de suas famílias [...]”, enquanto apenas parte dos homens agem neste sentido.

A autora também chama atenção para o fato de que ter acesso direto a Previdência Social Rural e receber benefícios como aposentadoria, pensão, salário-maternidade em seu nome, tem resultado numa maior conscientização quanto aos seus direitos. A possibilidade de decidir como empregar este dinheiro tem lhe atribuído maior poder, mas estas conquistas sociais e a participação em mobilizações, não tem sido suficiente para que as mulheres passem a questionar as relações de gênero a que estão submetidas no seu dia-a-dia.

Segundo Deere (2004), a importância do direito da mulher à posse da terra se justifica principalmente por duas razões que a autora chama de argumento

produtivista e de empoderamento:

O argumento produtivista refere-se ao reconhecimento de que o direitos das mulheres a terra está associado com o aumento de bem-estar das mulheres e seus filhos, bem como sua produtividade e, portanto, com o bem-estar de sua comunidade e sociedade. O argumento do empoderamento reconhece que os direitos das mulheres à terra são decisivos para aumentar seu poder de barganha dentro da família e da comunidade, para acabar com sua subordinação aos homens e, atingir uma real igualdade entre homens e mulheres (DEERE, 2004, p. 176, 177).

A organização do movimento autônomo de mulheres, bem como sua ação reivindicatória junto aos sindicatos rurais, foi importante para a inclusão deste tema na Constituição de 1988. A principal reivindicação levantada nos grupos, sobretudo pelas mulheres do Nordeste, foi “[...] a distribuição de terra pela reforma agrária para mulheres chefes de família e de titulação conjunta para casais [...]” (DEERE, 2004, p. 181).

De acordo com Deere (2004), esse direito foi conquistado com a elaboração da Constituição de 1988, porém o Primeiro Censo de Reforma Agrária de 1996 revelou que em nível nacional apenas 12,6% das mulheres foram beneficiárias, em consequência da discriminação existente, apesar do estabelecimento de medidas que estabelecem a igualdade formal entre homens e mulheres.

Esta discriminação se manifestava nos documentos oficiais como o Estatuto da Terra de 1964 e a legislação que vigorou até 1985, estes priorizavam chefes de família que optassem por desenvolver a agricultura, no entanto, a norma cultural considera que se há um homem na casa, ele é considerado o chefe. Esta norma tem se apresentado desfavorável às mulheres em muitas situações. Deere (2004) observa que o Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA parece preferir titular um filho a conceder a titulação a uma mulher chefe de família e interpreta o baixo número de beneficiárias como uma consequência da atuação dos movimentos sociais rurais que não defenderam e não colocaram o direito de acesso à terra como

prioridade.

Paulilo (2004, p. 233) observa que “[...] mesmo quando o direito garante a igualdade de gênero, isso não significa que na partilha da propriedade agrícola as filhas herdem como os filhos [...]”. Esta constatação evidencia a forte pressão da norma cultural que parece estar impregnada na sociedade.

CAPÍTULO 2. Desenvolvimento rural: uma perspectiva de gênero

Este capítulo trata dos elementos que contribuem para o processo de desenvolvimento na interpretação de diferentes autores e de uma análise sobre a relação entre desenvolvimento e gênero, para tanto, está dividido em duas seções.

A primeira seção intitulada “Desenvolvimento e gênero” está subdividida em duas subseções. A primeira subseção trata da importância do acesso às liberdades apontadas por Sen (2000 e 2001) e da interpretação de Boisier (1999) ao descrever o capital sinérgico como o elemento articulador das nove formas de capital que considera capazes de levar um território ao desenvolvimento. A segunda subseção apresenta as diferentes fases do paradigma de desenvolvimento e gênero, visando demonstrar os avanços e a importância de ações das mulheres no processo de desenvolvimento.

A segunda seção intitulada “Desenvolvimento rural e gênero”, também está subdividida em duas subseções. A primeira subseção apresenta um breve histórico sobre a modernização da agropecuária, perpassa pela criação do setor agrícola, pelas mudanças no decorrer do processo e chega à consolidação dos complexos agroindustriais (CAIs) e ainda apresenta algumas considerações sobre a pluriatividade. A segunda subseção apresenta uma breve análise sobre a presença do trabalho feminino no cotidiano do espaço rural.

2.1 Desenvolvimento e gênero

2.1.1 O Desenvolvimento no olhar de Amartya Sen e Boisier

O processo de desenvolvimento compreende uma série de variáveis e, por vezes, é confundido com o termo crescimento econômico, no entanto, está mais presente na literatura a utilização do termo “desenvolvimento” para designar a melhoria da qualidade de vida da população.

Sen (2000, p.52) concebe desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, sendo a expansão da liberdade o direito mais importante e o principal meio de desenvolvimento. Nesta perspectiva, o acesso às principais liberdades “[...] incluem as capacidades elementares, por exemplo, ter condições de evitar as privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão [...]”. Para o autor a concepção de desenvolvimento deve ir muito além da maximização da renda ou da riqueza, uma vez que está relacionado à qualidade de vida.

Neste sentido, o acesso às políticas públicas, ao mercado de trabalho, a uma justa remuneração, aos espaços públicos representam apenas alguns direitos que as mulheres devem usufruir para desfrutar das liberdades reais pregadas por Sen (2000).

Para Furtado (1979, p. 588) desenvolvimento é:

[...] o processo de melhoria da qualidade de todas as vidas humanas, podendo ser analisado dentre três aspectos igualmente importantes: 1) aumento dos níveis de vida da população, isto é - sua renda e níveis de consumo de alimentos serviços, médicos, educação, etc. - através de processo de crescimento econômico relevante; 2) criação de condições que contribuam para o aumento do auto respeito da população através do estabelecimento de sistemas econômicos, políticos, sociais e institucionais

que garantam a dignidade e o respeito humano; 3) o aumento da liberdade de escolha da população através da ampliação de sua gama de variáveis de escolha.

Sen (2000, p. 29) aborda o desenvolvimento dentro de uma perspectiva de acesso às liberdades. O autor observa que para muitas pessoas no mundo são “[...] negados a liberdade política e os direitos civis básicos [...]” e, conseqüentemente, o direito de conduzir suas vidas, uma vez que não participam das decisões que irão influenciá-las futuramente. Este fato é considerado uma deficiência, porque atinge os elementos que constituem a liberdade humana.

O autor salienta que a privação da liberdade atinge muitas pessoas no mundo, privação que se manifesta na negação da liberdade básica de sobreviver, na fome, na subnutrição, no acesso insuficiente ao atendimento da saúde, ao saneamento básico, entre outros fatores que acabam abreviando muitas vidas. Neste sentido, a privação das liberdades acaba interferindo negativamente no processo de desenvolvimento porque:

[...] desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistêmica, negligência dos serviços públicos e intolerância ou inferência excessiva de Estados repressivos (SEN, 2000 p. 18).

O ser humano deve ter acesso às liberdades sociais para que possa moldar seu destino enquanto agente⁹ (agency) e não ser apenas um sujeito passivo que segue sua vida segundo a decisão de outras pessoas (SEN, 2000).

Segundo o autor é fundamental compreender que as liberdades políticas estão intimamente ligadas com as necessidades econômicas. Identificá-las, exige a participação e o debate público, onde haja espaço para críticas e reflexões que

9 “[...] Refere-se à realização de objetivos e valores que uma pessoa tem razão para buscar, estejam eles conectados ou não ao seu próprio bem-estar” (SEN, 2001, p. 103).

conduzam a escolhas democráticas. Este mecanismo tem se mostrado muito eficaz na avaliação de problemas sociais e políticos. O atendimento às necessidades econômicas requer o exercício do direito político, uma vez que “[...] o desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos [...]” (SEN, 2000, p.29).

Sen (2001, p.60) analisa a complexidade da ‘igualdade’ dentro de uma sociedade constituída por características distintas quanto a “[...] idade, sexo, saúde física e mental, força física, capacidades intelectuais, circunstâncias climáticas, vulnerabilidade epidemiológicas, ambientes sociais [...]” o que torna todas as pessoas ‘desiguais’. A grande questão que se coloca é como buscar a igualdade na desigualdade? E ainda a outra questão que permanece trata da ‘igualdade de que?’. As pessoas são diferentes, têm objetivos e necessidades distintas. Nesta discussão Sen (2001) observa que a desigualdade na distribuição de renda é bastante evidente e considera que:

A extensão da desigualdade real de oportunidades com que as pessoas se defrontam não pode ser prontamente deduzida da magnitude da desigualdade de rendas, pois o que podemos ou não fazer, podemos ou não realizar, não depende somente de nossas rendas, mas também da variedade de características físicas e sociais que afetam nossas vidas e fazem de nós o que somos (SEN, 2001, p.60).

A variável renda compõe índices que medem a desigualdade e avaliam o nível de bem-estar social, no entanto, não leva em consideração as dificuldades de certas pessoas em transformar renda em bem-estar e liberdade (SEN, 2001).

A mulher tem, aos poucos, ampliado sua participação social. Num primeiro momento os movimentos se voltavam para a conquista do bem-estar feminino, passando posteriormente a lutar pelo direito da mulher ser agente capaz de agir e transformar sua vida e de sua família. A conquista do bem-estar requer sua atuação

enquanto agente (SEN, 2000).

É interessante observar que a maioria das mulheres tem diariamente uma extensa carga horária de trabalho não remunerado - trabalho reprodutivo - desconsiderado economicamente. Porém, na medida em que desenvolvem atividades que geram renda, passa a ter certa independência e poder, seu trabalho ganha visibilidade e elas passam a ser mais valorizadas e ouvidas. O contato com outras pessoas e outros ambientes amplia seu nível educacional, melhora sua qualificação e as torna mais eficaz enquanto agente capaz de gerar mudanças.

Estas mudanças são benéficas a si própria, a outras mulheres, a sua família, enfim à sociedade, em decorrência da participação feminina nas discussões que podem interferir nas decisões, nas políticas públicas, no planejamento. Sen (2000, p. 226) observa que “[...] a liberdade para procurar e ter emprego fora de casa pode contribuir para reduzir a privação relativa – e absoluta – das mulheres. A liberdade em uma área [...] parece contribuir para aumentar a liberdade em outras (mais liberdade para não sofrer fome, doença [...])”.

De acordo com Deere e Leon (2002), o movimento feminista tem voltado sua atenção às questões de identidade, desigualdade e participação no espaço público e político nos anos de 1990 e apesar do interesse quanto à autonomia e empoderamento da mulher, muito pouco foi feito para que tivessem acesso ao domínio material e aos meios para que isto ocorresse na prática.

Para Sen, (2000, p. 29) “[...] a desigualdade entre mulheres e homens afeta – às vezes encerra prematuramente – a vida de milhões de mulheres e, de modos diferentes, restringe em altíssimo grau as liberdades substanciais para o sexo feminino”. Neste sentido se faz necessário promover ações que atendam as necessidades básicas e concedam o acesso à liberdade de viver dignamente.

Sen (2000) discute os papéis de gênero e aponta como é regido nas tarefas familiares, observa que apesar das diversas conquistas femininas, os homens geralmente se recusam a dividir o trabalho doméstico. O que se verifica é que a mulher conquistou espaço público, tem mais poder, seu trabalho ganhou visibilidade, no entanto, continua na maioria dos lares a desempenhar sozinha todos os trabalhos domésticos e a ser a principal responsável pelos cuidados com os filhos.

Por outro lado, níveis educacionais mais elevados e a obtenção de poder pelas mulheres são fatores que tem contribuído para reduzir a taxa de fecundidade e a aumentar o nível de sobrevivência das crianças. Sen (2000, p. 228) observa que há “[...] uma relação estreita entre a alfabetização feminina e a sobrevivência das crianças em muitos países do mundo [...]”, evidenciando assim a importância da mulher enquanto agente de mudança e promotora do bem estar social.

De acordo com Sen (2000), em geral as mulheres se encontram em posição social, econômica e política inferior ao homem, considerado o arrimo de família, aquele que detêm o poder econômico - fato que lhe atribui respeito - mas quando tem oportunidade de assumir estes papéis elas têm se mostrado eficientes. Muitas vezes as mesmas são penalizadas por não ter acesso aos recursos econômicos, ao título de propriedade da terra ou a outras posses que poderiam servir como garantia para ter acesso ao crédito e iniciar um novo empreendimento.

O ganho de poder das mulheres é um dos aspectos centrais no processo de desenvolvimento em muitos países do mundo atual. Entre os fatores envolvidos incluem-se a educação das mulheres, seu padrão de propriedade, suas oportunidades de emprego e o funcionamento do mercado de trabalho. [...] A condição de agente das mulheres é um dos mediadores da mudança econômica e social, e sua determinação e suas consequências relacionam-se estreitamente a muitas das características centrais do processo de desenvolvimento (SEN, p. 234, 235).

Segundo o autor, a condição de agente possui grande alcance, transcende o aspecto do bem-estar feminino e atinge a esfera social, política e econômica e por

este motivo merece maior atenção diante de sua importância, visto o grande potencial da mulher na contribuição para o desenvolvimento como liberdade.

Sen (2002, p.52) procura ver o “[...] desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam [...]” e as considera tanto fim quanto meio de desenvolvimento, aborda a articulação das diferentes liberdades para promovê-lo. As questões de liberdade e escolha são problemáticas para as mulheres numa sociedade patriarcal, visto que, restringem as possibilidades de ação, decisão e poder feminino.

Boisier (1999) faz uma reflexão acerca dos conceitos de desenvolvimento e crescimento e evidencia a interação entre ambos, ao afirmar que o desenvolvimento é um fenômeno de ordem qualitativa, no entanto alcançá-lo requer ações do tipo quantitativo. São muitas as definições do termo ‘desenvolvimento’ e se propõe a analisá-lo sob a ótica das diversas formas de capital que é possível encontrar num território organizado.

Para o autor, o ‘capital sinérgico’ se encontra no seio de toda comunidade e se traduz na capacidade social de promover ações conjuntas, com o objetivo de beneficiar o coletivo e obter um resultado final maior que a soma das partes. O capital sinérgico seria o elemento catalisador que associado a nove formas de capital – econômico, cognitivo, simbólico, cultural, institucional, psicosocial, social, cívico e humano – deve ser articulado para gerar o caminho do desenvolvimento. Em suma, a estratégia seria então avaliar a disponibilidade de cada forma de capital disponível no território, para em seguida articular e incluí-los em um projeto político¹⁰ de desenvolvimento.

Boisier (1999) tem como objeto de estudo o desenvolvimento territorial e as

¹⁰ Para o autor “projeto político” é por definição um projeto coletivo, fruto do consenso que cumpre com os requisitos básicos de uma proposta de desenvolvimento.

diferentes formas de capitais ali existentes. O conjunto de capitais forma o capital sinérgico e segundo o autor, toda comunidade possui estes diferentes tipos de capital, que quando “[...] adequadamente articulados entre si, deveriam quase que inexoravelmente produzir desenvolvimento [...]”. Para o autor o capital sinérgico está presente em toda sociedade organizada e corresponde a um estoque de grandeza capaz de receber energia para ampliar e articular as nove formas de capital (BOISIER 1999, p. 65).

Apesar de Boisier não levantar e discutir os papéis de gênero e em especial os das mulheres, pode-se evidenciar pela análise de literatura que a mulher expressa pouco dos capitais relacionados e, em consequência, há uma perda enorme do potencial de desenvolvimento. As mulheres têm em média mais anos de escolaridade em relação aos homens, o qual poderia se transformar em desenvolvimento, mas a estrutura social, principalmente no meio rural gera perdas desse potencial. A oportunidade de desenvolver diferentes tipos de capitais poderia contribuir para aumentar a articulação social, uma vez que as mulheres estariam melhor preparadas para atuar tanto no ambiente familiar quanto na comunidade, promovendo assim desenvolvimento.

2.1.2 Diferentes fases do paradigma de desenvolvimento e gênero

A participação das mulheres no processo de desenvolvimento faz parte da história da humanidade, no entanto, o reconhecimento de suas ações e avanços são ainda bastante recentes e fruto de muitos enfrentamentos dentro da cultura patriarcal.

Pesquisadores do Instituto Internacional de Pesquisa e Capacitação das

Nações Unidas para a Promoção da Mulher – INSTRAW (1995) afirmam que as relações de gênero devem ser observadas em qualquer área ao se buscar o desenvolvimento sob a pena de se basear em considerações imperfeitas se assim não proceder. As diferenças entre homens e mulheres devem estar presentes ao se elaborar estratégias de desenvolvimento, políticas públicas entre outras ações; não reconhecer o viés de gênero só reforça a discriminação.

Segundo o INSTRAW (1995, p.15) “gênero é um conceito que se refere a um sistema de papéis e de relações entre mulheres e homens, os quais não são determinados pela biologia, mas pelo contexto social, político e econômico”. Diante do exposto pode-se concluir que os papéis de gênero são construídos socialmente e culturalmente, ou seja, a sociedade, em função da sua história, ideologia, cultura, religião, desenvolvimento econômico, impõe diferentes papéis de acordo com o sexo da pessoa.

De acordo com Singh (2006) o paradigma de desenvolvimento e gênero tem ocupado lugar de destaque nos estudos de desenvolvimento e modernização em sociedades em desenvolvimento, no entanto, a natureza dinâmica destas sociedades e a complexidade dos processos de mudanças levaram a resultados contraditórios e conduziram a demarcação de quatro fases dentro do paradigma: mulheres no desenvolvimento (WID); mulheres e desenvolvimento (WAD); gênero e desenvolvimento (GAD); e mulheres, cultura e desenvolvimento (WCD). Todas as fases objetivam explicar a situação das mulheres em países em desenvolvimento e planejar um programa de trabalho para o bem-estar das mesmas.

A autora sintetizou e descreveu as principais características de cada fase: o WID foi desenvolvido no período de 1960 a 1970, fase que coincidiu com o surgimento do movimento feminista ocidental em 1968 e, sofria influência do

feminismo liberal ocidental, o qual estava relacionado à teoria econômica neoclássica. Nesta fase, ressalta-se a busca do desenvolvimento com base na eficiência e combate à pobreza, promovendo a integração e o desenvolvimento com objetivos voltados para as mulheres. Considerava a cultura tradicional local uma barreira para o crescimento e atribuía críticas ao sistema patriarcal e à dependência que ele propagava. Por estes fatores, uma solução encontrada foi a participação das mulheres no trabalho econômico dentro de uma sociedade moderna, que as colocava no centro do processo de desenvolvimento.

O enfoque teórico WID da década de 1970 e 1980 questionava o papel da mulher no desenvolvimento econômico e colocava a necessidade de criar estratégias capazes de proporcionar às mulheres maior acesso à educação e capacitação, para que, qualificadas, integrassem os modernos setores econômicos e participar do processo de desenvolvimento. Este enfoque foi bastante criticado por concentrar-se apenas na mulher, não levando em consideração a situação feminina como resultado das relações entre gêneros. Esta constatação conduziu a “[...] debates sobre a importância das relações de poder, de conflito nas relações de gênero para entender a subordinação das mulheres [...]” (HERNÁNDEZ, 2006, p.3).

O WAD desenvolvido entre 1975 e 1985, pela Organização das Nações Unidas, teve como ponto de partida a reação adversa ao capitalismo influenciado pelo Marxismo. Nesta fase, ONGs desenvolveram trabalhos com mulheres baseados na teoria da dependência, uma vez que se acreditava que o desenvolvimento é um processo auto-suficiente e auto-organizado que incorpora as mulheres no processo de desenvolvimento com o objetivo de criar uma nova estrutura econômica. Neste momento, negava-se a importância do sistema patriarcal, uma vez que pela sua essência atribuía maior importância à discriminação baseada em classes sociais.

Defendiam uma cultura unificada e homogênea, capaz de promover a igualdade econômica. As críticas a esta fase se deviam à ausência do reconhecimento das diferenças entre homens e mulheres, ao focalizar o papel produtivo e ignorar o papel reprodutivo.

Já o GAD foi elaborado na metade dos anos de 1980 e segue até o presente, dentro de um contexto de críticas dos acadêmicos ocidentais a organizações como o Banco Mundial e as políticas do Fundo Monetário Internacional para mudança estrutural nas economias do Terceiro Mundo. Esse período também é marcado pela crescente compreensão da ineficácia de programas destas organizações e pela queda de economias do sudeste asiático. Teve origem nos grupos feministas do Terceiro Mundo, dentro de grupos radicais e socialistas. Esta fase do paradigma promove a incorporação da construção social de gênero no desenvolvimento e considera a cultura tradicional opressiva e mantida pelo patriarcalismo.

Cornwall (1997), quando se refere ao GAD, compartilha do conceito elaborado pelo INSTRAW e vai além, ao afirmar que são iniciativas criadas com o objetivo de corrigir os efeitos de desigualdade de gênero, a fim de trabalhar para o envolvimento e a inclusão da mulher na busca do processo de desenvolvimento. A autora observa também, que a categoria gênero se tornou um meio para desinstitucionalizar privilégios masculinos, dentro do planejamento e de políticas de desenvolvimento.

Ainda de acordo com Cornwall (1997, p.10) “[...] a desconstrução da categoria ‘homem’ ou ‘mulher’ revela uma série de suposições, idéias e julgamentos que podem ser entendidos como experiências pessoais em seu contexto cultural [...]” Neste sentido, a desconstrução seria um momento de análise para uma

posterior reconstrução dentro de um novo paradigma.

Finalmente Singh (2006) propõe mais um avanço conceitual, o WCD que foi elaborado no período de 1990 a 2000, num contexto de aversão das feministas do Terceiro Mundo às grandes teorias e em reação à crença hegemônica ocidental sob a crescente influência dos acadêmicos do Terceiro Mundo. Esta fase valoriza o equilíbrio entre o ambiente local e o global, ciência e tecnologia, valores, identidades, instituições e produção. A mulher é incluída no processo de desenvolvimento e vê a necessidade de resgatar a cultura tradicional como forma de manter o sistema local de valores, convicções e ações. Concebe o sistema patriarcal como uma das muitas realidades na vida das mulheres e considera que os papéis produtivos e reprodutivos são inseparáveis. Enfim, esta última fase tem um foco de pesquisa multidimensional, mas prioriza a cultura.

Estes debates levaram ao desenvolvimento de um novo enfoque no decorrer da década de 1990, onde se pregava a igualdade legal, política e social para as mulheres, o direito de controlar suas funções reprodutivas, alcançar independência econômica. Singh (2006) considera que as mulheres foram excluídas do desenvolvimento, sendo necessário criar mecanismos para incorporá-las no processo, objetivando reduzir a desigualdade entre os gêneros.

Otsyina e Rosenberg (1999, p. 48) ainda afirmam que em muitas comunidades “a falta de consciência social das mulheres está associada à inabilidade aprendida de pensar ou entender sua própria situação”. Esta citação traduz a complexidade do tema e o grande desafio a ser superado, no sentido da tomada de consciência da realidade, no entanto, se deve dispensar especial atenção ao aspecto cultural da sociedade em que a mulher está inserida.

2.2 Desenvolvimento rural e gênero

2.2.1 Modernização da agropecuária e agricultura familiar

Szmrecsányi (1990) salienta que apenas na década de 1950 o setor agropecuário passou a consumir os produtos industrializados no país, dando início à industrialização da agricultura¹¹. De acordo com Kageyama *et al.* (1987) e Graziano da Silva (1998) nos anos pós-guerra ocorreu a implementação significativa de um processo de modernização na base técnica da agricultura, caracterizada pela importação de tratores, fertilizantes, defensivos, uso de novas ferramentas, substituição de determinadas culturas e a inserção de novas variedades com o propósito de aumentar a produtividade. A produção deixou de ser artesanal e passou a ser moderna, intensiva e mecanizada, embora ainda houvesse dependência externa, com a implantação da indústria de base nos anos de 1950-1960 o Brasil, passou a produzir internamente os insumos modernos, máquinas e equipamentos para agricultura. Este fato atribuiu ao país certo grau de independência, capaz de tornar o processo de modernização irreversível gerando pré-requisitos para a industrialização da agricultura.

Graziano da Silva (1998) considera a industrialização da agricultura um processo amplo que desencadeou alterações na forma de produção, a agricultura passou a ser mais integrada aos setores industriais, surgiram novas relações do homem com a natureza, novas relações sociais de produção com a inserção de máquinas e uma divisão capitalista do trabalho. Dentro desta dinâmica do meio rural, as transformações levaram ao domínio dos Complexos Agroindustriais (CAIs).

11 Trata-se da adaptação dos processos produtivos de transformação aos processos produtivos do setor agropecuário.

Com a evolução dos complexos agroindustriais, Graziano da Silva (1998) concluiu em seus estudos que a produção agrícola passou a constituir apenas um elo de uma cadeia, muito diferente do complexo rural, fechado em si mesmo e também parcialmente diferente do complexo agro-comercial que prevaleceu até a década de 1960. Assinala que a constituição do CAI se deu em meados dos anos de 1970 e em consequência da especialização dos novos ramos, houve a constituição de vários complexos agroindustriais.

Diante da nova configuração do meio rural, as máquinas e os agrotóxicos reduziram a necessidade de mão-de-obra do trabalhador rural. Segundo Veiga (2000, p.87) este processo de modernização “[...] condenou um grande número de agricultores à decadência, forçou grande parte da força de trabalho rural a favelizar periferias urbanas; e fez dobrar ou triplicar o número de pobres rurais [...]” em consequência das políticas governamentais implementadas a partir dos anos 1960, que favoreceram os grandes proprietários em detrimento dos agricultores familiares.

A intervenção governamental de proteção à economia agrícola por meio de subsídios diretos e indiretos, somada às inovações institucionais foi benéfica principalmente aos grandes produtores que na ocasião criaram organizações, as quais em sua maioria obtiveram êxito, tais como o instituto do café, do açúcar e do álcool, do cacau e mais tarde cooperativas que se mostraram muito eficientes para captar recursos provenientes “[...] da política de proteção estatal à grande agricultura”. Os pequenos e médios produtores também criaram organizações, no entanto não tiveram sucesso em suas iniciativas (GUIMARÃES, 1982, p. 51).

Corroborando esta linha de pensamento, os estudos de Staduto (2003, p. 7) identificam na política de crédito rural oficial subsidiado, a origem do capital que deu suporte e, conseqüentemente, levou a um aumento da produção agrícola, mas em

contrapartida favoreceu os grandes proprietários e as Regiões Centro-Sul do país. Segundo os autores, “[...] o crédito oficial contribui para aumentar ainda mais a concentração de terras e, conseqüentemente aumentou o excedente de mão-de-obra [...]”.

Veiga (2000) enfatiza que os países desenvolvidos trilharam o caminho inverso, com a adoção de políticas que valorizam o meio rural e promovem a modernização pensando na unidade de produção conduzida por famílias, além de atribuir aos mesmos uma leve e por vezes até inexistente carga fiscal para a agropecuária.

Graziano da Silva (1998) ao analisar estudos realizados pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO verifica que as políticas governamentais brasileiras de combate à pobreza rural são ineficientes porque não atingem suas causas, ou seja, não mexem na estrutura da distribuição dos fatores econômicos fortemente concentrados. De acordo com o autor, esta situação é resultado da política macroeconômica e agrícola que excluem grande parcela da população rural do modelo de desenvolvimento.

Ainda nesta linha de pensamento, Nascimento (2002) afirma que não se pode continuar elaborando programas de desenvolvimento rural, que contemplem apenas a agricultura, visto que a produção agrícola alimentar já é um problema resolvido. Faz-se necessário atender a grande parcela da população que perdeu ao longo do processo de modernização da agropecuária.

O autor se refere às pessoas que ficaram excluídas do processo, sem acesso à terra, ao emprego e ainda aos pequenos produtores rurais que não se integraram aos CAIs. Não estar integrado a um CAI agrava o problema do pequeno proprietário que não consegue competir com o elevado índice de produtividade dos

integrados, ficando desta forma exposto ao risco de exclusão. Nascimento (2002, p.71) acredita que o incentivo a esta classe que está dissociada do agronegócio “[...] possui maior potencial de expansão do emprego e de renda rural, à medida que se proliferam no país experiências alternativas de geração de atividades não-agrícolas e “novas atividades” agrícolas voltadas para pequenos “nichos” de mercado”.

Souza (2004) identifica uma redução da população ocupada no Estado do Paraná e atribui este fato, na maioria dos casos aos efeitos da modernização agrícola do final dos anos de 1960 e início de 1970, somado ao uso intensivo dos insumos modernos e mecanização, além da substituição de aproximadamente dois milhões de hectares de lavouras por pastagens no decorrer dos anos de 1990, levando à expulsão de pequenos produtores.

A adoção de tecnologias poupadoras de mão-de-obra para culturas tradicionais do país, como algodão, café e cana-de-açúcar, bem como o desenvolvimento capitalista do setor agropecuário, tem alterado a composição da mão-de-obra, levando a redução dos postos de trabalhadores temporários no período de 1985 a 1995/96, em contrapartida se verifica um aumento na oferta de postos para trabalhadores permanentes, mas apenas para aqueles mais qualificados, que se enquadram no novo ciclo tecnológico iniciado na década de 1990 (STADUTO *et al.*, 2004).

Este contexto traduz a realidade do setor agropecuário e expressa a necessidade de desenvolver ações que conduzam à adoção de estratégias abrangentes calcadas na inclusão social, visto que, segundo Nascimento (2002) há um caráter de irreversibilidade na redução das ocupações na agricultura e na indústria, frente a um crescimento das atividades não-agrícolas que carecem de políticas públicas capazes de integrar atividades agrícolas e não-agrícolas, aliadas a

uma política econômica e social que ofereçam aos habitantes do meio rural, alternativas geradoras de renda proporcionando aos mesmos, melhor qualidade de vida.

O mesmo autor em seus estudos identifica outra estratégia fundamental para o enfrentamento da pobreza rural, ou seja, a participação direta dos envolvidos no processo. Cita os apontamentos de Campanhola e Graziano da Silva (1999) quanto à importância das iniciativas de desenvolvimento local que devem partir de 'baixo para cima'.

Para estes autores uma política de desenvolvimento local deve ter como objetivo central a eliminação da pobreza rural, para tanto, sugerem a implantação de políticas públicas voltadas para investimentos em estrutura básica, incentivos à autoconstrução rural e programas de garantia e renda mínima, apoio à educação básica no meio rural, direcionada para o desenvolvimento local e formação voltada ao exercício da cidadania, à readequação do sistema de pesquisa agropecuária e do sistema de extensão rural visando despertar e respeitar as iniciativas da população local, resgatar as características culturais e sociais da comunidade e não focar apenas o aspecto econômico.

Outra alternativa seria a criação de organizações cooperativas e associações com vistas a incorporar na sua pauta as atividades não-agrícolas, ou seja, se deve estar atento à realidade do meio rural e não levar em consideração somente o aspecto agrícola (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA 1999).

As contínuas mudanças estruturais que vem ocorrendo no meio rural têm gerado dificuldade em conceituar ruralidade, em delimitar o que é rural e o que é urbano, a ponto de se constituir num desafio aos estudiosos desta área frente à complexa teia de relações que ali se estabelece e sua difícil interpretação

(GRAZIANO DA SILVA, 2002; SCHNEIDER, 2003).

Desde meados da década de 1990, pesquisadores brasileiros têm se dedicado a estudar estas relações e passaram a usar termos como 'agricultura familiar e pluriatividade' para explicar a dinâmica que se estabelece no meio rural. Para Schneider (2003, p. 29) pluriatividade:

Refere-se à emergência de situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a dedicar-se ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura e ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção.

Para Sacco dos Anjos (2001), estabelecimentos pluriativos são aqueles que não conseguem absorver toda força de trabalho dos residentes, bem como aqueles que recebem renda proveniente do desenvolvimento de atividades não-agrícolas.

Apesar de se constituir num novo objeto de estudos no Brasil, Graziano da Silva (2002) argumenta que nos países desenvolvidos este paradigma já está consolidado e conhecido como o part-time-farmer, onde o agricultor ou pecuarista combina atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas, tanto nos ramos tradicionais urbano-industrial, como também dentro da propriedade ou mesmo fora desta, através do lazer, turismo, conservação da natureza, entre outras novas atividades que têm sido oferecidas no meio rural.

Sacco dos Anjos (2001, p. 56) enfatiza que o tema pluriatividade é amplamente discutido nos países desenvolvidos e menciona principalmente o caso europeu onde está "[...] vinculado a novos esquemas e ordenamentos fundados na defesa da multifuncionalidade do meio rural, entendida esta, grosso modo, como a atribuição de novos papéis aos territórios diante de uma sociedade totalmente abastecida de alimentos e matérias-primas [...]". Este processo provocou uma ruptura de paradigma assentado até então na modernização produtivista adotada

desde o início dos anos de 1970, cedendo espaço para o desenvolvimento do paradigma da multifuncionalidade.

Diante deste contexto, a agricultura em tempo parcial – pluriatividade - passa a ser vista como um fator positivo para o desenvolvimento rural, reconhecida como uma característica da agricultura contemporânea ao combinar atividades e rendas provenientes de dentro e de fora da unidade de produção (SACCO DOS ANJOS, 2001).

No Brasil é crescente o número de pessoas que possuem domicílio rural e desenvolvem atividades não-agrícolas. De acordo com Graziano da Silva (1998), em 1981 representavam 3,1 milhões de pessoas e em 1990, 5,2 milhões, constituindo neste mesmo ano um total de 45% da PEA¹² agrícola ocupada em atividades não-agrícolas e com domicílio rural.

Pesquisas realizadas por Nascimento (2002) revelam uma estabilização nos casos de pluriatividade em praticamente todas as Regiões brasileiras, com exceção para a Região Nordeste, onde é puxada pelo trabalho doméstico. O autor relaciona o não crescimento da pluriatividade à política de desenvolvimento rural implementada no país. Enfatiza que a Revolução Verde, implantada a partir dos anos de 1960 resolveu o problema agrícola quanto ao quesito produtividade, no entanto, aprofundou o problema da estrutura fundiária altamente concentrada, ampliando ainda mais a desigualdade social e provocando o êxodo rural e, desta forma, transferindo um problema rural para a esfera urbana.

Lamarche (1996) apud Schneider (2003) acredita que numa sociedade moderna o pequeno agricultor desempenhará o papel de jardineiro da natureza, se dedicará aos cuidados com a preservação ambiental e à manutenção da população

12 PEA – População Economicamente Ativa – formada no Brasil pela parcela da população com 10 anos ou mais e que contribui diretamente para a produção mercantil (DEDECA, 1998).

no espaço rural, bem como desenvolverá atividades econômicas voltadas ao turismo rural, artesanato e outras atividades cuja principal função é a conservação da paisagem. Caberá aos grandes proprietários, detentores de capacidade tecnológica e modernamente equipados e integrados ao sistema agroalimentar, desempenhar o papel de produtores rurais.

Nascimento (2005 p.46) ao analisar a literatura que discute pluriatividade, observa que no Brasil há diferentes explicações para o fenômeno e manifesta sua preocupação quanto o cumprimento da expectativa atribuído ao mesmo, uma vez que a pluriatividade pode não dar conta de “[...] sustentar a parcela mais desestruturada do conjunto da agricultura familiar e, com isso, servir de instrumento para solucionar boa parte dos problemas comuns ao rural e ao urbano”.

Diante desta revisão, observa-se que a pluriatividade tem sido identificada em diferentes regiões e apresenta características distintas, este fato tem levado a interpretações que não convergem para um consenso, mas que exigem uma análise mais abrangente deste fenômeno e suas conseqüências.

Para Abramovay (1999), o processo de desenvolvimento rural não acontecerá espontaneamente, se faz necessária a elaboração de políticas públicas capazes de promovê-lo. Para o autor, superar o risco de atraso e abandono das regiões requer iniciativas que não devem partir apenas do poder público e de transferências por ele concedidas, mas também da mobilização das organizações locais e das forças sociais interessadas na valorização e desenvolvimento do meio rural.

Nos últimos anos tem-se observado novas iniciativas na busca do desenvolvimento rural. Para Graziano da Silva (2002, p.29) “a criação de empregos não-agrícolas nas zonas rurais é, portanto, a única estratégia capaz de reter a

população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e, ao mesmo tempo, elevar a sua renda”. O autor ainda observa que esta ação nem sempre será capaz de gerar renda satisfatória para todas as famílias de uma região e em casos específicos sugere a intervenção do Estado que por meio de transferências dos fundos públicos venha proporcionar condições dignas de sobrevivência.

Wanderley (2003) constata que desenvolvimento rural não é objeto de consenso, mas que está frequentemente associado a projetos que objetivam a superação do rural e não necessariamente ao seu desenvolvimento. A autora observa que:

O desenvolvimento rural é freqüentemente percebido como a urbanização do meio rural, isto é, um processo que visa prolongar até à zona rural, os benefícios urbanos - tais como eletricidade, transporte, abastecimento de água - ou favorecer um maior acesso da população rural a bens e serviços sociais - educação, saúde, atendimento bancário - em geral concentrados na sede municipal. Da mesma forma, a multifuncionalidade da agricultura, e o exercício da pluriatividade pelos agricultores são também, não raramente, associados a um processo de aprofundamento da urbanização do meio rural (WANDERLEY, 2003, p.1).

A idéia do rural que se propaga, refere-se a um rural vazio que busca uma agricultura mais moderna, na realidade é imprescindível conceber um ‘rural’ que se define pelo predomínio de espaços naturais, com relações sociais específicas formadas por pequenos grupos, caracterizando um espaço que interessa a sociedade e deve ser valorizado e preservado (WANDERLEY, 2003).

A autora ainda descreve três desafios que devem ser enfrentados para alcançar o desenvolvimento rural: o primeiro consiste em vencer a precariedade social dos habitantes do campo, uma vez que no Brasil a população rural está longe de ter uma renda comparável à obtida pela população urbana. O segundo desafio aponta para a necessidade de vencer o isolamento das populações rurais, para tanto, é preciso integrá-los ao conjunto da sociedade e indica as pequenas cidades

como espaço de intermediação para assegurar a intensidade dos contatos sociais como forma de promover a qualidade de vida. Já o terceiro desafio consiste em assegurar a cidadania do homem do campo, no campo, sendo reconhecido e valorizado no espaço que vive.

Análises que contemplam a presença da mulher nesta dinâmica rural são ainda raras. Neste sentido o presente estudo objetiva auxiliar a compreensão desta temática, com atenção especial para atividades desenvolvidas pelas mulheres rurais e conseqüentemente sua participação no processo de desenvolvimento rural.

Neste sentido a mulher precisa ser contemplada quando se pensa em estratégias de desenvolvimento rural, como já foi citado, apresenta maior grau de escolaridade que o homem e seu potencial de transformação não deve ignorado por força de uma cultura patriarcal. A mulher pode ter papel de agente, capaz de gerar ganhos para o coletivo, muito mais importantes que a manutenção da tradição.

2.2.2 Trabalho feminino: agricultura familiar

O meio rural apresenta novos contornos e não pode mais ser caracterizado como um lugar onde se desenvolve apenas atividades agropecuárias ou agroindustriais, nas últimas décadas tem cedido espaço para o desenvolvimento de atividades como lazer, turismo, conservação da natureza, residência, prestação de serviços pessoais e uma série de ocupações não-agrícolas (GRAZIANO DA SILVA, 2002).

A nova configuração do meio rural alterou a dinâmica familiar, principalmente quanto à divisão de tarefas, uma vez que, segundo Schneider (2004) o desenvolvimento de atividades não-agrícolas ou pluriativas acabam acarretando

geralmente à mulher, uma maior carga diária de trabalho. Os responsáveis pela elaboração de projetos e políticas públicas voltados para o meio rural devem considerar as relações que se estabelecem neste espaço.

Para García Sanz (2004), a implantação de projetos de desenvolvimento rural que não contemplam a mulher rural e suas necessidades estão fadados ao fracasso. O autor destaca a necessidade de pensar nas mulheres jovens e de criar alternativas de trabalho como: artesanato, atividades vinculadas à agroindústria de qualidade, ou ainda implementar serviços sociais rurais para pessoas idosas, para cuidados com crianças, entre outras atividades, capazes de manter a mulher no meio rural, evitando deste modo, o processo de masculinização, através da promoção de um espaço equilibrado entre os sexos para manutenção de uma sociedade rural.

O autor sugere uma nova divisão de tarefas, com maior participação da mulher no espaço público - tradicionalmente ocupado pelos homens - e que eles assumam mais responsabilidades no espaço privado. Observa que o público e o privado estão em constante interação e a união seria positiva, inclusive porque a mulher rural tem adquirido maior nível cultural nos últimos anos. Nessas mudanças faz-se necessário dispensar especial atenção ao trabalho da mulher que muito contribui para o desenvolvimento, mas que normalmente não é reconhecido em consequência de uma série de fatores: sociais, históricos, culturais.

Osakabe (2005) realiza uma retrospectiva sobre referências do trabalho da mulher na agricultura brasileira e identifica no período do colonato registros sobre as atividades desenvolvidas pelas famílias de imigrantes que trabalhavam nas fazendas de café como colonos no estado de São Paulo. Neste período o trabalho da mulher era desenvolvido no sentido de auxiliar o homem, ou seja, era ele quem estava

sempre à frente de todas as negociações e decisões, a ela cabia cultivar produtos de subsistência e se ocupar com os afazeres domésticos. Para a autora, é clara a situação de inferioridade da mulher neste período.

Brumer (2004) ao analisar a migração rural-urbana no Rio Grande do Sul no começo do século XXI, verifica que o número de homens é superior ao de mulheres no meio rural em consequência da maior migração de mulheres, visto que nascem aproximadamente a mesma proporção de bebês do sexo feminino e do sexo masculino. Observa também que a faixa etária de 20 a 25 anos é a que apresenta a maior dispersão. A autora explica que esta situação pode ser consequência da:

[...] falta de oportunidades existentes no meio rural para a inserção dos jovens, de forma independente da tutela dos pais; pela forma como ocorre a divisão do trabalho no interior dos estabelecimentos agropecuários e pela relativa invisibilidade do trabalho executado por crianças, jovens e mulheres; pelas tradições culturais que priorizam os homens às mulheres na execução dos trabalhos agropecuários mais especializados, tecnicizados e mecanizados, na chefia do estabelecimento e na comercialização dos produtos; pelas oportunidades de trabalho parcial ou de empregos fora da agricultura para a população residente no meio rural; e pela exclusão das mulheres na herança da terra (BRUMER, 2004, p.210).

Mello et. al (2003) ao pesquisar o processo sucessório adotado pelos agricultores familiares no Rio Grande do Sul e oeste catarinense, observam que há um forte viés masculino na sucessão, uma vez que, apesar de reconhecerem a igualdade de direitos, são os rapazes os escolhidos para permanecerem na propriedade. O êxodo rural juvenil feminino é atribuído principalmente a duas variáveis: a distribuição do poder e ao árduo trabalho desenvolvido neste ambiente.

O trabalho desenvolvido pela mulher rural, mesmo quando realiza as mesmas atividades que o homem, geralmente é considerado como 'ajuda', confirmando assim o caráter de invisibilidade do trabalho feminino (NOBRE, 1998; BRUMER, 2002). No mesmo sentido, o trabalho do homem no espaço considerado feminino, também é visto como 'ajuda' conforme salienta Lombardi (2006, p. 108)

em sua pesquisa onde expõe que “[...] os homens “ajudam” as mulheres nos afazeres da casa e as mulheres “ajudam” os homens na lida na propriedade [...]”, deixando evidente a tradicional divisão sexual do trabalho.

As atividades realizadas na esfera produtiva colocam as mulheres, crianças e jovens numa situação de subordinação em relação aos homens, já que a eles cabe a responsabilidade pelos contatos externos, pela aquisição do conhecimento tecnológico para a administração da propriedade bem como administração da renda proveniente da produção. Às mulheres, crianças e jovens cabe a execução de tarefas como “[...] limpeza da terra e colheita, seleção de embalagens dos produtos; processamento de produtos agrícolas; cuidado com animais tais como alimentação, limpeza e ordenha; trabalhos da horta [...]” (BRUMER, 2004, p. 211).

Cabe ainda à mulher a responsabilidade de realizar o trabalho doméstico, onde praticamente desenvolve sozinha todas as atividades ou conta com o auxílio das filhas. No espaço da reprodução, a mulher tem autonomia e poder, é ela quem decide sobre a preparação dos alimentos e outros cuidados do lar, é a principal responsável pela educação dos filhos e pela aplicação dos recursos provenientes dos produtos elaborados por ela ou do quintal, mas que geralmente representam pequeno valor monetário (GASSON e WINTER, 1992; BRUMER, 2004).

Para Brumer (2004) a família atribui ao trabalho reprodutivo um caráter secundário quando comparado com a atividade produtiva. Esta interpretação vem corroborar a situação de subordinação que as mulheres, crianças e jovens vivenciam no desenvolvimento das atividades que desempenham no meio rural.

A autora acredita que a divisão do trabalho realizado por homens e mulheres rurais se dá basicamente por dois motivos:

O primeiro é que a unidade familiar de produção caracteriza-se por reunir esforços de todos os membros da família, com vista ao benefício de todos, havendo uma necessária aproximação entre unidade de produção e unidade de consumo. O segundo é que vivemos em uma sociedade paternalista, e de certo modo machista, em que se atribui ao homem o papel de responsável pelo provimento da família (BRUMER, 2004, p.212).

O que se pode verificar é que a estrutura do meio rural coloca a mulher em uma situação de desvantagem em relação ao homem. Deere e León (2002, p. 347) observam que “[...] os modelos de herança no Brasil variam muito por região, etnia, raça e classe social, [...], porém a herança patrilineal é o modelo dominante [...]”.

Nobre (1998) apud Deere e León (2002) afirma que no campo prevalece os costumes e não a lei, o que se pratica no meio rural é o costume de não destinar terras às mulheres, e sim aos homens que trabalham a terra diretamente. Considera-se que as mulheres não trabalham na agricultura, além disso, que elas irão embora após o casamento e serão sustentadas pelo marido.

As pesquisas revelam que as jovens geralmente não herdaram terra, mesmo tendo este direito previsto no Código Civil, geralmente é o filho mais novo que permanece na propriedade e assume a responsabilidade de cuidar dos pais na velhice, os demais filhos já receberam parte da propriedade que foi dividida ou foram estimulados a buscar novas fronteiras agrícolas. “[...] as filhas recebiam um dote, na maioria das vezes consistindo no enxoval, em alguns utensílios domésticos e em uma vaca [...]” (BRUMER, 2004, p.218).

A modernização agrícola e a expansão das oportunidades de aumentar o nível de escolaridade e renda tanto para homens quanto para mulheres residentes no campo, tem provocado mudanças no comportamento da população rural da Região Sul do país. Deere e León (2002) observam que os pais esperam que os filhos com maior grau de escolaridade, abdicuem de seu direito a herança, constatam que muitas vezes famílias se deparam sem nenhum herdeiro e que em

conseqüência do maior grau de escolaridade as mulheres têm exigido seu direito à herança da terra.

Apesar do declínio da taxa de fecundidade rural no Rio Grande do Sul, em muitos casos há dificuldades em dividir a propriedade, visto que a mesma apresenta pequena dimensão em conseqüência das inúmeras partilhas já realizadas anteriormente. Diante destas características se verifica a migração de jovens em direção ao meio urbano em busca de novas oportunidades de trabalho (BRUMER, 2004).

Mello *et al.* (2003), observam que muitas vezes o afastamento da menina do espaço rural é motivado pelos pais que encaminham as filhas para casa de famílias conhecidas para desempenhar atividades domésticas.

Segundo Brumer (2004) não há muitos dados sobre o destino da população rural migrante ou sobre aqueles que desenvolvem a agricultura em tempo parcial, no entanto se verificou que em algumas regiões do Rio Grande do Sul os filhos de agricultores trabalham na indústria de calçados ou ainda desenvolvem a atividade industrial e continuam residindo no meio rural. A construção civil e a profissão de caminhoneiro também são atividades que tem atraído jovens do meio rural. Quanto às mulheres, são absorvidas principalmente para o setor de serviços, com destaque para o trabalho doméstico.

Neste processo migratório, o número de moças supera o de rapazes. Brumer (2004) atribui este fato às influências geradas pelos meios de comunicação e transporte que provocaram uma mudança nas aspirações dos jovens, principalmente nas moças que em média tem maior nível de escolaridade, aliado ao fato de conhecer os procedimentos quanto à partilha da terra. A autora salienta que em conseqüência das desigualdades de gênero as mulheres têm menos

oportunidades profissionais que os homens para permanecer no meio rural, no entanto uma série de conquistas em relação aos direitos pode alterar esta situação.

A elaboração de projetos com a inserção da jovem mulher rural no processo de desenvolvimento, deve ser vista como uma estratégia para amenizar a masculinização do campo. Entender as causas que levam a migração deve ser o ponto de partida para criar frentes de enfrentamento visando promover o equilíbrio de gênero e melhorar a qualidade de vida dos habitantes do meio rural.

Hernández (2006) ao analisar o papel dos mediadores na construção do discurso e das ações sobre os projetos de desenvolvimento rural com enfoque de gênero, observa que muitas vezes ocorre um distanciamento entre quem elabora e quem coloca em prática os projetos de desenvolvimento. Assinala que no processo de elaboração ocorre a interação entre diferentes grupos sociais, representados pelos mediadores envolvidos por um jogo de interesses e relações de poder onde cada um age de acordo com suas próprias regras visando se apropriar das oportunidades e recursos.

De acordo com a autora, a participação das mulheres em projetos elaborados por Organizações não Governamentais - ONGs, ou governamentais, enfim, por instituições externas a comunidade tem na maioria das vezes fracassado, porque acabaram causando conflitos na esfera doméstica, na comunidade e ainda tornaram mais pesada a dupla jornada de trabalho. Apesar das dificuldades, muitas persistem, uma vez que por meio da participação nestes projetos adquirem certa autonomia, reconhecimento e poder tanto na esfera familiar, quanto na comunidade.

Outro aspecto é que por meio da participação conseguem estabelecer contatos com outros grupos que possuem os mesmos interesses e assim se sentem fortalecidas e criam mecanismos para sistematizar de seus objetivos. Estudos

revelam que na maioria das vezes a exclusão das mulheres se dá no próprio processo de elaboração dos projetos, uma vez que não são elas que decidem sobre o tipo de projeto a ser desenvolvido, não se conhece as necessidades da família nem o contexto sociocultural em que estão inseridas, colocando-as em numa situação marginal e de desigualdade de gênero. Estes fatos têm culminado no fracasso de muitos projetos (HERNÁNDEZ, 2006).

A elaboração de projetos requer uma fina sintonia entre elaboradores e executores, muitos deles trazem implícitos quais atividades devem ser desempenhados por homens e por mulheres, perpetuando assim as relações tradicionais. Hernández (2006, p. 9) observa que “[...] o discurso dos projetos com enfoque de gênero tem transcendido para alcançar poder econômico e simbólico; porém na prática estão muito distantes de ser uma realidade”.

Karam (2004) estuda os novos processos produtivos que vem se desenvolvendo no meio rural e identifica neste enfoque a ação da mulher na agricultura familiar, para realizá-lo, faz uma análise voltada à ruralidade¹³, ou seja, para a nova ruralidade. O sistema produtivo da agricultura orgânica na Região Metropolitana de Curitiba é uma das estratégias adotadas pelos agricultores familiares para manutenção da ruralidade. O fato que chamou atenção da pesquisadora foi que grande parte das unidades produtivas são coordenadas por mulheres que tem encontrado nesta atividade uma nova forma de viver no mundo rural, com a realização de novas alternativas.

13 Carneiro (1998, p. 60) define ruralidade “[...] como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Tal processo implica um movimento em dupla direção no qual identificamos, de um lado, a reapropriação de elementos da cultura local a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, no sentido inverso, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo uma situação que não se traduz necessariamente pela destruição da cultura local mas que, ao contrário, pode vir a contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os vínculos com a localidade.”

A agroindústria familiar também é apontada como uma estratégia de desenvolvimento rural que tem proporcionado maior retorno monetário aos pequenos produtores quando comparadas à produção integrada ao Complexo Agroindustrial - CAI. Nestas experiências se identifica a presença da mulher agricultora como propulsora da atividade, uma vez que já processava alimentos para o consumo familiar e venda do excedente (AMORIM, 2007).

Outra alternativa que tem contribuído para a diversificação da renda familiar é o turismo rural¹⁴, que associado à idéia de uma cultura simples, uma vida tranqüila, ao contato com a natureza, têm atraído turistas que reconhecem o rural como um espaço multifuncional e que valorizam os recursos existentes neste ambiente. Buscam neste espaço:

[...] atuais e novos produtos agrícolas e agroindustriais [...] paisagem, fauna e flora, rios e albufeiras, montanhas e vales, caça e pesca, rochas e minerais, águas minero-medicinais, patrimônio arqueológico e histórico, arquitetura popular, tradições culturais, artesanato, gastronomia, linhas férreas, solares e casas rurais, miradouros, parques e reservas naturais, feiras, festas e romarias, música, teatro e poesia popular (CRISTÓVÃO, 2002, p.82).

Silva e Almeida (2002) em pesquisa no Rio Grande do Sul constataram que o turismo rural provoca uma série de mudanças na família, entre elas o aumento do trabalho, a perda da privacidade, a não realização das refeições em família; citam como vantagens o aumento da renda, a oferta de trabalho para os filhos, a geração de conhecimento e melhora da auto-estima e a fixação no campo; identificam ainda que ocorre uma sobrecarga para as mulheres que precisam conciliar os afazeres do lar e do quintal com as atribuições da atividade econômica.

Esta característica também está presente nos estudos de Rive (2000) ao

14 Neste trabalho considerado como aquele que acontece no espaço rural.

pesquisar o agroturismo¹⁵ na Espanha. A autora observa que a atividade exige uma nova organização na distribuição das tarefas na unidade familiar, no entanto, as mulheres acabam desenvolvendo as mais variadas atividades. Muitas vezes este fato ocorre porque os componentes da família associam a atividade turística ao trabalho doméstico, já que envolve a preparação de alimentos, limpeza, recepção, entre outras atividades, então o interpretam como 'serviço de mulher', mas, nos casos em a atividade turística traz bom retorno financeiro, ele deixa de ser considerado similar ao doméstico e passa a ser considerado profissional, atraindo assim o trabalho masculino.

A atividade turística exige uma redefinição dos papéis a serem desempenhados pelos membros da família rural, no entanto, continua tendo como base os valores do patriarcado. O trabalho desenvolvido pela mulher ganha maior visibilidade diante da participação econômica, porém não se verifica um aumento de poder na tomada de decisões, estas, continuam sendo atribuições masculinas (RIVE, 2000).

Mudanças neste sentido são lentas, no entanto, se verificam importantes alterações, e a mulher, aos poucos, tem conquistado espaço e reconhecimento nas atividades do meio rural, principalmente diante desta 'nova' configuração, com o desenvolvimento de atividades não-agrícolas, que apresentam grande potencial de ocupações, abrindo postos de trabalho em atividades que podem ser realizadas pelas mulheres.

15 “[...] se refere a todas as formas de turismo diretamente relacionadas ao ambiente agrário, produtos agrários ou habitações agrárias” (VERBOLE, p.121, 2002).

CAPÍTULO 3. Atividades Desenvolvidas pelas Mulheres nas Famílias Agrícolas e Rurais da Região Sul do Brasil

Neste capítulo será apresentada análise quantitativa dos dados da PNAD, de ocupações e fontes de rendas das mulheres ocupadas nos diferentes tipos de famílias residentes no meio rural da Região Sul do Brasil no período de 2001 a 2005. Estudos com dados agregados têm limites para obter informações e análises mais qualitativas, mas, de forma estilizada, tentam capturar tendências e revela comportamentos importantes como pano de fundo para os estudos empíricos mais detalhados, auxiliando com a geração de dados para a contextualização da realidade.

Esta pesquisa teve como universo de análise diferentes tipos de famílias e para tanto utilizou a tipologia de famílias construída pelo Projeto Rurbano (IE/NEA/UNICAMP), classificadas da seguinte forma:

1) pela posição na ocupação dos membros da família (empregador, conta-própria, assalariado): a) família de empregador: se na família houver um membro empregador, tal família será considerada como empregadora; b) família de conta-própria: não havendo nenhum membro empregador, mas pelo menos um conta-própria, a família é compreendida como conta-própria; c) família de assalariado: na ausência de empregador e de conta-própria, a família será considerada de assalariados caso algum membro esteja ocupado como tal na semana de referência da PNAD.

2) e, em seguida, pelo ramo de atividade em que estão inseridos (agrícola, não-agrícola, pluriativo): a) família agrícola: pelo menos um membro ocupado na agricultura e nenhum outro fora da agricultura; b) família pluriativa: pelo menos um

membro ocupado na atividade agrícola e pelo menos um outro ocupado em outro setor econômico; c) família não-agrícola: pelo menos um membro ocupado fora da agricultura e nenhum outro na agricultura.

Outra classificação importante para a realização da pesquisa consistiu na delimitação dos domicílios urbanos e rurais. Graziano da Silva (2002) explica que, com o objetivo de superar a dicotomia rural-urbana, a qual prevaleceu até a última PNAD dos anos 1980 - 1990, e, também, buscando reduzir as distorções nos dados provocados pela não atualização dos perímetros urbanos por parte de muitos municípios, o IBGE, a partir do Censo demográfico de 1991, introduziu novas aberturas para os domicílios, de forma a captar com mais detalhes as áreas do continuum rural-urbano, mantendo a situação legal, mas também distinguindo níveis diferenciados de densidade demográfica e acesso a serviços.

Desse modo, passou a incluir uma série de situações para a localização dos domicílios pesquisados, os mesmos estão presentes no detalhamento metodológico e de tipologia que se encontram no anexo deste trabalho. Para o objetivo da presente dissertação, foram selecionadas apenas as categorias que envolvem as áreas rurais, ou seja, foram agrupadas em uma só, as áreas 6 e 8, da classificação do IBGE assim caracterizadas:

6. Áreas Rurais – Núcleo: é o aglomerado rural isolado (com mais de 10 e menos de 51 domicílios), cujo solo pertence a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina, etc.), e que dispõe ou não de serviços ou equipamentos definidores dos povoados;

8. Áreas Rurais – Exclusive: áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se assim como as áreas rurais propriamente ditas.

Para a interpretação e análise das tabelas a seguir, levou-se em consideração apenas as famílias rurais residentes nas áreas não-metropolitanas denominadas 'rurais agropecuárias', visto que as mesmas concentram a maior parcela das famílias rurais¹⁶.

3.1 Evolução dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio

As informações apresentadas na Tabela 1 permitem caracterizar a Região Sul do Brasil quanto à evolução dos tipos de famílias extensas¹⁷ no meio rural no período de 2001 a 2005.

Observa-se que no ano de 2001, havia 1.206 mil famílias rurais na Região Sul e em 2005 este número subiu para 1.232 mil famílias, representando um crescimento médio significativo estatisticamente de 0,5% ao ano. Neste panorama, o conjunto¹⁸ de famílias conta-própria apresentava-se mais numeroso com 669 mil famílias, correspondente a 54,3% do total. O conjunto empregados ocupou o segundo lugar com 363 mil famílias, valor correspondente a cerca de 30% das famílias do Sul do país. Estes dois conjuntos conta-própria e empregados representavam 84% das famílias extensas residentes no meio rural da Região Sul do Brasil, enquanto que as famílias de não-ocupados representavam 10% e os empregadores, cerca de 6% na semana de referência da pesquisa.

¹⁶ Detalhes metodológicos estão no Anexo I.

¹⁷ São as pessoas que habitam num mesmo domicílio e inclui, além do núcleo familiar, os parentes desta (mesmo que formem outro casal), e os agregados, excluídas as empregadas domésticas e pensionistas (aqueles que pagam pensão ao chefe do domicílio), bem como seus familiares. Para maiores esclarecimentos ver o conceito de *família extensa* do Projeto Urbano e Del Grossi e Graziano da Silva, 1998.

¹⁸ Referimos-nos a 'conjunto' para determinar os tipos de famílias.

Tabela 1: Evolução dos tipos de famílias rurais da Região Sul, 2001/2005. (1000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	2005	tx cresc. (%aa.) 2001/2005 ^a	
Não Metropolitano Rural Agropecuário							
Empreg com mais de 2 empr	15	17	13	15	14	-3,0	
Agrícola	4	4	1	4	3	-	-
Pluriativo	3	3	3	4	3	-	-
Agrícola+Agrícola	0	0	0	1	1	-	-
Agrícola+não-agrícola	3	3	3	2	2	-	-
Agrícola+Trab. Dom..	0	0	0	1	0	-	-
Não-agrícola	8	10	8	8	8	-2,3	
Não-agrícola	8	10	8	8	8	-2,3	
Não-agrícola+Trab.Dom	0	0	1	0	0	-	-
Empregadora com até 2 empr	51	32	47	55	62	9,9	
Agrícola	30	16	27	31	38	11,9	
Pluriativo	17	13	17	18	20	7,3	
Agrícola+Agrícola	5	4	5	5	5	2,9	
Agrícola+não-agrícola	11	8	12	12	14	9,6	*
Agrícola+Trab. Dom..	1	1	0	1	1	-	-
Não-agrícola	5	3	2	6	5	-	-
Não-agrícola	4	3	2	6	5	-	-
Conta-Própria	697	723	715	708	669	-1,0	
Agrícola	501	504	492	472	446	-3,0	***
Pluriativo	142	173	152	178	170	3,9	
Agrícola+Agrícola	24	38	33	41	32	6,7	
Agrícola+não-agrícola	103	120	103	124	128	4,8	*
Agrícola+Trab. Dom..	12	12	13	9	8	-11,0	*
Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom	4	3	3	4	2	-	-
Não-agrícola	54	46	71	59	53	2,1	
Não-agrícola	50	44	62	57	46	0,7	
Não-agrícola+Trab.Dom	3	2	8	2	7	-	-
Empregados	320	334	330	343	363	2,8	***
Agrícola	148	144	159	164	154	2,1	
Pluriativo	40	51	47	42	46	0,9	
Agrícola+não-agrícola	26	30	30	29	33	4,1	*
Agrícola+Trab. Dom..	11	19	15	11	11	-6,0	
Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom	2	1	2	2	2	-	-
Não-agrícola	132	139	124	136	164	4,2	
Não-agrícola	112	116	99	111	128	2,2	
Não-agrícola+Trab.Dom	20	23	25	26	36	13,1	***
TOTAL	1206	1214	1215	1226	1232	0,5	***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Urbano - IE/UFU, Julho 2007.

Ao analisar o conjunto de famílias conta-própria, verificou-se que há uma queda significativa estatisticamente de 3% ao ano no número de famílias agrícolas.

Este comportamento pode ter resultado, de acordo com Del Grossi *et al.* (2002, p. 6) da continuidade dos progressos técnicos, conduzindo “[...] a uma simplificação de tarefas agrícolas, principalmente com a terceirização de operações mecanizadas [...]”, reduzindo a necessidade de mão-de-obra no cotidiano agrícola.

De acordo com os autores, a população agrícola excedente tem sido absorvida por novas atividades agrícolas e não-agrícolas que vêm sendo desenvolvidas no meio rural. Este fato pode explicar o aumento não significativo estatisticamente de 3,9%, ao ano do número de famílias pluriativas do conjunto conta-própria. Nas famílias não-agrícolas ocorreu flutuação no número das mesmas no decorrer do período, com tendência de estabilização. Esta informação sugere que os membros das famílias puramente agrícolas têm buscado combinar atividades agrícolas com não-agrícolas e a criação de empregos não-agrícolas vem, de acordo com Graziano da Silva (2002) criar ocupação, de tal forma que está contribuindo para aumentar a renda familiar e manter a população no meio rural.

O aumento de famílias no meio rural pode também estar relacionada a diferentes fatores, como a construções de segundas moradias para famílias urbanas que tem buscado lazer nas áreas rurais, bem como tem se constituído numa alternativa de moradia mais acessível para aposentados, pensionistas e famílias de baixa renda, que não necessariamente desempenham função remunerada no local de residência (SOUZA e DEL GROSSI, 2002).

Segundo Graziano da Silva (2002, p. 42), a população brasileira residente no meio rural que exerce atividades não-agrícolas se concentra basicamente na prestação de serviços pessoais, como, por exemplo, indústria de transformação, comércio de mercadorias, serviços sociais, indústria de construção e serviços domésticos, pedreiros e seus serventes, ou seja, geralmente em setores que exigem

baixa qualificação.

O conjunto de famílias 'empregados' também tem apresentado uma taxa de crescimento estatisticamente significativa de 2,8% ao ano, no entanto, ao contrário do conjunto de famílias anterior, apresenta crescimento do número de famílias agrícolas, apesar de não ser significativo estatisticamente. Deve-se observar que não são produtores rurais familiares estritamente, apesar da grande possibilidade da externalidade positiva que as residências rurais propiciam como, por exemplo, a produção para o auto-consumo. Neste sentido, tem ocorrido crescimento no número de famílias pluriativas, que são de fato proletários.

Dentro do conjunto 'empregados', o tipo de família 'não-agrícola' apresentou crescimento de 4,2% ao ano, dado não significativo estatisticamente, mas apresentou crescimento em termo absoluto. A atividade não-agrícola combinado com trabalho doméstico por outro lado apresentou crescimento alto de 13% ao ano, estatisticamente significativo. As ocupações domésticas ocorrem nas residências de outras famílias, bem como com a prestação de serviços em atividades como o turismo rural, pequenas agroindústrias, pesque-pague, além das ocupações urbanas.

Graziano da Silva (2002) considera que o alto índice dos serviços domésticos no meio rural aponta para três diferentes características: a primeira, relacionada à dificuldade de inserção da mulher no mercado de trabalho agrícola, relacionada principalmente a sua limitação quanto à força física; a segunda está associada à demanda por trabalho doméstico nas segundas moradias e condomínios de luxo construídos nas áreas rurais destinados ao lazer; e a terceira, está relacionada ao menor custo do terreno e facilidades para a autoconstrução nas áreas rurais.

Melo *et al.* (2007, p. 437) afirma que “[...] as empregadas domésticas são um exército de mulheres pobres, com baixa qualificação, custos baixíssimos e representam o maior contingente de trabalhadoras do país [...]”, os autores relacionam estas características à manutenção das atividades domésticas sob a responsabilidade feminina, fato que vem confirmar as observações de autores como Piovesan (2006), Soares (2000), Bruschini (2006), Alves *et al.* (1997), Kon (2002) que discutem a segregação ocupacional e identificam a condição feminina numa situação de inferioridade em vários aspectos.

Já as famílias ‘empregadoras com mais de dois empregados’ têm apresentado flutuações no período com tendência de estabilização ou queda em todos os subconjuntos. Estes dados sugerem que não há tendência clara de aumento ou decréscimo no conjunto ‘empregadoras com mais de dois empregados’, visto que neste conjunto as atividades agropecuárias são mais intensificadas e especializadas, e necessitam de menos mão-de-obra. As famílias ‘empregadoras com até dois empregados’ têm apresentado um crescimento no número de famílias no período de 2001 a 2005, no entanto, nos anos de 2003 a 2005 esse comportamento parece mais consistente. Este comportamento é interessante, apesar de não configurar uma tendência, porque significa abertura de postos de trabalho.

O crescimento do número de famílias rurais na Região Sul possivelmente resulta das novas atividades que vêm sendo desenvolvidas também no meio rural principalmente nas duas últimas décadas. De acordo com Graziano da Silva (2002) as ocupações não-agrícolas têm criado novos postos de trabalho no meio rural, e são as principais responsáveis pela manutenção da população no campo desde o final da década de 1980. O autor verificou que o crescimento da PEA rural foi

significativamente maior que a PEA agrícola, com tendência de aumento.

Neste mesmo sentido, Kageyama (2003, p.68) observa que nas décadas de 1980 e 1990 ocorreu, nos países em desenvolvimento “[...] um crescimento das fontes de renda de trabalho não-agrícola e de outras fontes na composição da renda domiciliar que tem sido associada ao aumento da renda [...] e a redução da pobreza naquele período [...]”. Este crescimento da renda tem origem no desenvolvimento de atividades não-agrícolas e no acesso a outras fontes, principalmente ligadas a seguridade social e tem se constituído numa alternativa de sobrevivência e permanência dos mais pobres no meio rural, ou ainda, permitindo investimentos voltados para a modernização da atividade agrícola.

Segundo Veiga (2003), no Sul do país vem ocorrendo um comportamento semelhante ao de países desenvolvidos do continente europeu, onde se verifica a valorização do ambiente natural, suas paisagens, o ar puro, silêncio e outras características que se opõem a cidade, ou ainda, apesar de pouco significativas, as regiões rurais dos Estados Unidos onde há o predomínio das atividades industriais, das quais apenas 13% estão vinculadas diretamente a atividade agropecuária.

As interpretações de Graziano da Silva (2002) e Veiga (2003) vêm ao encontro dos dados identificados na Região Sul, uma vez que as famílias ‘contra-própria’ têm apresentado redução na atividade puramente agrícola e crescimento das famílias que desenvolvem atividades pluriativas e não-agrícolas.

3.2 Evolução do número de mulheres ocupadas em atividades agrícolas, segundo o tipo de família na Região Sul

As mudanças ocorridas no meio rural têm desencadeado alterações

quanto à participação da trabalhadora rural nos diferentes tipos de famílias. A Tabela 2 fornece informações sobre a evolução do número de mulheres ocupadas em atividade agrícolas de acordo com o tipo de família na Região Sul do Brasil no período de 2001 a 2005, a análise destes dados permite interpretar e melhor compreender estas mudanças.

Tabela 2: Evolução do número de mulheres ocupadas em atividades agrícolas, segundo o tipo de família: Sul, 2001 a 2005. (1.000 pessoas).

TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	2005	tx cresc. (% aa.) 2001/2005 ^a
Empregadora com mais de 2 empr	1	4	1	1	3	- -
Agrícola	1	1	0	1	1	- -
Pluriativo	0	3	1	1	2	- -
<i>Agrícola+Agrícola</i>	0	0	0	1	1	- -
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	0	3	1	0	1	- -
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	0	0	0	0	0	- -
<i>Agríc.+não-agric.+Trab.Dom</i>	0	0	0	0	0	- -
Empregadora com até 2 empr	40	21	36	41	39	6,7
Agrícola	25	14	21	28	27	9,0
Pluriativo	15	7	14	13	12	2,2
<i>Agrícola+Agrícola</i>	6	3	7	6	5	4,4
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	9	3	7	6	7	- -
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	1	1	0	0	0	- -
<i>Agríc.+não-agric.+Trab.Dom</i>	0	0	0	0	0	- -
Conta-Própria	542	567	538	522	482	-3,1 **
Agrícola	457	461	441	402	378	-5,0 ***
Pluriativo	85	107	97	119	104	5,3
<i>Agrícola+Agrícola</i>	19	31	25	36	32	12,6 *
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	56	65	62	75	69	5,9 **
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	8	8	9	6	2	- -
<i>Agríc.+não-agric.+Trab.Dom</i>	2	2	1	2	1	- -
Empregados	58	52	60	59	58	1,3
Agrícola	47	37	47	48	44	1,2
Pluriativo	12	14	14	11	14	1,7
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	10	10	12	9	13	3,9
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	1	4	1	1	1	- -
<i>Agríc.+não-agric.+Trab.Dom</i>	1	0	1	1	1	- -
Não-ocupado na semana	0	0	0	0	0	- -
TOTAL	641	644	635	623	582	-2,2 **

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

“-“ significam que a amostra é menor de 6 casos.

Fonte: PNAD/IBGE 2005. Elaboração: Nascimento 2008.

Em 2005, a Região Sul do Brasil era composta por 582 mil mulheres ocupadas, cuja atividade principal era a agrícola e apresentou redução de 2,2% ao ano, dado significativo estatisticamente no período analisado (2001/2005).

O conjunto de famílias mais numeroso, formado pelas famílias do tipo 'conta-própria', possuía 482 mil mulheres ocupadas em 2005, ou seja, contava com aproximadamente 83% do total das mulheres ocupadas em atividades agrícolas. É importante salientar que houve uma retração no número de mulheres entre 2001 e 2005, com queda de 3,1%, estatisticamente significativo, evidenciando tendência de manutenção deste processo de retração.

As famílias agrícolas do conjunto 'conta-própria' possuíam 378 mil mulheres, com a ocupação principal na atividade agrícola no ano de 2005, e representavam o grupo mais numeroso, composto por 78% do total das mulheres ocupadas. Pode-se verificar neste tipo de família uma redução na ordem de 5% ao ano, estatisticamente significativo, enquanto que as famílias pluriativas possuíam 104 mil mulheres ocupadas neste conjunto de famílias, valor correspondente a 21%. Este tipo de família apresentou grande flutuação e um crescimento absoluto importante de 5,3% ao ano, apesar de não significativo estatisticamente.

A pluriatividade tem gerado renda, conforme visto na revisão bibliográfica, no entanto, há forte presença patriarcal, fato que dificulta o acesso ao empoderamento e a renda para as mulheres. A renda oriunda da atividade não-agrícola expandiu algumas de suas liberdades, fato que remete a uma idéia de desenvolvimento na ótica de Sen (2000).

Os dados das famílias 'conta-própria' indicaram que a atividade exclusivamente agrícola da agricultura familiar não estava, no período analisado sendo capaz de assegurar ocupação para as mulheres, uma vez que perdeu 79 mil

postos de trabalho agrícola entre 2001 a 2005, já as famílias do tipo 'pluriativas' no mesmo período apresentaram oportunidade de ocupação para 19 mil novos postos de trabalho.

As famílias do tipo 'empregados', compostas por aproximadamente 10% do total da população feminina apresentou crescimento, embora não significativo estatisticamente de 1,3% ao ano, os dados revelam certa estabilização neste tipo de atividade. Em 2005 havia 58 mil mulheres ocupadas neste conjunto, os quais estavam assim distribuídos: famílias agrícolas com 76% ou 44 mil mulheres ocupadas em atividades exclusivamente agrícolas, com tendência de crescimento não significativo de 1,3%, já a atividade pluriativa participou com 24%, ou seja, 14 mil trabalhadoras com aumento de 1,7% no período, fato que chama atenção e leva ao questionamento, uma vez que no conjunto 'conta-própria' as famílias pluriativas apresentaram um crescimento superior a 5% no número de ocupações. Staduto *et al.* (2002) e Staduto *et al.* (2004) chamam atenção para a redução de postos de trabalho agrícola, principalmente de trabalhadores temporários e para o achatamento da remuneração, fatores que podem contribuir para estabilização do trabalho agrícola na Região Sul.

As famílias 'empregadoras com até dois empregados' representavam 6,7% do total e possuíam 39 mil mulheres ocupadas em 2005, apresentaram crescimento médio de 6,7% ao ano, não significativo estatisticamente, já as famílias 'empregadoras com mais de dois empregados' são as menos representativas e participavam com 0,5% do total das mulheres ocupadas, ou seja, 3 mil trabalhadoras. Estes dois conjuntos não apresentaram tendência definida.

3.3 Evolução do número de mulheres ocupadas em atividades não-agrícolas, segundo o tipo de família e o local de domicílio na Região Sul

A redução da oferta de postos de trabalho exclusivamente agrícolas, levam as famílias a buscarem novas alternativas de ocupação para a população residente no meio rural. Graziano da Silva *et. al* (1997) sustentam a hipótese que as atividades não-agrícolas são responsáveis pela manutenção da população no meio rural.

A Tabela 3 fornece informações sobre a evolução do número de mulheres ocupadas cuja ocupação principal é a atividade não-agrícola de acordo com o tipo de família na Região Sul do Brasil no período de 2001 a 2005, estes dados fornecem subsídios para interpretação e análise das ocupações no meio rural desta Região.

Um total de 274 mil mulheres teve como ocupação principal atividades não-agrícolas no meio rural da Região Sul em 2005, número bastante inferior àquelas ocupadas com atividades agrícolas (582mil). Assim como nas atividades agrícolas, as famílias 'conta-própria' são as que mais apresentaram mulheres ocupadas, ou seja, 128 mil trabalhadoras, valor equivalente a 46,7% do total com tendência de crescimento significativo estatisticamente de 7,3%, ofertando no período 2001 a 2005, 29 mil postos de trabalho.

As famílias 'pluriativas' apresentaram um total de 92 mil mulheres ocupadas em atividades não-agrícolas, ou seja, aproximadamente 72% das famílias 'conta-própria', com tendência de crescimento na ordem de 5,9%, significativo estatisticamente, já as famílias exclusivamente 'não-agrícolas' possuíam 36 mil famílias em 2005, cerca de 28% das famílias conta-própria e apresentaram crescimento absoluto de 11,2% ao ano, não significativo estatisticamente.

Tabela 3: Evolução do número de mulheres ocupadas em atividades não-agrícolas, segundo o tipo de família: Sul, 2001 a 2005. (1.000 pessoas)

TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	2005	tx cresc. (% aa.) 2001/2005 ^a
Empregadora com mais de 2 empr	9	9	8	6	8	-5,2
Pluriativo	2	2	3	1	1	- -
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	2	2	3	1	1	- -
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	0	0	0	1	0	- -
<i>Agríc.+não-agric.+Trab.Dom</i>	0	0	0	0	0	- -
Não-agrícola	7	7	4	5	7	-2,5
<i>Não-agrícola</i>	7	7	3	5	7	-2,5
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	0	0	1	0	0	- -
Empregadora com até 2 empr	10	9	6	11	14	10,3
Pluriativo	7	7	5	7	10	7,7
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	6	6	5	6	9	8,3
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	1	1	0	1	1	- -
<i>Agríc.+não-agric.+Trab.Dom</i>	0	0	0	0	0	- -
Não-agrícola	3	2	1	4	4	- -
<i>Não-agrícola</i>	2	2	1	4	4	- -
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	1	0	0	0	0	- -
Conta-Própria	99	107	122	130	128	7,3 ***
Pluriativo	70	84	79	86	92	5,9 ***
<i>Agrícola+Agrícola</i>	0	0	0	0	0	- -
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	51	66	62	72	82	10,9 ***
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	14	14	14	9	7	-16,0 ***
<i>Agríc.+não-agric.+Trab.Dom</i>	5	4	4	5	3	- -
Não-agrícola	29	23	43	44	36	11,2
<i>Não-agrícola</i>	24	20	33	40	28	10,7
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	5	4	11	4	8	9,5
Empregados	89	110	109	111	124	7,0 ***
Pluriativo	28	35	31	28	26	-3,3
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	14	16	14	12	14	-2,7
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	11	18	16	12	10	-6,0
<i>Agríc.+não-agric.+Trab.Dom</i>	3	1	2	4	2	- -
Não-agrícola	61	75	78	83	98	10,9 ***
<i>Não-agrícola</i>	39	50	54	57	66	12,1 ***
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	22	25	24	27	32	8,7 ***
Não-ocupado na semana	0	0	0	0	0	- -
TOTAL	207	234	246	258	274	6,8 ***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20% e os "-" significam que a amostra é menor de 6 casos.

Fonte: PNAD/IBGE 2005. Elaboração: Nascimento 2008.

Estas informações sugerem que as mulheres deste grupo poderão estar desenvolvendo atividades relacionadas com a agroindústria familiar, turismo rural entre outras atividades não-agrícolas dentro da propriedade. A presença das mulheres é marcante no desenvolvimento da agroindústria familiar, Amorim (2007)

em pesquisa realizada na Região Oeste do Paraná constatou que 52,5% das agroindústrias foram iniciadas por mulheres e que elas representam 61% da mão-de-obra ocupada, ou seja, a agroindústria representa uma possibilidade de trabalho para a mulher rural.

Estudos elaborados por Gasson e Winter (1992) sobre a divisão do trabalho de acordo com sexo no meio rural europeu, têm revelado que a pluriatividade aumentou o poder da mulher na família ao proporcionar as condições para que seja menos dependente financeiramente. As autoras identificam o crescimento do número de mulheres envolvidas com atividades não-agrícolas e verificam que as mesmas têm participado mais nas decisões familiares quando trabalham fora. Concluem que não é a pluriatividade por si só que afeta os papéis de gênero e suas relações, mas as funções que exercem na sociedade.

As mulheres estão bastante presentes nas famílias pluriativas quando a atividade principal é não-agrícola, assim como quando atividade principal é agrícola, evidenciando que elas contribuem para o crescimento das famílias pluriativas. Apesar das flutuações, as famílias do tipo 'pluriativas' e 'não-agrícolas' contribuíram para o crescimento do número de mulheres ocupadas do conjunto conta-própria no meio rural da Região Sul.

As famílias 'empregados' também apresentaram um número bastante elevado de mulheres ocupadas em atividades não-agrícolas, num total de 124 mil mulheres, valor próximo a 45% do total. As famílias do tipo 'não-agrícola' foram as mais representativas do conjunto 'empregados' com 98 mil mulheres ocupadas, valor correspondente a 79% das trabalhadoras e apresentaram crescimento significativo estatisticamente de 10,9% ao ano, número muito superior ao das mulheres que se dedicaram somente a atividade agrícola (1,2%) e estão neste

mesmo tipo de famílias, conforme exposto na Tabela 2. Cabe destacar que houve crescimento da atividade não-agrícola combinada com trabalho doméstico na ordem de 8,7%, dado que evidencia o envolvimento das mulheres com o trabalho precário.

Trata-se, segundo Nascimento (2002), Melo *et al.* (2007) de uma ocupação mal remunerada, que evidencia a inexistência de outro tipo de emprego para essa população que geralmente apresenta pouca qualificação. A informalidade e a falta de proteção legal também é um grave problema que atinge estes trabalhadores e os excluem de importantes direitos sociais como “[...] carteira de trabalho assinada, licença maternidade, acesso à creche, entre outros.” (HOFFMANN e LEONE, 2004, p.37).

As famílias ‘empregadoras com até dois empregados’ possuíam em 2005, apenas 5% das mulheres ocupadas, eram compostas por 14 mil trabalhadoras e apresentaram muita flutuação no período analisado, já as famílias ‘empregados com mais de dois empregados’ são as menos numerosas entre as famílias que desenvolvem atividades não-agrícolas. Este tipo de família possuía 8 mil mulheres ocupadas, com tendência de redução de 5,2%, sinalizando que nestas propriedades são desenvolvidas atividades que utilizam pouca mão-de-obra.

Diante destas informações, observa-se a emergência de uma melhor estruturação tanto da atividade pluriativa quanto da não-agrícola para oferecer estabilidade e segurança às pessoas que as desenvolvem. A formulação de políticas públicas que reconheçam o novo rural brasileiro são fundamentais para o desenvolvimento rural mais homogêneo, com incentivos para a atividade agrícola e principalmente para as não-agrícolas (NASCIMENTO, 2002).

Segundo Heredia e Cintrão (2006), nos últimos 10 anos ocorreram importantes avanços em relação às políticas públicas, resultantes das reivindicações

dos movimentos sociais das trabalhadoras rurais, no entanto, são ainda insuficientes para proporcionar a equidade tanto entre trabalhadoras rurais e urbanas como entre mulheres e homens rurais, além disso, muitas conquistas são recentes e estão sendo implementadas, sendo portado muito cedo para serem avaliadas.

Uma importante conquista foi a criação do “Programa de Promoção da Igualdade em Gênero, Raça e Etnia”, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA que tem foco específico nas questões dos movimentos das mulheres rurais e desenvolve ações visando:

[...] articular ações que fortaleçam a cidadania e a justiça no meio rural brasileiro. Sua atuação envolve o diagnóstico, a viabilização e o aperfeiçoamento de políticas públicas capazes de corrigir processos seculares de exclusão... Entre os pontos abordados estão o acesso a terra, políticas crédito, a titulação conjunta, e os programas de capacitação voltados para o público rural feminino (HEREDIA e CINTRÃO, p.127, 2006).

Estes pontos são importantes, mas a complexidade dos atuais contornos do meio rural exige uma análise detalhada para identificar os resultados das relações que se estabelecem neste ambiente. Estudos realizados por Ney e Hoffmann (2007) evidenciam a importância das atividades rurais não-agrícolas na geração de ocupação e renda para a população que reside no campo e sua contribuição para o desenvolvimento da economia rural, gerando inclusive renda superior as atividades agrícolas, no entanto, as atividades não-agrícolas não estão sendo capazes de reduzir a desigualdade da renda rural, ao contrário, estão contribuindo para o aumento das mesmas.

Os autores explicam que este fato ocorre porque as famílias mais pobres a exemplo dos outros setores, desenvolvem atividades que exigem menor qualificação e investimento, enquanto que as famílias mais ricas têm melhores condições econômicas e investem na qualificação criando as condições necessárias para

ocupar melhores postos e serem bem remunerados, não rompendo assim a estrutura já existente.

3.4 Evolução dos homens ocupados em atividades agrícolas nas famílias rurais na Região Sul

A análise da Tabela 4 fornece informações sobre a evolução do número de homens ocupados nos diferentes tipos de famílias e permite traçar um paralelo entre os sexos sob a ótica de gênero. Em 2005 havia um total de 2.316 mil pessoas ocupadas no meio rural agropecuário na Região Sul, destes, 1.460 mil são homens e correspondem a 63% do total da mão-de-obra ocupada, destes, 1.143 mil desenvolviam atividades agrícolas, valor próximo a 78% do total dos homens. Entre 2001 e 2005 ocorreu redução de 0,5% de homens ocupados na atividade principal agrícola sem apresentar tendência significativa de queda.

Ao analisar os homens ocupados em atividades agrícolas, pode-se verificar que as famílias 'conta-própria' possuíam em 2005 um total de 833 mil homens ocupados neste tipo de atividade, valor equivalente a 72,8% da mão-de-obra no meio rural agrícola. Percentualmente o número de homens, considerando o total, é inferior ao das mulheres, fato que possivelmente se deve à divisão de papéis desempenhados por homens e mulheres no meio rural.

A atividade agrícola é preponderante entre os homens das famílias 'conta-própria', mas os dados revelam tendência de queda significativa estatisticamente de 3,6% ao ano, já as famílias pluriativas têm apresentado crescimento significativo estatisticamente de 4,1% e, apesar das flutuações durante o período, este dado sugere um deslocamento da mão-de-obra agrícola para a atividade pluriativa.

Tabela 4: Evolução do número de homens ocupados em atividades agrícolas, segundo o tipo de família: Sul, 2001 a 2005. (1.000 pessoas).

TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	2005	tx cresc. (% aa.)
						2001/2005 ^a
Empregadora com mais de 2 empr	6	7	4	8	9	10,7
Agrícola	5	6	1	4	3	- -
Pluriativo	1	1	3	5	6	- -
<i>Agrícola+Agrícola</i>	0	0	0	1	3	- -
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	1	1	3	3	3	- -
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	0	0	0	1	0	- -
<i>Agríc.+não-agric.+Trab.Dom</i>	0	0	0	0	0	- -
Empregadora com até 2 empr	67	42	61	64	74	6,6
Agrícola	42	24	37	39	47	7,7
Pluriativo	25	18	24	26	27	4,9
<i>Agrícola+Agrícola</i>	12	7	10	12	11	2,3
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	12	10	14	13	16	8,9 *
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	1	1	0	1	1	- -
<i>Agríc.+não-agric.+Trab.Dom</i>	0	0	0	0	0	- -
Conta-Própria	886	948	894	895	833	-1,8
Agrícola	702	728	685	663	613	-3,6 ***
Pluriativo	184	220	208	232	219	4,1 *
<i>Agrícola+Agrícola</i>	42	60	56	71	55	7,1
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	118	141	129	145	150	5,1 **
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	19	17	19	14	12	-10,3 **
<i>Agríc.+não-agric.+Trab.Dom</i>	5	3	3	4	3	- -
Empregados	211	220	237	239	227	2,3 *
Agrícola	170	174	204	199	186	3,2
Pluriativo	41	46	34	40	41	-1,5
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	23	22	15	22	27	3,4
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	15	23	16	16	12	-7,5
<i>Agríc.+não-agric.+Trab.Dom</i>	3	1	2	2	2	- -
Não-ocupado na semana	0	0	0	0	0	- -
TOTAL	1170	1216	1196	1207	1143	-0,5

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20% e os "-" significam que a amostra é menor de 6 casos.

Fonte: PNAD/IBGE 2005. Elaboração: Nascimento 2008.

Uma análise mais detalhada das famílias do tipo 'conta-própria' revelou a retração de 10,3% ao ano do trabalho agrícola combinado com trabalho doméstico. Esta taxa é bastante significativa e sugere o deslocamento destes trabalhadores para outros subgrupos pluriativos, principalmente para o agrícola combinado com agrícola, considerada a pluriatividade 'tradicional' onde famílias 'conta-própria' agrícola combinam esta atividade com o trabalho assalariado agrícola de mais um

de seus membros, o qual tem apresentado crescimento de 7,1% no período, apesar de estatisticamente não apresentar significância.

A análise comparativa quanto ao sexo revelou que no conjunto 'conta-própria' o grupo agrícola apresentou redução tanto para homens quanto para mulheres, porém, elas apresentaram um decréscimo ligeiramente superior, ou seja, para as mulheres o decréscimo foi de 5% ao ano enquanto que para os homens foi de 3,6% ao ano. A análise das famílias pluriativas apresentou crescimento para ambos os sexos, com maior percentual para as mulheres, mesmo considerando a não significância estatística em ambos.

O conjunto de famílias 'empregados' foi o segundo mais numeroso com 227 mil homens ocupados em 2005, valor próximo a 20% do total e apresentou crescimento significativo estatisticamente de 2,3% ao ano. As famílias agrícolas possuíam 186 mil homens ocupados e apresentaram crescimento de 3,2% no período. Já as famílias pluriativas eram compostas em 2005 por 41 mil homens ocupados, no entanto, apresentaram redução na ordem de 1,5%, valor não significativo estatisticamente.

A análise das famílias 'empregadoras com até dois empregados' era composta em 2005 por 74 mil homens ocupados, valor equivalente a 6,5% do total dos trabalhadores agrícolas ocupados, com crescimento na ordem de 6,6%, não significativo estatisticamente. Neste conjunto, as famílias agrícolas, mais numerosas e as famílias pluriativas apresentavam muita flutuação.

As famílias do tipo 'empregadoras com mais de dois empregados' apresentou-se pouco numerosa e corresponde a menos de 1% dos homens ocupados em atividades agrícolas.

3.5 Evolução dos homens ocupados em atividades não-agrícolas nas famílias rurais na Região Sul

A Tabela 5 fornece informações sobre a evolução do número de homens ocupados cuja atividade principal é não-agrícola de acordo com o tipo de família na Região Sul do Brasil no período de 2001 a 2005. Os dados apresentados nesta Tabela fornecem informações para interpretação e análise das ocupações masculinas não-agrícolas no meio rural desta Região, bem como a tendência de comportamento destas famílias quanto a ocupação.

Em 2005, a Região Sul apresentava 317 mil homens ocupados cuja atividade principal é não-agrícola, ou seja, aproximadamente 22% dos trabalhadores ocupados no meio rural realizavam atividades não-agrícolas. Este tipo de atividade revelou um diferencial quando comparado às análises realizadas até então, uma vez que o tipo de famílias 'empregados' apresentou-se mais numerosa que as demais. Eram compostas em 2005 por 180 mil homens ocupados, enquanto as mulheres representavam 124 mil.

A análise das mulheres cuja atividade principal é a não-agrícola, apresentaram-se mais concentradas no conjunto de famílias 'conta-própria' com 128 mil trabalhadoras. As mulheres na agricultura familiar apresentam mais espaço de ocupação nas atividades não-agrícolas em relação aos homens, dentro da propriedade e mesmo fora, nos centros urbanos. Talvez nesse tipo de família, que na verdade não são mais agricultores, as mulheres são as primeiras no grupo familiar a utilizarem o meio rural como residência.

Uma análise mais detalhada deste tipo de família revelou que 154 mil homens, cerca de 85% desempenhavam atividades exclusivamente não-agrícolas,

sendo que destes, 31 mil realizavam atividades não-agrícolas combinadas com trabalho doméstico. Este último tipo de atividade apresentou tendência de crescimento significativo estatisticamente na ordem de 10,9% no período analisado, evidenciando o aumento do número de homens envolvidos neste tipo de ocupação que tende a ser precária, no entanto, para os homens parece ser menos exaustivo, visto que eles não são, na maioria dos casos, os responsáveis pelas atividades domésticas no seu lar, papel socialmente atribuído às mulheres que desenvolvem neste espaço a segunda jornada de trabalho. A tendência de crescimento deste tipo de atividade já havia sido identificada por Staduto *et al.* (2007) ao analisar as ocupações das famílias agrícolas e rurais paranaenses.

O crescimento da atividade pluriativa pouco desejada (trabalho agrícola + trabalho doméstico) pode estar associado aos postos de trabalhos diferenciados como o de caseiro, chacareiro, entre outros que visam atender a configuração que tem se desenhado no meio rural e demandado trabalho doméstico masculino.

Veiga (2003, p. 80) expõe que:

[...] ultimamente a dinamização econômica de uma região rural começou a ser muito mais determinada pela captação de rendas urbanas que se transferem pela freqüente estadia de famílias que constroem segundas residências (chácaras e sítios de recreio, casa de veraneio ou chalés de montanha), pela presença sazonal de famílias em férias, pelas visitas dos mais diversos turistas, esportistas, congressistas ou, ainda, pela significativa imigração de aposentados [...].

As famílias do tipo 'conta-própria' possuíam 113 mil homens ocupados em 2005, sendo que as famílias pluriativas eram compostas por 57 mil homens ocupados, com tendência de redução na ordem de 2,2%, não significativo estatisticamente. Ainda analisando as famílias 'conta-própria', pode-se verificar que também há famílias não-agrícolas possuíam 57 mil homens ocupados, estável no período.

Tabela 5: Evolução do número de homens ocupados em atividades não-agrícolas, segundo o tipo de família e o local de domicílio: Sul, 2001 a 2005. (1.000 pessoas)

TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	2005	tx cresc. (% aa.)
						2001/2005 ^a
Empregadora com mais de 2 empr	13	17	13	10	11	-7,9 *
Pluriativo	3	5	2	1	1	- -
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	3	5	2	1	1	- -
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	0	0	0	0	0	- -
<i>Agríc.+não-agric.+Trab.Dom</i>	0	0	0	0	0	- -
Não-agrícola	10	12	11	10	11	-1,8
<i>Não-agrícola</i>	10	12	10	10	11	-1,8
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	0	0	1	0	0	- -
Empregadora com até 2 empr	13	6	9	16	12	9,4
Pluriativo	7	2	7	9	6	- -
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	7	2	7	9	6	- -
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	0	0	0	0	0	- -
<i>Agríc.+não-agric.+Trab.Dom</i>	0	0	0	0	0	- -
Não-agrícola	6	4	2	8	6	- -
<i>Não-agrícola</i>	6	4	2	8	6	- -
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	1	0	0	0	0	- -
Conta-Própria	126	126	140	140	113	-1,1
Pluriativo	64	68	53	71	57	-2,0
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	62	64	51	68	54	-2,4
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	0	0	0	0	1	- -
<i>Agríc.+não-agric.+Trab.Dom</i>	2	4	2	4	2	- -
Não-agrícola	62	58	86	69	57	-0,1
<i>Não-agrícola</i>	58	54	72	66	47	-2,3
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	4	4	14	2	10	- -
Empregados	156	160	150	150	180	2,2
Pluriativo	21	23	31	26	26	6,2
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	18	20	29	23	23	6,7
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	1	1	0	1	1	- -
<i>Agríc.+não-agric.+Trab.Dom</i>	2	1	2	2	2	- -
Não-agrícola	136	138	120	125	154	1,6
<i>Não-agrícola</i>	116	119	96	104	123	-0,2
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	20	18	24	21	31	10,9 *
Não-ocupado na semana	0	0	0	0	0	- -
TOTAL	309	309	312	317	317	0,8 ***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20% e os “-” significam que a amostra é menor de 6 casos.

Fonte: PNAD/IBGE 2005. Elaboração: Nascimento 2008.

A Tabela 5 revela ainda a redução de 7,9% ao ano nas famílias do tipo ‘empregadora com mais de dois empregados’, mas o que chama atenção neste grupo é a estabilização ou redução em todos os seus desdobramentos, fato que pode estar relacionado ao impacto do uso das novas e modernas tecnologias, bem como, com o avanço capitalista na agropecuária brasileira, que segundo Staduto et. al (2004) se caracteriza pela preferência do uso de máquinas e equipamentos à

contratação da mão-de-obra.

As famílias 'empregadoras com até dois empregados', ao contrário do tipo de família analisada anteriormente, apresentaram crescimento de 9,4% ao ano, não significativo estatisticamente, desenvolvidos por famílias 'pluriativas' e 'não-agrícolas' com 6 mil homens ocupados em 2005 em cada tipo de família.

A análise do tipo de família 'não-agrícola' apresentou grande disparidade no seu comportamento, enquanto que para os homens houve retração não significativa estatisticamente de 1,1% ao ano, as mulheres apresentaram um forte crescimento de 7,3% no período, significativo estatisticamente, dado que revela maior envolvimento das mulheres com atividades não-agrícolas e pluriativas.

No conjunto de famílias do tipo 'empregados' identificou-se um crescimento de 2,2% ao ano para os homens e 7% ao ano para as mulheres, significativo estatisticamente. A maior taxa de mulheres se concentra nas famílias do tipo 'não-agrícola', enquanto o maior número de homens se concentra nas famílias 'pluriativas', porém chama atenção o grande crescimento do trabalho não-agrícola combinado com trabalho doméstico, tanto para mulheres quanto para os homens.

As famílias 'empregadoras com mais de dois empregados' apresentaram decréscimo maior para os homens (7,9%) que para as mulheres (5,2%), ao passo que as famílias 'empregadoras com até 2 empregados' cresceram em torno de 10% ao ano para homens e mulheres, embora não significativo estatisticamente.

3.6 Evolução do número médio das mulheres ativas das famílias extensas por local de domicílio e tipo de ocupação

Os dados da Tabela 6 apresentam a evolução do número médio de

mulheres ativas na área não-metropolitana rural agropecuária da região Sul por tipo de família no período de 2001-2005.

Tabela 6: Evolução do número médio das Mulheres Ativas das famílias rurais na Região Sul, 2001/2005.

TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	2005	Tx cresc. (%aa.)
						2001/2005 ^a
Empregadora com mais de 2 empr	0,69	0,73	0,68	0,52	0,79	-0,73
Agrícola	0,28	0,28	0,00	0,17	0,20	-
Pluriativo	0,80	1,33	1,33	0,50	1,20	-
<i>Agrícola+Agrícola</i>	-	-	-	1,00	1,00	-
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	0,80	1,33	1,33	0,25	1,33	-
Não-agrícola	0,86	0,70	0,49	0,69	0,86	-0,14
<i>Não-agrícola</i>	0,86	0,70	0,46	0,69	0,86	-0,14
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	-	-	1,00	-	-	-
Empregadora com até 2 empr	0,98	0,92	0,90	0,94	0,86	-2,32 *
Agrícola	0,84	0,85	0,78	0,90	0,72	-2,54
Pluriativo	1,31	1,09	1,13	1,09	1,12	-3,09
<i>Agrícola+Agrícola</i>	1,11	0,85	1,44	1,22	1,00	1,48
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	1,37	1,14	1,00	1,04	1,17	-4,03
<i>Agrícola+Trab. Dom.</i>	2,00	2,00	-	1,00	1,00	-
Não-agrícola	0,62	0,60	0,66	0,70	0,88	-
<i>Não-agrícola</i>	0,57	0,60	0,66	0,70	0,88	-
Conta-Própria	0,92	0,93	0,92	0,92	0,91	-0,27
Agrícola	0,91	0,91	0,90	0,85	0,85	-2,12 ***
Pluriativo	1,09	1,10	1,16	1,16	1,16	1,68 **
<i>Agrícola+Agrícola</i>	0,80	0,81	0,77	0,87	1,02	5,59 *
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	1,04	1,10	1,20	1,18	1,19	3,49 **
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	1,90	1,81	1,77	1,80	1,15	-9,57 *
<i>Agríc.+não-agric.+Trab.Dom</i>	2,00	2,01	1,60	2,00	1,50	-
Não-agrícola	0,54	0,51	0,61	0,75	0,68	8,91 **
<i>Não-agrícola</i>	0,47	0,45	0,52	0,71	0,60	9,86 *
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	1,50	1,51	1,28	1,98	1,17	-
Empregados	0,46	0,48	0,51	0,50	0,50	1,97 *
Agrícola	0,32	0,26	0,29	0,29	0,29	-0,88
Pluriativo	0,99	0,96	0,96	0,92	0,88	-2,63 ***
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	0,89	0,86	0,84	0,71	0,81	-3,80 *
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	1,11	1,13	1,16	1,16	1,00	-1,71
<i>Agríc.+não-agric.+Trab.Dom</i>	1,49	1,00	1,34	2,26	1,66	-
Não-agrícola	0,46	0,54	0,63	0,61	0,60	6,50 *
<i>Não-agrícola</i>	0,35	0,44	0,55	0,51	0,51	9,64 **
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	1,09	1,05	0,95	1,02	0,90	-3,91 **
Não-ocupados na semana	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0,70	0,72	0,72	0,72	0,70	-0,29

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
“-“ significam que a amostra é menor de 6 casos.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IE/UFU, Julho 2007.

O conjunto conta-própria mostrou-se estável, com redução significativa estatisticamente de 2,12% ao ano na atividade exclusivamente agrícola enquanto as famílias do tipo 'pluriativo' cresceram significativamente 1,68% ao ano. A maior taxa de crescimento de ocupações pode ser identificada nas famílias do tipo 'não-agrícola' com crescimento significativo estatisticamente, próximo a 9% ao ano. Assim pode-se inferir que as mulheres das famílias exclusivamente agrícolas estão se deslocando principalmente para o desenvolvimento de atividades não-agrícolas.

Em relação ao conjunto de famílias do tipo 'empregados', cabe destacar o crescimento de ocupações na ordem de 1,97% ao ano, liderado exclusivamente pelo grupo não-agrícola que apresentou 6,5% de crescimento ao ano. Estes dados apontaram para a oferta de postos de trabalho não-agrícola no meio rural. Os resultados também indicaram a redução de 3,91% ao ano no número de mulheres de famílias cujos membros desenvolveram trabalho não-agrícola combinado com trabalho doméstico. Esta informação requer um maior detalhamento para ser analisado, visto que para interpretá-lo, seria necessário identificar se estas trabalhadoras se deslocaram para outros grupos onde seriam mais bem remuneradas, diante da precariedade atribuída ao trabalho doméstico ou se perderam a ocupação que lhes proporcionava uma renda, embora de baixo valor, mas de extrema importância para muitas famílias.

Estes dados evidenciam a necessidade de se elaborar políticas públicas que venham contemplar estas trabalhadoras. Não se pode ignorar o leque de atividades que vêm sendo desenvolvidas no meio rural e que não estão estritamente vinculadas ao setor agropecuário, conforme já sinalizado por pesquisadores como Nascimento (2002), Farah (2004), Heredia e Cintrão (2006).

3.7 Composição das rendas médias das famílias – mulher

A Tabela 7 apresenta a composição da renda média das mulheres nos diferentes tipos de famílias (mulheres), nas áreas rurais não metropolitanas da Região Sul do Brasil no ano de 2005.

Pode-se observar que a maior fonte de renda das mulheres tem origem na atividade não-agrícola e corresponde a aproximadamente 40% do total, a seguir as rendas oriundas das transferências sociais – aposentadorias e pensões – apareceram com 36,51%, percentual bastante elevado e próximo da principal fonte de renda. Segundo Heredia e Cintrão (2006) este fato pode estar associado ao estado precário da mulher idosa no meio rural, uma vez que mais da metade das beneficiárias da previdência vivem sem companheiro, sendo, portanto as chefes de família e muitas vezes a única provedora do domicílio. Neste mesmo sentido, Kageyama, (2003, p.6) considera o “[...] programa de aposentadorias e pensões rurais [...] bastante positivas do ponto de vista da proteção social”, uma vez que representam grande proporção da renda das famílias rurais mais pobres e permite que o idoso não seja considerado mais um dependente. A renda da atividade agrícola ocupa a terceira colocação com percentual de 17,56% do total, já o item outras rendas é menos expressivo, com valor próximo a 7%.

A análise dos diferentes tipos de famílias permitiu verificar que as famílias do tipo ‘empregadoras com mais de dois empregados’ são mais bem remuneradas e recebem em média R\$ 376,10, no entanto é composto por apenas 12 mil mulheres, valor que corresponde a apenas 1,4% da população feminina. As famílias agrícolas+agrícolas se destacam ao obter renda de R\$ 1000,02, valor bastante superior aos demais, sendo que 70% tem origem na atividade agrícola e 30% nas

aposentadorias e pensões.

Tabela 7: Composição das rendas médias das mulheres rurais nos diferentes tipos de famílias na Região Sul, 2005 (R\$ set. 2005).

TIPO DE FAMÍLIA	AGRÍC %	NÃO-AG %	APOS/PEN %	OUT/FONT %	2005 R\$
Empreg com mais de 2 empr	28,65	41,79	29,51	0,05	376,14
Agrícola	57,14	0,00	42,86	0,00	232,87
Pluriativo	52,20	12,78	35,02	0,00	553,66
<i>Agrícola+Agrícola</i>	70,00	0,00	30,00	0,00	1.000,02
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	0,00	50,25	49,75	0,00	239,80
Não-agrícola	0,00	78,12	21,77	0,11	304,36
<i>Não-agrícola</i>	0,00	78,12	21,77	0,11	304,36
Empreg com até 2 empr	18,75	49,14	28,08	4,03	323,87
Agrícola	39,29	0,00	59,02	1,68	137,51
Pluriativo	16,92	51,60	25,28	6,20	480,08
<i>Agrícola+Agrícola</i>	61,49	0,00	36,50	2,01	120,85
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	13,72	56,18	23,44	6,66	631,04
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	0,00	28,57	71,43	0,00	420,00
Não-agrícola	0,00	100,00	0,00	0,00	792,67
<i>Não-agrícola</i>	0,00	100,00	0,00	0,00	792,67
Conta-Própria	18,63	30,10	44,95	6,32	249,62
Agrícola	25,65	0,00	65,88	8,47	179,40
Pluriativo	14,62	53,03	27,78	4,57	389,03
<i>Agrícola+Agrícola</i>	45,80	0,00	44,12	10,08	189,35
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	11,43	57,33	27,03	4,20	441,12
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	21,32	57,89	19,25	1,54	338,33
<i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i>	0,00	97,66	0,00	2,34	289,45
Não-agrícola	0,00	74,22	21,94	3,83	312,73
<i>Não-agrícola</i>	0,00	72,10	24,91	2,99	319,48
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	0,00	84,74	7,26	8,00	283,06
Empregados	13,83	57,59	19,08	9,49	270,43
Agrícola	53,10	0,00	29,73	17,17	128,09
Pluriativo	22,66	53,77	13,75	9,83	272,70
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	28,89	50,65	11,33	9,12	349,65
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	0,00	95,05	0,00	4,95	175,04
<i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i>	0,00	85,32	0,00	14,68	359,27
Não-agrícola	0,00	74,40	18,29	7,31	382,42
<i>Não-agrícola</i>	0,00	74,97	16,03	8,99	390,51
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	0,00	72,54	25,60	1,86	358,31
MÉDIA	17,56	39,07	36,51	6,87	261,17

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Urbano - IE/UFU, Julho 2007.

O detalhamento da análise revelou que mais de 40% da renda das famílias

do tipo 'empregadora com mais de dois empregados', provém do desenvolvimento de atividades não-agrícolas, aproximadamente 30% de transferências sociais e 28,7% da atividade agrícola, evidenciando a importância da atividade não-agrícola para as mulheres deste tipo de família.

Ao analisar o conjunto de famílias do tipo 'empregadora com até dois empregados' identificou-se uma renda média de R\$ 323,90, inferior ao grupo anterior, porém apresenta composição populacional maior, composto por 53 mil mulheres, valor correspondente a 6,18% do total. Neste grupo a atividade não-agrícola representou praticamente 50% da renda, valor ainda mais expressivo se comparado ao conjunto anterior, 28% teve origem nas transferências sociais, 18,7% nas atividades agrícolas e 4% são oriundos de outras fontes.

As famílias do tipo 'empregados' receberam a terceira maior renda, no valor de R\$ 270,40 em média, neste grupo trabalhavam 182 mil mulheres que representam 21,24% da população rural feminina da Região Sul. Quanto à distribuição da renda, a Tabela 7 indicou que 57,6% da receita foi obtida com o desenvolvimento de atividades não-agrícolas, enquanto a atividade agrícola produziu 13,8% da renda, as transferências sociais representam 19,1% e 9,5% tem origem nas outras rendas.

As famílias do tipo 'conta-própria' abrigava a maior parcela da população feminina da Região Sul, superando a casa dos 70%. Trabalhavam neste grupo no período analisado 610 mil mulheres que obtinham rendimentos médios de R\$ 249,60, a menor remuneração entre os diferentes tipos de famílias. A distribuição da renda apresentou um comportamento diferenciado em relação aos tipos de famílias analisadas anteriormente. No conjunto de famílias 'conta-própria' aproximadamente 45% da renda teve origem nas transferências sociais, dado que revelou a

importância do benefício para este conjunto de famílias. A atividade não-agrícola representava 30,1% e a atividade agrícola é geradora de 18,6% da renda feminina enquanto 6,3% têm origem em outras rendas.

A concentração da população no conjunto de famílias 'conta-própria', a remuneração inferior a dos outros conjuntos de famílias e a maior dependência das transferências sociais são indicadores que sinalizam para a emergência na elaboração de programas e políticas públicas de enfrentamento aos problemas identificados no meio rural, bem como para a melhor estruturação da sociedade segundo suas características, proporcionando ocupação e geração de renda, enfim qualidade de vida para estes trabalhadores e trabalhadoras.

3.8 Composição das rendas médias das famílias – homens

As Tabelas 7 e 8 permitem confrontar as rendas das trabalhadoras e trabalhadores rurais. A partir delas se pode inferir que há uma grande diferença entre ambos, tanto no que diz respeito aos valores quanto à origem destes.

Os trabalhadores rurais recebiam em média R\$ 925,31 em 2005, sendo a atividade agrícola responsável por aproximadamente 66% do total desta, seguida pela atividade não-agrícola que gerou cerca de 22% da renda. As pensões e aposentadorias responderam por 8,40% enquanto que apenas 2,85% tiveram outras fontes como origem. Já as trabalhadoras rurais obtiveram uma renda média de R\$ 261,17, valor que corresponde a menos de 30% da renda percebida pelos homens, fato já constatado por autores como Alves *et al.* (1997), Arbache (2000), Bruschini *et al.* (2006), Garcia e Sanz (2004), Kon (2002), Piovesan (2006), Soares (2000), que discutem a discriminação e segmentação vivenciada pelas mulheres no

mercado de trabalho.

Tabela 8: Composição das rendas médias dos homens rurais segundo os tipos de famílias na Região Sul, 2005 (R\$ set. 2005).

TIPO DE FAMÍLIA	AGRÍC	NÃO-AG	APOS/PEN	OUTRAS FONTES	2005
	%	%	%	%	R\$
Empreg com mais de 2 emp	38,24	56,41	3,82	1,53	3.846,18
Agrícola	92,15	0,00	7,85	0,00	3.842,01
Pluriativo	68,22	28,90	2,88	0,00	4.884,50
<i>Agrícola+Agrícola</i>	94,23	0,00	5,77	0,00	2.971,54
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	59,49	38,59	1,92	0,00	6.229,58
Não-agrícola	0,00	93,14	3,66	3,20	3.258,73
<i>Não-agrícola</i>	0,00	93,14	3,66	3,20	3.258,73
Empregad com até 2 empr	76,36	16,01	3,83	3,80	1.964,47
Agrícola	86,77	0,00	5,14	8,10	1.643,30
Pluriativo	76,05	20,38	3,12	0,44	2.480,34
<i>Agrícola+Agrícola</i>	97,06	0,00	2,94	0,00	1.252,96
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	72,54	24,06	2,88	0,52	3.038,50
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	66,67	0,00	33,33	0,00	900,00
Não-agrícola	0,00	99,63	0,00	0,37	1.489,33
<i>Não-agrícola</i>	0,00	99,63	0,00	0,37	1.489,33
Conta-Própria	73,57	13,27	10,15	3,01	908,59
Agrícola	86,66	0,00	10,39	2,95	879,53
Pluriativo	60,93	26,23	9,59	3,25	984,43
<i>Agrícola+Agrícola</i>	86,85	0,00	11,63	1,51	751,74
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	55,86	31,12	9,38	3,64	1.068,39
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	87,83	2,53	9,63	0,00	675,70
<i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i>	43,02	51,41	0,00	5,57	573,62
Não-agrícola	0,00	86,99	10,73	2,28	844,47
<i>Não-agrícola</i>	0,00	85,10	12,37	2,53	899,20
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	0,00	99,35	0,00	0,65	604,13
Empregados	42,95	48,23	6,77	2,05	675,11
Agrícola	91,67	0,00	6,06	2,27	535,24
Pluriativo	62,33	33,49	2,59	1,58	855,20
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	53,70	43,12	1,23	1,94	915,37
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	95,48	2,24	2,29	0,00	662,22
<i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i>	25,95	73,52	0,00	0,53	1.494,08
Não-agrícola	0,00	87,78	9,99	2,23	689,86
<i>Não-agrícola</i>	0,00	87,86	9,64	2,50	742,84
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	0,00	87,46	11,43	1,10	532,04
MÉDIA	66,40	22,34	8,40	2,85	952,31

Fonte: PNAD/IBGE 2005. Elaboração: Nascimento 2007

Os resultados revelaram uma acentuada diferença no valor da renda obtida por homens e mulheres rurais, apesar das limitações que ocorrem em consequência da agregação dos dados, uma das possíveis causas pode ser o predomínio de

homens no meio rural, apontado por Brumer (2004), Camarano e Abramovay (1999), Garcia Sanz (2004), Mello *et al.* (2003), bem como pelos papéis de gênero que se desenvolvem neste espaço e que colocam a mulher em desvantagem em relação ao homem, por realizar atividades invisíveis do ponto de vista econômico, uma vez que muitas delas não são contabilizadas em termos monetários (HEREDIA e CINTRÃO, 2006; MELO, *et al.*, 2007).

O fato de os afazeres domésticos serem historicamente atribuídos às mulheres é discutido por Melo *et al.*, (2007), os autores afirmam que e a não contabilização dos mesmos pode ter raízes no passado, ligados à inferioridade feminina, vai ainda mais longe e relaciona a discriminação à não-contabilização destes afazeres no Produto Interno Bruto - PIB. Os autores observam que destacar a importância dos mesmos pode ajudar a reduzir a discriminação.

As famílias do tipo 'conta-própria', mais numerosas, apresentaram uma renda bastante baixa, se comparado aos demais, com uma média de R\$ 908,59, sendo que 73,57% deste valor tem origem em atividades exclusivamente agrícolas, sinalizando para o desenvolvimento da agricultura familiar com ocupações preponderantemente agrícolas, visto que as ocupações não-agrícolas geram apenas 13,27% da renda. As aposentadorias e pensões respondem por 10,15% neste grupo e apenas 3,01% dos rendimentos provem de outras fontes.

O peso das aposentadorias entre as mulheres (36,5%) confirma as conclusões de Heredia e Cintrão (2006) quanto ao maior ciclo de vida das mulheres, visto que em 2002 recebiam 73% das pensões por morte e representavam 60% do total dos beneficiários. Este dado pode explicar o alto índice da renda proveniente das aposentadorias e pensões entre as mulheres rurais, quando comparadas aos homens, no entanto, cabe lembrar que a Constituição de 1988 concedeu

aposentadoria a todas as trabalhadoras rurais a partir dos 55 anos de idade e aos homens a partir dos 60, portanto, as mulheres se aposentam 5 anos mais cedo que os homens, essa diferença da idade é um dos fatores que contribui para essa diferença entre os sexos.

As autoras identificaram no meio rural um grande número de trabalhadoras com idade superior a 55 anos que ainda não recebem benefício da previdência, tendo como principais motivos apontados, a declaração de trabalhadora do lar, o desenvolvimento de atividades informais no meio rural ou assalariadas e ainda a não entrega da produção em seu nome. No entanto, vêm ocorrendo avanços, visto que avaliações da equidade da previdência no meio rural realizadas por Kreter e Bacha (2006) revelaram que no final da década de 1990 praticamente não havia diferenças no recebimento de aposentadorias entre homens e mulheres.

O conjunto empregados diferiu em grandes proporções do contra-própria, principalmente porque teve como principal fonte de renda as atividades não-agrícolas, mais uma vez, confirmando o crescimento desta atividade no meio rural, e a proletarização desta atividade.

Dentro do conjunto 'empregadora com mais de 2 empregados' a atividade pluriativa (agrícola, combinada com não-agrícola) revelou a maior renda (R\$ 6.0229,58), sendo a atividade agrícola responsável por aproximadamente 60% do valor gerado, já as ocupações não-agrícolas responderam por 38,59% dos rendimentos, revelando sua importância na composição da renda.

Estes dados vêm corroborar as observações de Ney e Hoffmann (2007) quanto à concentração da renda no meio rural, ou seja, as atividades não-agrícolas constituem numa alternativa bastante atraente, utilizadas principalmente pelas famílias empregadoras como uma forma de diversificação das atividades que podem

ser desenvolvidas no meio rural, no entanto, não estão contribuindo para reduzir a desigualdade de renda de seus habitantes. Os autores destacam a necessidade de elaborar políticas públicas que considerem estas variáveis já discutidas por outros pesquisadores como Heredia e Cintrão (2006), Nascimento (2002).

3.9 Composição da renda média do trabalho dos tipos de famílias, segundo sexo

A Tabela 9 permite confrontar a participação dos homens e mulheres na composição da renda, considerando apenas as atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas no meio rural da Região Sul do Brasil no ano de 2005.

As famílias do tipo 'empregadora com mais de dois empregados' concentravam o maior nível de renda, com um total de R\$ 3.723,95, dos quais 50% tiveram origem no desenvolvimento de atividades não-agrícolas desenvolvidas por homens, mais uma vez, confirmando o peso desta atividade para o meio rural, já as mulheres deste tipo de famílias tiveram uma pequena participação com apenas 3,8% das atividades não-agrícolas.

O maior nível de renda deste conjunto se originou do desenvolvimento de atividades pluriativas, resultado da combinação de atividades agrícolas com não-agrícolas, e geraram uma renda de R\$ 6.230,77. Neste tipo de família a atividade agrícola é desenvolvida exclusivamente por homens que respondem por 50,5% da renda, enquanto as atividades não-agrícolas são desenvolvidas com maior peso pelos homens, 38,6% e apenas 1,9% por mulheres.

O segundo maior nível de renda foi encontrado nas famílias do tipo 'empregadora com até 2 empregados', num total de R\$ 2,043,12, dos quais 76,8% teve origem na atividade agrícola, desenvolvido principalmente por homens, 72,5%.

O peso da atividade não-agrícola é bem menor e responde por apenas 23,1%, dos quais, 16,2% são desenvolvidos por homens e 6,9% por mulheres. A exemplo do conjunto anterior, a atividade pluriativa, também responde pelo maior nível de renda.

Tabela 9: Composição da renda média do trabalho dos tipos de famílias, segundo o sexo na Região Sul, 2005 (R\$ set. 2005).

TIPO DE FAMÍLIA	HOMEM		MULHER		2005
	AGRÍCOLA	NÃO-AGRIC	AGRÍCOLA	NÃO-AGRIC	
	%	%	%	%	R\$
Empregadora com mais de 2 em	43,8	50,0	2,4	3,8	3.723,95
Agrícola	97,9	0,0	2,1	0,0	4.389,33
Pluriativo	65,3	27,7	5,7	1,4	5.103,42
<i>Agrícola+Agrícola</i>	80,0	0,0	20,0	0,0	3.500,12
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	59,5	38,6	0,0	1,9	6.230,77
Não-agrícola	0,0	92,5	0,0	7,5	2.900,75
<i>Não-agrícola</i>	0,0	92,5	0,0	7,5	2.900,75
Empregadora com até 2 empr	72,5	16,2	4,3	6,9	2.043,12
Agrícola	92,6	0,0	7,4	0,0	1.500,24
Pluriativo	68,0	20,9	2,6	8,4	2.767,46
<i>Agrícola+Agrícola</i>	94,2	0,0	5,8	0,0	1.338,86
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	63,6	24,6	2,1	9,7	3.527,85
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	83,3	0,0	0,0	16,7	720,00
Não-agrícola	0,0	67,5	0,0	32,5	2.175,35
<i>Não-agrícola</i>	0,0	67,5	0,0	32,5	2.175,35
Conta-Própria	74,1	13,4	4,5	8,0	882,85
Agrícola	95,0	0,0	5,0	0,0	789,39
Pluriativo	54,3	22,3	4,7	18,7	1.102,64
<i>Agrícola+Agrícola</i>	89,0	0,0	11,0	0,0	730,64
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	49,3	26,1	3,7	20,9	1.211,49
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	67,5	1,7	7,2	23,5	841,38
<i>Agríc.+não-agric.+Trab.Dom</i>	29,3	36,0	0,0	34,6	819,11
Não-agrícola	0,0	78,1	0,0	21,9	880,63
<i>Não-agrícola</i>	0,0	79,5	0,0	20,5	893,02
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	0,0	70,7	0,0	29,3	820,03
Empregados	36,2	42,3	3,7	17,8	739,98
Agrícola	91,3	0,0	8,7	0,0	533,86
Pluriativo	46,3	33,4	5,6	14,6	1.057,67
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	42,6	36,9	7,4	13,2	1.101,90
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	76,9	2,6	0,0	20,5	763,95
<i>Agríc.+não-agric.+Trab.Dom</i>	22,4	60,7	0,0	16,9	1.680,10
Não-agrícola	0,0	70,5	0,0	29,5	810,09
<i>Não-agrícola</i>	0,0	72,1	0,0	27,9	847,91
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	0,0	63,2	0,0	36,8	674,47
Total	63,2	22,5	4,2	10,1	875,93

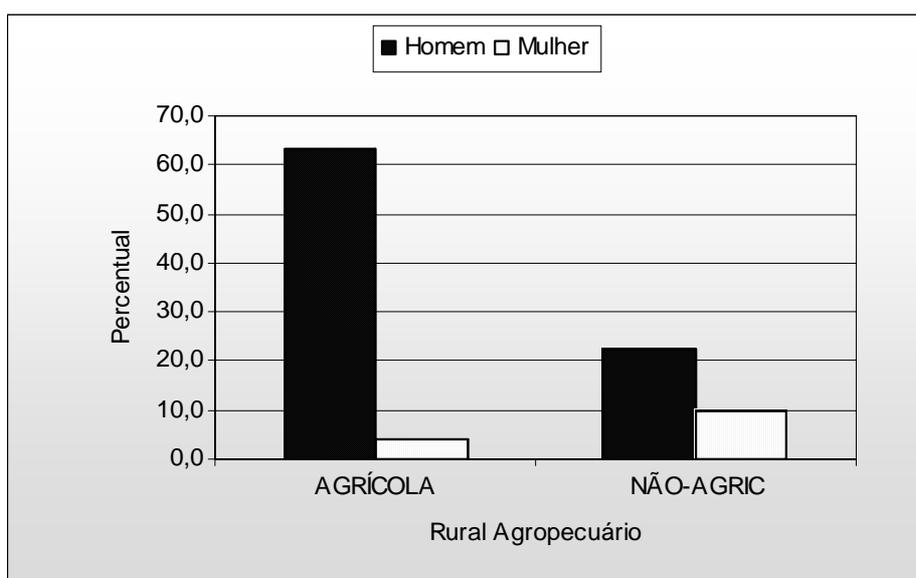
Fonte: PNAD/IBGE 2005. Elaboração: Nascimento 2008.

Pode-se constatar que a maior parte da renda, 67,4% teve origem na

atividade agrícola, no entanto, os homens participam com 63,2% do total, enquanto as mulheres com apenas 4,2%.

Quanto ao desenvolvimento das atividades não-agrícolas, a diferença é bem menor, visto que os homens responderam por 22,5% enquanto as mulheres por 10,1%, como pode ser observado no Gráfico 1, que ilustra de forma clara a grande diferença na participação da renda quando se compara homens e mulheres.

Gráfico 1: Composição das rendas médias do trabalho por tipo de famílias - Região Sul.



Fonte: PNAD/IBGE 2005. Elaboração da autora.

Esta diferenciação se caracteriza como reflexos de uma cultura patriarcal, com base na inferioridade feminina, voltada aos afazeres domésticos e na reprodução biológica, cabendo à mulher a esfera privada e ao homem as relações na esfera pública e o poder econômico, levando a uma divisão do trabalho ainda bastante presente na sociedade (MELO *et al.*, 2007). Além disso, a própria desvalorização do trabalho realizado pelas mulheres, consideradas menos

reivindicativas, mais necessitadas e por vezes aceitando qualquer trabalho.

As famílias do tipo conta-própria, mais numerosas, apresentaram em 2005 uma renda de R\$ 882,85, dos quais, aproximadamente 80% tiveram origem na atividade agrícola, sendo os homens os principais responsáveis pela composição da renda com 74,1% do total. A atividade não-agrícola apresentou uma participação menos significativa na composição da renda, em torno dos 20%, dos quais, 13,4% são provenientes de atividades desenvolvidas por homens.

A família do tipo 'empregados' apresentaram a menor renda, R\$ 739,98, com características distintas dos demais conjuntos, visto que a maior parcela teve origem no desenvolvimento de atividades não-agrícolas com 60,1% do total. Destes, 42,3% tiveram origem em atividades desenvolvidas por homens e 17,8% por mulheres. Pode-se inferir que tipo de família, maior número de mulheres precisam desenvolver atividades remuneradas para complementar a renda familiar. As atividades agrícolas tiveram menor peso neste conjunto e responderam por aproximadamente 40% do total, dos quais 36,2% são desenvolvidos por homens.

A pluriatividade, que combina o desenvolvimento de atividades agrícolas, não-agrícolas e trabalho doméstico, apresentou a maior renda neste conjunto, com R\$ 1.680,10, concentrados principalmente no desenvolvimento de atividades não-agrícolas, com 77,6% do total.

A análise da Tabela 9 permitiu visualizar a grande diferença existente entre homens e mulheres na composição da renda no meio rural, considerando apenas as atividades agrícolas e não-agrícolas, a seguir será analisada a Tabela 10 que permitirá uma análise mais detalhada, visto que contempla a renda proveniente das aposentadorias, pensões e outras fontes.

3.10 Composição das rendas médias das famílias extensas, segundo sexo

A tabela 10 apresenta renda média mais significativa com R\$ 1.138,75 para as famílias extensas, visto que considera as atividades agrícolas e não-agrícolas e aquelas provenientes das aposentadorias, pensões e outras fontes sendo que estas últimas correspondem a 23% do total, valor que pode ser considerado bastante expressivo.

A concessão de benefícios tem contribuído para melhorar o bem-estar das famílias rurais. De acordo com Kreter e Bacha (2006), foram as aposentadorias por idade que mais contribuíram para a qualidade de vida dos idosos do meio rural, muitos se encontravam na condição de dependentes e passaram a contribuir com a renda familiar, sendo inclusive para muitas famílias a única fonte de renda.

Até 1988 o sistema previdenciário atingia somente homens a partir de 65 anos de idade no valor de 50% de um salário mínimo para aposentadoria e, 30% de um salário mínimo para as pensões. Com a constituição de 1988 e a universalização do sistema, passou a pagar o valor de um salário mínimo para aposentadorias e pensões para os homens a partir dos 60 anos de idade e incluiu também as trabalhadoras rurais a partir dos 55 anos, até então não contempladas (KRETER e BACHA, 2006).

Esta medida foi de extrema importância para os trabalhadores e trabalhadoras rurais que de acordo com Kreter e Bacha (2006) passaram ter acesso aos benefícios e serviços equivalentes àqueles prestados às populações urbanas, elevando desta forma a renda *per capita* no meio rural e conseqüentemente contribuindo para a qualidade de vida destes trabalhadores.

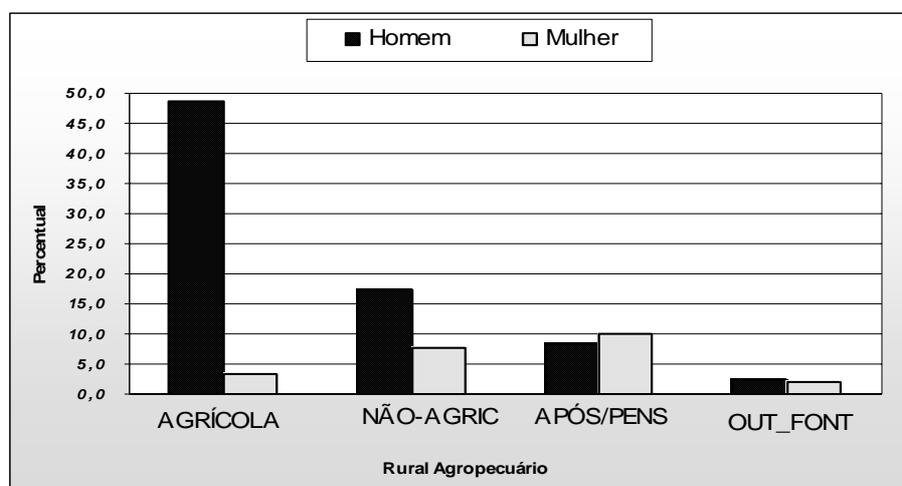
Tabela 10: Composição das rendas médias (todas as fontes) das famílias extensas, segundo o sexo na Região Sul, 2005 (R\$ set. 2005).

TIPO DE FAMÍLIA	HOMEM				MULHER				2005
	AGR	NÃO AGR	AP/PEN	OUT FON	AGR	NÃO AGR	AP/PEN	OUT FON	
	%	%	%	%	%	%	%	%	R\$
Empregadora com mais de 2 em	40,7	46,4	3,7	1,1	2,2	3,5	2,3	0,0	4.011,09
Agrícola	91,2	0,0	5,4	0,0	2,0	0,0	1,5	0,0	4.713,98
Pluriativo	61,3	26,0	2,6	0,0	5,3	1,3	3,6	0,0	5.438,16
<i>Agrícola+Agrícola</i>	70,5	0,0	4,3	0,0	17,6	0,0	7,6	0,0	3.971,56
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	57,3	37,2	1,8	0,0	0,0	1,9	1,8	0,0	6.469,39
Não-agrícola	0,0	85,0	3,6	2,5	0,0	6,9	1,9	0,0	3.154,62
<i>Não-agrícola</i>	0,0	85,0	3,6	2,5	0,0	6,9	1,9	0,0	3.154,62
Empregadora com até 2 empr	64,4	14,4	3,2	2,6	3,8	6,2	4,7	0,7	2.300,35
Agrícola	77,7	0,0	4,6	5,7	6,3	0,0	5,7	0,1	1.786,86
Pluriativo	62,1	19,1	2,6	0,4	2,4	7,7	4,5	1,3	3.030,70
<i>Agrícola+Agrícola</i>	89,1	0,0	2,1	0,0	5,5	0,0	3,1	0,2	1.414,41
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	58,3	22,6	2,1	0,4	2,0	8,9	4,2	1,5	3.845,49
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	45,5	0,0	22,7	0,0	0,0	9,1	22,7	0,0	1.320,00
Não-agrícola	0,0	67,4	0,0	0,2	0,0	32,4	0,0	0,0	2.179,84
<i>Não-agrícola</i>	0,0	67,4	0,0	0,2	0,0	32,4	0,0	0,0	2.179,84
Conta-Própria	56,9	10,3	8,5	2,7	3,5	6,2	10,6	1,4	1.149,90
Agrícola	70,6	0,0	9,3	2,6	3,7	0,0	12,2	1,5	1.062,43
Pluriativo	43,8	18,0	7,0	2,8	3,8	15,0	8,3	1,3	1.368,03
<i>Agrícola+Agrícola</i>	68,9	0,0	10,3	1,1	8,5	0,0	9,4	1,8	944,30
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	39,8	21,1	6,4	3,2	3,0	16,9	8,3	1,3	1.499,59
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	56,1	1,4	9,5	0,0	6,0	19,6	6,8	0,6	1.012,25
<i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i>	28,1	34,5	0,0	3,5	0,0	33,2	0,0	0,7	855,42
Não-agrícola	0,0	62,5	8,3	2,6	0,0	17,5	7,8	1,3	1.100,17
<i>Não-agrícola</i>	0,0	61,9	9,5	2,9	0,0	15,9	8,7	1,0	1.147,71
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	0,0	66,9	0,0	0,4	0,0	27,6	2,4	2,7	867,62
Empregados	29,4	34,3	7,0	1,4	3,0	14,5	6,9	3,5	912,07
Agrícola	73,2	0,0	6,3	1,8	7,0	0,0	7,5	4,3	665,71
Pluriativo	42,5	30,6	1,4	1,0	5,1	13,4	3,2	2,8	1.154,59
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	38,5	33,3	1,1	1,3	6,7	11,9	4,2	3,0	1.219,20
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	73,3	2,5	3,2	0,0	0,0	19,5	0,0	1,4	801,15
<i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i>	21,6	58,4	0,0	0,5	0,0	16,3	0,0	3,2	1.745,08
Não-agrícola	0,0	54,7	9,5	1,4	0,0	22,9	8,0	3,4	1.043,08
<i>Não-agrícola</i>	0,0	56,2	9,6	1,6	0,0	21,8	6,9	3,9	1.087,77
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	0,0	48,3	9,0	0,6	0,0	28,1	12,6	1,4	882,86
<i>Não-ocupado na semana</i>	0,0	0,0	38,8	5,8	0,0	0,0	47,3	8,1	624,40
Total	48,6	17,3	8,5	2,4	3,2	7,8	10,1	2,0	1.138,75

Fonte: PNAD/IBGE 2005. Elaboração: Nascimento (2008).

O Gráfico 2 permite visualizar a participação na renda das diferentes atividades desenvolvidas no meio rural e evidencia a grande parcela de atividades não-agrícolas, onde a mulher tem expressivo percentual de participação, principalmente se comparada às atividades agrícolas.

Gráfico 2: Composição das rendas médias das famílias extensas - Região Sul



Fonte: PNAD/IBGE 2005. Elaboração da autora.

Mais de 50% da renda das famílias rurais no ano de 2005, teve origem nas atividades agrícolas, dos quais, 48,6% são geradas por homens e apenas 3,2% por mulheres, apesar de representarem cerca de 40% da população ocupada no meio rural da Região Sul. As atividades não-agrícolas respondem por 25,1% da composição da renda, sendo que 17,2% são desenvolvidas por homens e 7,8% por mulheres. A renda proveniente de aposentadorias e pensões compõe 18,6% da renda, sendo que os homens participam com 8,5%, enquanto as mulheres com 10,1%. O maior índice da participação feminina pode estar relacionado ao fato de apresentarem maior longevidade e se aposentarem aos 55 anos de idade, ou seja, cinco anos antes que os homens. As outras fontes são pouco significativas e representam apenas 4,4% na composição da renda média.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo central, considerando a perspectiva de gênero, analisar e mensurar a participação da mulher rural nas atividades agrícolas e não-agrícolas da Região Sul do Brasil, no período 2001 a 2005, a partir da renda monetária, dentro de um contexto de intensas mudanças quanto à ocupação rural que tem abrigado diferentes tipos de famílias.

A literatura pesquisada levou a constatar avanços quanto ao reconhecimento do trabalho rural feminino, bem como uma série de direitos conquistados mediante a organização de movimentos de mulheres no país. Organizações nacionais e internacionais têm levantado discussões em diferentes estâncias com o objetivo de denunciar injustiças e sensibilizar o poder público quanto aos direitos da mulher, no entanto, a divisão sexual do trabalho, os diferentes papéis atribuídos às mulheres resultam de um processo histórico, onde hábitos e costumes estão arraigados na sociedade, configurando uma cultura de origem fortemente patriarcal. Mudanças neste campo exigem tempo e persistência.

Apesar de teoricamente existir o reconhecimento de que as mulheres têm os mesmos direitos que os homens, pesquisadores identificam poucas mudanças. Ainda são os homens, em sua maioria, que desempenham as funções de chefia, recebem os maiores salários, têm mais acesso à propriedade da terra dos pais e maior poder de decisão em consequência da forte presença do sistema patriarcal, principalmente no meio rural.

As mulheres, através de organizações e movimentos, têm se mostrado determinadas quanto à participação nas lutas para avançar na conquista de seus direitos, fato que pode ser verificado pela sólida estrutura das organizações, pelas

mobilizações em nível nacional e internacional e na continuidade da pauta de reivindicações e discussões realizadas em diferentes espaços. Estes movimentos possibilitaram o contato da mulher rural com outras organizações sociais, levando-a a participar da esfera pública, ação que contribuiu para problematizar os papéis de gênero e atribuir visibilidade ao trabalho da mulher no trabalho doméstico e produtivo, resultando na criação de programas, leis complementares, secretarias, conselhos, enfim ações voltadas para atingir a equidade social.

Um dos avanços mais importantes das trabalhadoras rurais diz respeito ao acesso às transferências sociais, principalmente sob a forma de aposentadorias e pensões, que gerou renda para grande parcela da população rural, proporcionando assim maior bem-estar, principalmente aos idosos que deixam de ser considerados em muitos lares como mais uma 'despesa'. Apesar de não ser uma renda obtida com meios produtivos e na reprodução social, permite que a população rural reinvesta na sua capacidade produtiva, contribuindo, desta forma, para reduzir a pobreza e manter a população no meio rural.

Há ainda um grande contingente de mulheres que não conseguiram ter acesso às transferências sociais previstas na Constituição Federal, principalmente por não conhecerem os procedimentos legais para adquirir tal direito, sinalizando para a necessidade de elaborar programas de conscientização para esta população.

A análise dos dados quantitativos permitiu concluir que houve crescimento no número de pessoas ocupadas no meio rural da Região Sul no período 2001 a 2005, apesar de ser pequena, pode ser considerada de grande importância, uma vez que revela um estancamento do êxodo rural depois de décadas de saída contínua da população do meio rural.

A atividade não-agrícola tem se constituído a maior fonte de renda da mulher

rural, se destacando nos conjuntos, com exceção do conta-própria, onde é superada pela renda proveniente de aposentadorias e pensões associada a uma população mais idosa. Neste aspecto pode-se perceber a importância da atividade não-agrícola como fonte de ocupação e renda, bem como a necessidade de dispensar atenção ao conjunto conta-própria, principalmente por ser o conjunto mais numeroso, que tem o menor nível de renda e apresenta grande dependência das transferências sociais.

Dentro do conjunto conta-própria se verifica redução do trabalho doméstico, enquanto no conjunto empregados, há um crescimento bastante significativo desta atividade tanto para homens quanto para mulheres dentro do grupo não-agrícola, evidenciando a precariedade deste tipo de ocupações. Este fato não é desejável, visto que se caracteriza como uma extensão das atividades realizadas no seu lar e não permite o contato mais próximo com outras organizações e instituições, conseqüentemente, pouco impactando nos papéis de gênero no âmbito familiar que, neste contexto tem menor oportunidade de serem problematizados e em gerarem desenvolvimento considerando a evolução individual no processo produtivo.

As aposentadorias e pensões, numa análise mais ampla, constituem a segunda mais importante fonte de renda, sendo, portanto, as atividades não-agrícolas, as aposentadorias e pensões as principais fontes de renda da mulher rural e em conseqüência destas características podem contribuir para manutenção da população no meio rural.

O aumento do número de mulheres ocupadas, cuja atividade principal é não-agrícola, dentro das famílias conta-própria e empregados evidencia a existência de um rural brasileiro não apenas agrário, mas também como espaço de lazer, residências e de implantação de pequenas e médias agroindústrias, aliadas às

transferências sociais, que, principalmente na forma de aposentadorias e pensões, correspondem a uma parcela bastante significativa na composição da renda das trabalhadoras rurais e tem gerado ocupação e renda, capaz de contribuir para o estancamento do êxodo rural. Por outro lado, um movimento contrário, há redução das mulheres ocupadas em atividades agrícolas.

Os homens, cuja atividade principal é agrícola está estabilizada. E no mesmo sentido das mulheres houve crescimento do número de homens ocupados cuja atividade principal é não-agrícola, mas exclusivamente no conjunto das famílias de empregados que de fato são proletários com residência rural.

A participação efetiva das mulheres na sociedade possibilita o desenvolvimento com mais liberdade de tal ordem que elas possam conduzir as suas vidas como desejam e expressarem melhor o 'capital sinérgico' descrito por Boisier (1999), pois estarão mais bem preparadas para atuar tanto no ambiente familiar, bem como na comunidade, proporcionando desta maneira 'ganho' para o desenvolvimento, bem como ativar a sua condição de agente por meio do grande capital humano e social. Daí a importância da liberdade para o desenvolvimento pessoal e profissional.

O meio rural brasileiro necessita de representantes que conheçam suas reais e atuais características e, a partir destas sejam capazes de exigir a elaboração de políticas públicas que venham contemplar esta nova configuração, bem como os papéis de gênero, para que os habitantes deste espaço, independente da atividade que desenvolvam tenham condições dignas de vida e sejam valorizados enquanto cidadãos, contribuindo assim de forma positiva para o processo de desenvolvimento rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. São Paulo: v. 28, n.1, 2, 3 e 29, n.1, jan./dez., 1998 e jan./ago. 1999.

ALVES, E. L. G.; AMORIM, B. M. F.; CUNHA, G. H. M. **Emprego e ocupação**: algumas evidências da evolução do mercado de trabalho por gênero na grande São Paulo – 1988/1995. Brasília: IPEA, 1997. (Texto para discussão, n. 497).

AMORIM, L. S. B. **Agroindústria familiar e as redes de desenvolvimento rural**. Toledo: UNIOESTE, 2007. (Dissertação de mestrado).

ARBACHE, J. S. Determinação e diferencial de salários no Brasil. In: FONTES, R.; ARBEX, M. A. **Desemprego e mercado de trabalho**: ensaios teóricos e empíricos. Viçosa: UFV, 2000.

BANDEIRA, L.; SIQUEIRA, D. A perspectiva feminina no pensamento moderno e contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**. V. XII, n. 2, p. 263-284, jul./dez. 1997.

BOISIER, S. El desarrollo territorial a partir de la construccion de capital sinérgico. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, UNISC, v. 4, n. 1, p. 61-78, jan./abr. 1999.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: v. 12, n.1, p. 205 – 227, jan./abr. 2004.

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre: ano 4, n. 7, p. 50-81 jan./jun. 2002.

BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes. In: **Anais do III Encontro Nacional de Estudos do Trabalho**. São Paulo: ABET vol.1, 1993.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R.; UNBEHAUM. S. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: **O progresso das mulheres no Brasil**. Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM. Brasília: CÉPIA. Fundação Ford, 2006.

CAMARANO, A. A. ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para Discussão n.621).

CAMARGO, B. **União de mulheres camponesas fortalece luta pela reforma agrária**. Disponível <<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=1156>>. acesso 28/08/2007.

CAMPANHOLA. C.; GRAZIANO DA SILVA, J. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. In:

CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37, Foz do Iguaçu. **Anais**. Foz do Iguaçu: SOBER, p. 47-57, 1999.

CARNEIRO, M. J. Ruralidades: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.11, p. 53-75, out. 1998.

CORNWALL, A. Men, masculinity and 'gender in development.' **Gender and Development**, v. 5, n. 2, p. 8-13, june, 1997.

CRISTÓVÃO, A. Mundo rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais).In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A. L. B. (Orgs.) **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

DEDECA, C. S. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: OLIVEIRA M. A. (org.) **Economia e trabalho: textos básicos**. Campinas: Unicamp, 1998.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária . **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: v. 12, n. 1, p. 175-204, jan./abr. 2004.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher: direitos a terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS. 2002.

DELGADO, G. C. O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização. Rio de Janeiro: **IPEA**, dezembro, 1999 (Texto para discussão 688).

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.11, p. 26-52, out. 1998.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: v. 12, n. 1, p. 47-71, jan./abr. 2004.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.

GARCÍA SANZ, B. La mujer rural em los procesos de desarrollo de los pueblos. **Revista do Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales**. Madrid: n. 55, p. 197-120, 2004.

GASSON, R.; WINTER, M. Gender relations and household pluriactivity. **Journal of Rural Studies**. v. 8, n. 4, p. 387-397, 1992.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP. IE, 2002. (Coleção Pesquisas, 1).

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP. IE, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J.; BALSADI, O.; DEL GROSSI, M. E. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação SEADE, v. 11, n.2, abr./jun., 1997.

GRAZIANO DA SILVA.; DEL GROSSI, M. E.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília: v. 9, n.1, p.37-67, jan./abr. 2002.

GOLDBERG, A. Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: n.28, p.42-70, 2º semestre, 1989.

GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no oeste do Paraná. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

GROSSI, M. P. Feministas históricas e novas feministas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Florianópolis: v.12, n. 2, 285-307, jul./dez. 1997.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

HEREDIA, B. M. A.de; CINTRÃO R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: **O progresso das mulheres no Brasil**. Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM. Brasília: CÉPIA. 2006.

HERÉDIA, V. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidade de Barcelona, n. 94, ago. 2001.

HERNÁNDEZ, C. O. El papel de los mediadores en la construcción de proyectos de desarrollo rural con enfoque de género. **Anais: VII CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, EQUADOR**. 2006.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte: v. 14, p. 35-58, mai./ago. 2004.

INSTRAW. **Conceitos de gênero no planejamento do desenvolvimento**. Uma abordagem básica. DF: Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal – GDF, 1995.

KAGEYAMA, A. (Coord.). **O novo padrão agrícola brasileiro**: do complexo rural ao complexo agroindustrial. Campinas: UNICAMP, 1987. (Mimeo.).

KAGEYAMA, A. Diversificação das rendas nos domicílios agrícolas no Brasil, 1992 e 2001. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas: v.12, n.1 p. 65-86, jan./jun. 2003.

KARAM, K. F. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: v. 12, n. 1, p. 303-320, jan./abr. 2004.

KON, A. A economia política do gênero: determinantes da divisão do trabalho. **Revista de Economia Política**, vol. 22, n. 3, jul./set. 2002.

KRETER, A. C.; BACHA, C. J. C. Avaliação da equidade da Previdência no meio rural do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Rio de Janeiro: v. 44, n. 3, p. 467-502, jul/set. 2006.

LAMARCHE, H. Europe du Nord. Europe du Sud: le chassé-croisé de la course à l'intensification, In: JOLLIVET, M.; EIZNER, N. **L'Europe et ses Campagnes**. Paris: 1996.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: UNICAMP, v.II: do mito a realidade, 1998.

LOMBARDI, S. P. M. **Desenvolvimento rural e gênero: a participação das mulheres na organização de um movimento social – o caso da CRABI – Pr. Toledo: UNIOESTE, 2006. (Dissertação de mestrado).**

MELLO, M. A. de; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agricultura em São Paulo**, v. 50, n. 1, p. 11-24, 2003.

MELO, H. P. de; CONSIDERA, C. M.; Di SABATO, A. Os afazeres domésticos contam. **Economia e Sociedade**. Campinas, v.16, n.3 (31), p. 435-454, dez. 2007.

NASCIMENTO, C. A. do. **Evolução das famílias rurais no Brasil e grandes regiões: pluriatividade e trabalho doméstico, 1992 -1999**. Campinas: UNICAMP, 2002. (Dissertação de mestrado).

NASCIMENTO, C. A. do. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**. Campinas: IE/UNICAMP, 2005. (Tese de doutoramento).

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n. 43, p.83-100, Set./dez. 2001.

NEY, M. G.; HOFFMANN, R. Atividades não-agrícolas e desigualdades de renda no meio rural brasileiro. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45, Londrina. **Anais**. Londrina: SOBER, 2007. (CD-ROM).

NOBRE, M. Relações de gênero e agricultura familiar. In: Gênero e agricultura familiar. **Cadernos Sempreviva**. São Paulo, p. 15, 27, 1998.

OSAKABE, E. Caracterização do trabalho feminino no rural brasileiro: In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43, Ribeirão Preto. **Anais**. Ribeirão Preto: SOBER, 2005. (CD-ROM).

OTSYINA, J. A.; ROSENBERG, D. Rural development and women: what are the best approaches to communicating information? **Gender and Development**, Oxfam GB v.7, n.2, p. 45 – 55, July 1999.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: v. 12, n. 1, p. 229 – 252, jan./abr. 2004.

PEREIRA, E. L. **O Brasil do imigrante**. Caxias do Sul. 1974.

PÉREZ, S. M.; SERRA, I.S. Trabalho femenino em agroindustrias tradicionales de Catalunya. In: RAMON, M. D. G.; FERRÉ, M. B. (Orgs.) **El nuevo papel de las mujeres em el desarrollo rural**. Oikos-Tau. Barcelona: 2000.

PIOVESAN F. Direitos civis políticos: a conquista da cidadania feminina. In: **O progresso das mulheres no Brasil**. Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM. Brasília: CÉPIA. Fundação Ford, 2006.

RIVE, A. C. Implicaciones de género em ej desarrollo de la oferta de agroturismo em Navarra y Astúrias. In: RAMON, M. D. G.; FERRÉ, M. B. (Orgs.) **El nuevo papel de las mujeres em el desarrollo rural**. Oikos-Tau. Barcelona: 2000.

SALES, C. de M. V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Estudos Feministas*. Florianópolis: v. 15, n.2, 437- 443, mai/ago. 2007

SACCO DOS ANJOS, F. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. n.17, out. p. 55 – 77, 2001.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. K. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, M. F.; ALMEIDA, J. A. Turismo rural: família, patrimônio e trabalho. In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A. L. B. (Orgs.) **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

SILVA, S. V. da. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciências Sociales*. Universidade de Barcelona n.262, 2000.

SINGH, S. Deconstructing 'gender and development' for 'identities of women'. *Intenational Journal of Social Welfare*, v.16, n. 2, p. 100-109, abr. 2007.

SOARES, S. S. D. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho** – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Brasília: IPEA, novembro, 2000. (Texto para discussão, 769).

SOUZA, M.; DEL GROSSI, M. E. A evolução das ocupações das famílias na região

não-metropolitana rural do Estado do Paraná: 1992-99. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília: v. 40, n. 4, p. 807-822, out/dez. 2002.

SOUZA, M. Agricultura, ocupações e rendas das pessoas nas áreas rurais do Paraná: 1992-1999. **Revista Ensaios** (FEE), Porto Alegre – RS, v. 25, n. 2, p. 523-543, 2004.

STADUTO, J. A. R.; BACHA, C.J. C.; BACCHI, M. R. P. Determinação dos salários na agropecuária brasileira. **Pesquisa e Planejamento Econômico** (PPE), Rio de Janeiro, v. 32, n.2, p.285-321, 2002.

STADUTO, J. A. R. **Questão agrária e o mercado de trabalho rural**, 2003. Toledo: UNIOESTE (Mimeo).

STADUTO, J. A. R.; SHIKIDA, P. F. A.; BACHA, C. J. C. Alteração na composição da mão-de-obra assalariada na agropecuária brasileira. **Agricultura em São Paulo**, v. 51, n. 2, p.57-70, jul./dez. 2004.

STADUTO, J. A. R.; SOUZA, M. de; NASCIMENTO. C. A. do; WADI, Y. M. Desenvolvimento rural e gênero: as ocupações e rendas das mulheres das famílias agrícolas e rurais paranaenses. **Anais**. V Encontro de Economia Paranaense, 2007. (CD ROM).

STEPHEN, L. Relações de gênero: um estudo comparativo sobre organização de mulheres rurais no Brasil e no México. In: NAVARRO, Z. (Org.) **Política, protesto e cidadania no campo**: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

SZMRECSÁNYI, T. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.

TRIGO, M. H. B. A mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero. In: BRUSCHINI, C.; SORJ, B. (Orgs.) **Novos olhares**: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1994.

VEIGA, J. E. da. **A face rural do desenvolvimento**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano que se calcula. São Paulo: Autores associados, 2003.

VERBOLE, A. A busca pelo imaginário rural. In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A. L. B. (Orgs.) **Turismo rural**: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. **Caéris du Brésil Contemporain**, (resenha), n. 51 e 52, p. 293-297, 2003.

ANEXO I

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa se propõe a identificar os diversos tipos de família existentes no meio rural da região Sul do Brasil, bem como mensurar a participação monetária do trabalho desenvolvido pela mulher rural, para tanto está estruturada em duas etapas:

a) A primeira, essencialmente qualitativa será composta por uma revisão bibliográfica, buscando melhor compreender a situação da mulher, sua luta pelo direito a cidadania e a complexa realidade do meio rural, a fim de trazer à tona as contínuas transformações estruturais que têm gerado mudanças nas relações de gênero.

b) A segunda etapa visa verificar os tipos de família e o trabalho da mulher e dos homens na atividade econômica (agrícola e não-agrícola) e será analisada com base nas variáveis: setor de atividade e rendimento na ocupação principal. Neste sentido, para a construção dessa tipologia de família foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio – PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, obtido no CD-ROM para o período compreendido entre 2001 a 2005.

A PNAD é realizada pelo IBGE no mês de setembro de cada ano, através de questionários aplicados em uma amostra de domicílios selecionados, com o propósito de investigar diversas características socioeconômicas como: população, educação, trabalho, rendimento, habitação, previdência, migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição; além de outros temas que são incluídos na pesquisa

de acordo com as necessidades de informação para o país (IBGE, 2005).

Esta pesquisa teve como universo de análise diferentes tipos de famílias e para tanto utilizou a tipologia de famílias construída pelo Projeto Urbano (IE/NEA/UNICAMP), classificadas da seguinte forma:

1) pela posição na ocupação dos membros da família (empregador, conta-própria, assalariado):

- Família de empregador: se na família houver um membro empregador, tal família será considerada como empregadora;

- Família de conta-própria: não havendo nenhum membro empregador, mas pelo menos um conta-própria, a família é compreendida como conta-própria;

- Família de assalariado: na ausência de empregador e de conta-própria, a família será considerada de assalariados caso algum membro esteja ocupado como tal na semana de referência da PNAD.

2) e, em seguida, pelo ramo, de atividade em que estão inseridos (agrícola, não-agrícola, pluriativo):

- Família agrícola: pelo menos um membro ocupado na agricultura e nenhum outro fora da agricultura;

- Família pluriativa: pelo menos um membro ocupado na atividade agrícola e pelo menos um outro ocupado em outro setor econômico;

- Família não-agrícola: pelo menos um membro ocupado fora da agricultura e nenhum outro na agricultura.

Assim por exemplo, se numa família de conta-própria houver pelo menos um membro ocupado na agricultura e nenhum outro fora da agricultura, então essa família é classificada como de conta-própria agrícola. Caso a referida família de conta-própria tiver pelo menos um membro na atividade agrícola e pelo menos um

outro ocupado em outro setor, essa seria uma família de conta-própria pluriativa – é considerado família de conta-própria pluriativa “tradicional” no caso da combinação de um conta-própria agrícola e um assalariado agrícola na mesma família (não será considerado pluriativa “tradicional” a família de assalariados que tem dois ou mais, membros assalariados agrícolas). Se o caso fosse de pelo menos um membro ocupado fora da agricultura e nenhum outro na agricultura, essa seria uma família de conta-própria não agrícola. As mesmas combinações podem ser repetidas para as famílias de assalariados de empregadores.

Foi utilizado o software SPSS (Statistical Package for Social Science) para realizar as transformações nas variáveis originais da PNAD necessárias para construção de outras variáveis indispensáveis para geração das tabulações que serão desenvolvidas: tipologia de famílias (posição na ocupação e ramo de atividade) recortes de áreas censitárias (rural não metropolitano) renda total familiar, renda média familiar, renda per capita familiar, gênero, etc.

Outra classificação importante para a realização da pesquisa consistiu na delimitação dos domicílios urbanos e rurais. Graziano da Silva (2002) explica que com o objetivo de superar a dicotomia rural-urbana, a qual prevaleceu até a última PNAD dos anos 1980 - 1990, e, também, buscando reduzir as distorções nos dados provocados pela não atualização dos perímetros urbanos por parte de muitos municípios o IBGE, a partir do Censo demográfico de 1991, introduziu novas aberturas para os domicílios, de forma a captar com mais detalhes as áreas do continuum rural-urbano, mantendo a situação legal, mas também distinguindo níveis diferenciados de densidade demográfica e acesso a serviços. Desse modo, passou a incluir as seguintes situações para a localização dos domicílios pesquisados:

1. Áreas Urbanas (Urbanizadas): áreas efetivamente urbanizadas dentro dos

limites do perímetro urbano dos municípios. Como urbanizadas são classificadas: i) as áreas com construções, arruamentos e intensa ocupação humana; ii) as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, tais como áreas de lazer, aterros, etc.; iii) as áreas reservadas à expansão urbana e adjacente às áreas anteriores;

2. Áreas Urbanas Não urbanizadas: áreas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam afetiva urbanização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas (não contíguas àquelas dos itens 1.i e 1. ii citadas no item anterior);

3. Áreas Urbanas Isoladas: casos de vilas e distritos, consideradas legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município.

A propósito dos aglomerados rurais, dois critérios foram considerados: o tamanho e a densidade dos mesmos. A partir desses critérios classificou-se:

4. Áreas rurais – Extensão Urbana (critério de contigüidade): áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios (com distância inferior a 1 km), resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram incorporadas legalmente ao perímetro urbano do município;

5. Áreas Rurais – Povoados: aglomerações no espaço rural que se caracterizam por não estarem vinculados a um único proprietário e possuírem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis, ou disposta ao longo de uma via de comunicação, e com serviços para atender seus moradores, da seguinte forma: pelo menos um estabelecimento comercial vendendo bens de consumo e pelo menos dois dos três serviços seguintes: estabelecimento de ensino de segundo grau, posto de saúde, templo religioso de qualquer credo;

6. Áreas Rurais – Núcleo: é o aglomerado rural isolado (com mais de 10 e menos de 51 domicílios), cujo solo pertence a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina, etc.), e que dispõe ou não de serviços ou equipamentos definidores dos povoados;

7. Áreas Rurais – Outros: são os aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculados a um único proprietário;

8. Áreas Rurais – Exclusive: áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se assim como as áreas rurais propriamente ditas.

Para o objetivo da presente dissertação, concentraremos-nos nas categorias que envolvem as áreas rurais; ou seja, agruparemos, em uma só, as áreas 6 e 8, da classificação do IBGE, e melhor definida em Nascimento (2002).

A agregação dos dados permite desenvolver uma análise bastante detalhada do comportamento das famílias rurais, no entanto apresenta limitações por não considerar variáveis como as atividades específicas que vem sendo desenvolvidas, a produção para auto-consumo, nível de escolaridade, entre outras que permitiriam resultados mais próximos da realidade.